



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Letras e Linguística
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

Roselaine das Chagas

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA E A POLÍTICA DE NOMEAÇÃO
NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO)

Uberlândia
2017

Roselaine das Chagas

**A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA E A POLÍTICA DE NOMEAÇÃO
NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Cunha Freitas

**Uberlândia
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C433c Chagas, Roselaine das, 1975-
2017 A Construção da Referência e a Política de Nomeação no Boletim de
Ocorrência (BO) / Roselaine das Chagas. - 2017.
141 f.

Orientadora: Alice Cunha de Freitas.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Língua portuguesa - Conversação e frases
(para policiais) - Teses. 3. Sistemas de comunicação policial - Teses. 4. -
Teses. I. Freitas, Alice Cunha de. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio, pela confiança e, também, aos meus alunos que são meus estímulos para eu prosseguir na carreira docente. Pessoas que fizeram e fazem a diferença em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção, pela fé, pela perseverança e amor que me permitiram o privilégio de conquistar este título tão importante.

Aos meus queridos pais pelo estímulo, carinho e compreensão. Que Deus os abençoe e os proteja sempre.

Ao meu esposo Claudionor, que além de ser um grande companheiro, é um exemplo de Policial militar, que conseguiu exercer sua profissão com ética, honestidade e comprometimento. Parabéns, meu amor, pela aposentadoria.

Às minhas amadas filhas Camila e Laura, que são minha razão de viver. Cada sorriso, cada abraço delas serviram de estímulo para eu prosseguir nesta caminhada.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos que sempre me incentivaram, me apoiaram e me acompanharam nesta jornada.

À minha estimada orientadora, professora Dra. Alice Cunha Freitas, minha eterna gratidão pelo compromisso, confiança, dedicação e carinho dispensados a mim nesta caminhada.

Ao professor Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo por ter sido meu orientador da Área complementar, pelas valiosas contribuições teóricas e pelo carinho.

Aos professores Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo, Dra. Carmem Lúcia Hernandes Agustini, pelas preciosas contribuições teóricas na Qualificação do projeto e da tese.

À professora Carmem Lúcia Hernandes Agustini, pelas contribuições nas análises.

Aos professores que aceitaram participar da Banca Examinadora: à Profa. Dra. Claudia Maria Ceneviva Nigro; à profa. Dra. Maria Isabel Borges; à profa. Dra. Djane Antonucci Correa; à profa. Dra. Carmem Lúcia Hernandes Agustini; ao prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo, ao prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho; meus agradecimentos pelas fundamentais contribuições.

À direção, aos funcionários e às funcionárias do ILEEL e do PPGEL.

À 157ª Cia PM Especial de Minas Gerais, na pessoa do Comandante da época, Major Conrado Damasceno Cardoso, pelas cópias dos Boletins de Ocorrência.

Ao Grupo de Pesquisa em Pragmática (GEP) e seus pesquisadores pelas valiosas leituras e discussões que tanto contribuíram com a realização deste trabalho.

A todos meus amigos do doutorado, em especial às amigas Erika e Selma, pelo carinho e companheirismo.

À Valdete Aparecida Borges Andrade pelas contribuições e sugestões no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas da Fucamp (Fundação Carmelitana Mário Palmério), pelo apoio, em especial à minha amiga Beatriz Nunes, pela confiança, estímulo e orações.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), pela atenção dispensada a nós, pós-graduandos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização de mais um sonho.

A linguagem se parece com um explosivo, visto que a junção de um elemento mínimo pode produzir efeitos terríveis. (Bertrand Russell)

RESUMO

Esta tese teve como principal objetivo problematizar e analisar os procedimentos de referência utilizados pelo policial no Boletim de Ocorrência (BO), em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, com a tentativa de identificar as políticas de representação no interior das quais essa política de nomeação e de referência ocorre. Mais especificamente, buscamos analisar a) como se dá a política de representação a partir das escolhas dos processos de referência e de nomeação, usadas no BO; b) quais os tipos de referência, de acordo com a proposta de Donnellan (1966), utilizados pelo policial na elaboração do BO; e c) qual o papel das expressões descritivas frente às formas de referência nominais e pronominais na construção da referência e da nomeação nesse documento. Esses objetivos decorreram da hipótese de que os processos de referência e de nomeação usados para descrever o fato ocorrido e os envolvidos podem ser mobilizados de modo a produzir certos efeitos de sentido que possibilitam a identificação dos envolvidos e a caracterização dos fatos no âmbito de determinadas políticas de representação que atendem a determinados interesses. Apesar de o policial ser instruído, a partir do Manual de redação, para produzir um texto com impessoalidade, objetividade e clareza, há implicações subjetivas que podem afetar a construção da referência e da nomeação e, por consequência, engendrar diferentes efeitos de sentido. Em decorrência disso, o policial vive em uma tensão contraditória, dadas as coerções relativas ao endereçamento do BO e à necessidade de imputar o fato como crime de tal modo que o seu manejo com a língua apresenta-se fragilizado, trazendo como efeito uma relação com a língua escrita hiperbólica. O *corpus* da pesquisa foi constituído por 25 (vinte e cinco) BO de 5 (cinco) naturezas distintas, a saber: 1) Embriaguez ao volante; 2) Agressão contra a mulher; 3) Homicídio; 4) Roubo; e 5) Tráfico de drogas. Para a realização desta pesquisa, elegemos como escopo teórico a perspectiva da Pragmática, com base nos estudos de Austin (1990), mais especificamente no que se refere à teoria dos atos de fala e ao caráter performativo da linguagem. Apoiamo-nos também nas contribuições de Rajagopalan (1989, 1996, 2003) e de Ottoni (2002) a este respeito. Mobilizamos, ainda, os conceitos de uso atributivo e de uso referencial das descrições definidas, propostos por Donnellan (1966). A análise desenvolvida configurou-se como uma pesquisa de caráter analítico-descritiva e qualitativa de base interpretativista, uma vez que objetivou descrever e interpretar os dados. Dentre outros resultados, destacamos que, embora o Manual de redação policial proponha formas procedimentais e estratégias linguísticas discursivas, que evitem enviesar o texto produzido pelo policial relator, isso é impossível porque os processos de construção da referência e a política de nomeação sempre ocorrem no âmbito de uma política de representação moldada por questões de cunho ideológico, social e político. Além disso, é possível afirmar que as escolhas linguísticas revelam o posicionamento e a avaliação de quem produz o texto, demonstrando que não há neutralidade linguística. Independentemente do esforço que o policial fizer em ser o mais fidedigno possível nas escolhas das palavras, essas palavras nunca vão deixar de carregar o viés do olhar de quem está relatando o fato. Podemos dizer, assim, que a hipótese foi confirmada e os objetivos alcançados.

Palavras-chave: Boletim de ocorrência. Construção da referência. Política de nomeação/predicação. Política de representação. Performatividade.

ABSTRACT

This thesis had as main objective to problematize and analyze the reference procedures used by the police officer in the Police Report (*Boletim de Ocorrência - BO*), regarding to those involved and the fact happened, attempting to identify the representation policies within which this appointment and reference policy occurs. More specifically, we seek to analyze: a) how the representation policy is based on the choices of the reference and naming processes, used in the *BO*; b) what types of reference, according to the proposal of Donnellan (1966), used by the police officer in the preparation of *BO*; and c) what is the role of the descriptive expressions facing the patterns of nominal and pronominal reference in constructing the reference and naming in that document. These objectives originated from the hypothesis that the reference and naming processes used to describe the occurrence and those involved can be mobilized in order to produce certain meaningful effects that allow the identification of those involved and the characterization of the occurrences in the context of certain representation policies that serve certain interests. Although the police officer is instructed from the Writing Manual to produce a text with impersonality, objectivity and clarity, there are subjective implications that can affect the construction of reference and naming and, consequently, engender different meaning effects. As a result, the police officer lives in a contradictory tension, provided by the constraints related to the *BO* addressing and the need to attribute the occurrence as a crime in such a way that its handling with the language is fragile, having as effect a relation with the hyperbolic written language. The corpus of the research consisted of 25 (twenty five) *BO* of 5 (five) distinct natures, namely: 1) Driving drunkenness; 2) Aggression against women; 3) Homicide; 4) Theft; and 5) Drug trafficking. In order to perform this research, we chose as theoretical scope the perspective of Pragmatics, based on Austin's (1990) studies, more specifically regarding the theory of speech acts and the performative character of language. We also rely on the contributions of Rajagopalan (1989, 1996, 2003) and Ottoni (2002). We also mobilize the concepts of attributive use and referential use of defined descriptions proposed by Donnellan (1966). The analysis developed was configured as an analytical-descriptive and qualitative research with an interpretative basis, since it aimed to describe and interpret the data. Among other results, we highlight that, although the Police Writing Manual proposes procedural ways and discursive linguistic strategies that avoid biasing the text produced by the police officer rapporteur, this is impossible because the processes of reference construction and the naming policy always occur within the scope of a representation policy shaped by ideological, social and political issues. In addition, it is possible to affirm that the linguistic choices reveal the positioning and the evaluation of who produces the text, evidencing that there is no linguistic neutrality. Regardless of the effort the police officer make to be as reliable as possible in the choice of words, these words will never fail to carry the bias of the view of who is reporting the occurrence. We can thus say that the hypothesis was confirmed and the objectives reached

Key words: Police Report. Reference construction. Appointment / predication policy. Representation policy. Performativity.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
OBJETIVOS.....	23
Objetivo Geral.....	23
Objetivos Específicos	23
PERGUNTAS DE PESQUISA	24
HIPÓTESES	24
ORGANIZAÇÃO DA TESE	24
CAPÍTULO 1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	26
1.1 A linguagem como ação	266
1.2 A questão da referência: sentido, referência e representação	388
1.3 O ato de nomear no processo de referência: a política de representação e a produção de sentido	46
CAPÍTULO 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	54
2.1 A natureza da pesquisa.....	544
2.2 O contexto da pesquisa	555
2.3 Procedimentos para a montagem e organização do <i>corpus</i> de estudo.....	55
2.4 Descrição do <i>corpus</i> de estudo	566
2.5 Procedimentos para a análise dos dados	600
CAPÍTULO 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	622
3.1 Boletins de natureza: Embriaguez ao volante.....	622
3.2 Boletins de natureza: Agressão à mulher.....	77
3.3 Boletins de natureza: Homicídio.....	85
3.4 Boletins de natureza: Roubo	101
3.5 Boletins de natureza: Tráfico ilícito de drogas	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS.....	134

INTRODUÇÃO

A questão da referência tem sido discutida e estudada dentro dos estudos linguísticos sob diferentes perspectivas e abordagens no campo da semântica, da pragmática e da filosofia da linguagem. O nosso foco, neste trabalho, será analisar a referência na perspectiva da Pragmática, com base na teoria dos Atos de Fala e na noção de performatividade, propostas por Austin (1990). Além disso, mobilizaremos os conceitos de uso atributivo e de uso referencial das descrições definidas, propostos por Donnellan (1966). Para tanto, o *corpus* de estudo foi constituído por Boletins de Ocorrência produzidos por policiais militares¹ de uma cidade no interior de Minas Gerais no ano de 2013. Partimos da ideia de que a construção da referência nestes documentos mostra-se como uma questão fundamental na caracterização e na identificação dos envolvidos, assim como na construção do fato como crime. Neste sentido, objetivamos problematizar os processos de construção da referência e a política de nomeação a partir das escolhas linguísticas feitas pelo policial ao elaborar o Boletim de Ocorrência (BO) na tentativa de desvendar e compreender como se configuram a(s) política(s) de representação neste documento. A questão da referência é central não apenas para análise de um texto sob a perspectiva discursiva em que o foco é a análise das questões político-ideológicas, como é o propósito deste trabalho, mas também por questões práticas.

Uma das dificuldades mais comuns em redações escolares, por exemplo, é o aluno perder a referência no discurso. Muitas vezes, o texto, além de não apresentar progressão temática, com informações novas, ainda perde a referência, ou seja, não se sabe sobre o que se está falando. Discorrer sobre a referência é analisar a relação linguagem-mundo ou a relação entre linguagem e realidade, o que permite a construção e a re (construção) de objetos de discurso. Assim, a (re) construção dos referentes é um processo importante para a produção e compreensão dos sentidos em qualquer texto; o referente é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto. Além disso, a referência permite acrescentar informações novas ao texto, ancorando-as em informações dadas, já conhecidas. Dessa forma, este trabalho é uma complementação dos estudos sobre a questão da referência realizada com base em outra perspectiva, que é a perspectiva da Pragmática, em sua outra vertente, denominada por Rajagopalan (2010),

¹ O Boletim de Ocorrência (BO) pode ser emitido também pelo Corpo de Bombeiros Militar e pela Polícia Civil. Neste trabalho, analisaremos BO emitidos, exclusivamente, pela Polícia Militar de uma cidade do interior de Minas Gerais (PMMG).

de Nova Pragmática², que atinge a dimensão discursiva. Objetivamos não apenas contribuir com a teoria a respeito da questão da referência em uma perspectiva que é pouco trabalhada, mas também oferecer uma contribuição de ordem prática, pois acreditamos que nossa pesquisa contribuirá diretamente com aqueles envolvidos no ensino e na aprendizagem tanto da produção quanto da compreensão escrita. Ao olharmos para a questão da referência sob o viés da Pragmática, consideramos os processos de referência como Atos de Fala, que ao serem enunciados podem levar a consequências éticas e políticas.

Abrahão e Moraes (2015) afirmam que

[a] linguística moderna vem observando, porém, que a linguagem não aponta necessariamente, para algo que está fora dela, representando esse objeto. Os objetos são construídos no discurso por um *processo de referenciação* linguística que se organiza a partir de estratégias muito específicas. [...] A *referenciação* é, portanto, um modo de organização dos discursos que pode ser observado na linguagem, na sua materialidade, mas que se articula dentro de condições históricas específicas. A realidade não é negada, mas desmistificada na sua influência sobre a linguagem (ABRAHÃO; MORAES, 2015, p. 112)

Nesse sentido, analisar a construção da referência no BO não se limita apenas em observar que palavra foi colocada no lugar de outra, representando-a, mas sim, em identificar o processo de configuração e reconfiguração dos objetos de discurso do ponto de vista do produtor do texto. Esse processo, muitas vezes, pode ser realizado por meio de nomeações que denunciam o posicionamento de quem está produzindo o texto.

Nosso interesse em investigar a construção da referência e a política de nomeação no contexto dos boletins deve-se ao fato, também, de que tenho³ contato próximo com policiais militares, que precisam elaborar com frequência Boletins de Ocorrência, e demonstram dificuldades ao redigi-lo, não por incapacidade intelectual ou pessoal, mas porque o policial vive em um embate entre precisar ser o mais neutro possível e, ao mesmo tempo, oferecer o máximo de detalhes, para não negar a questão do crime, porque caso contrário ele estaria cometendo negligência.

² Segundo Rajagopalan (2014, p. 13), “a Nova Pragmática nada mais é do que a fase da Pragmática que conseguiu se desvencilhar das velhas amarras herdadas de outros tempos, que impediam os pesquisadores de encarar a linguagem com todas as complexidades que ela apresenta sem lhes dar costas ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria”. Ainda segundo o autor, “decidi dar o título de *Nova Pragmática* a este livro para designar a leitura não searlina, por entender que as diferenças são irreconciliáveis e análogas à que levaram Richard Rorty a nomear com o prefixo “neo” seu modo de encarar o pragmatismo, em oposição à tradição inaugurada por Pierce”. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 18-19)

³ Aqui a primeira pessoa do singular foi utilizada por se tratar de uma experiência particular.

O BO possui extrema importância social, pelo menos em algumas sociedades ocidentais como a nossa, sendo considerado um instrumento determinante para a avaliação da justiça, no que diz respeito às violações de leis que regem todos os alcances das nossas relações sociais e administrativas. É produzido pelos militares para o registro de variadas ocorrências que são levadas, geralmente, à polícia pelos cidadãos. Atualmente, a produção de um BO é algo muito mais comum do que no passado, pois os crimes ocorrem com muito mais frequência e as pessoas sabem que, para reivindicar qualquer direito, precisam desse documento.

De acordo com as orientações para o preenchimento desse documento, previstas no Manual de produção textual policial, o BO é conceituado como “o registro ordenado e minucioso dos fatos ou atividades relacionados com a ocorrência que exigirem a intervenção policial” (MINAS GERAIS, 2003, p. 10). Ainda, segundo essas orientações, o BO é “um precioso instrumento de resguardo da legalidade em que se estribou a ação e/ou operação” (MINAS GERAIS, 2003, p. 12). Ele é considerado um gênero textual⁴ extremamente relacionado com a realização das atividades finalísticas da Polícia Militar de Minas Gerais. Segundo Gonçalves (2014, p.59), “é por meio desse gênero textual que o policial militar, empenhado no atendimento a uma ocorrência policial, narra os acontecimentos que geraram a intervenção policial e as providências adotadas em relação ao fato”.

Para redigir o BO, o policial utiliza termos técnicos, que são uma especificidade do gênero em questão, e uma orientação do Manual de produção textual policial, os quais devem ser usados como forma de se “garantir a neutralidade”. Sabemos que o policial precisa se pautar em uma instrução técnica, e o gênero Boletim de Ocorrência (BO), como os demais gêneros, tem suas especificidades tanto de estrutura retórica quanto das próprias escolhas linguísticas. O problema é que, por mais que o policial utilize termos técnicos no intuito de ser neutro, isso é impossível, pois o uso desses termos não garante a questão da neutralidade, mesmo porque ele não pode ser totalmente “neutro”; o policial precisa se colocar no sentido de dizer se é crime ou não, não só para se resguardar, mas porque a sociedade depende disso. Ele responde pelo texto que produz, em muitos casos,

⁴ Bathia (2004, p. 23) define gêneros como o uso da linguagem em cenários comunicativos e convencionais que dão expressão para um conjunto específico de objetivos comunicativos de grupos sociais, os quais em contrapartida estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, até certo ponto, limitam o uso de recursos léxico-gramaticais.

o policial é chamado ao Fórum, para que, na presença do juiz e dos envolvidos, confirme o que foi escrito.

O BO é endereçado a delegados, promotores e juízes. Neste sentido, ele é um documento que tem como objetivo “dizer” ao interlocutor o que houve na intervenção policial; ele é elaborado para contar ao outro um fato ocorrido e dar ciência desse fato que poderá ser considerado crime, ilegal.

Para redigir o BO, que a partir de 2010 passou a ser preenchido eletronicamente, o policial militar utiliza um dos formulários disponibilizados no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS)⁵. Para ter acesso a esse ambiente eletrônico, o policial precisa de uma senha cadastrada, previamente, pelo órgão responsável. O registro da ocorrência pode ser realizado em pontos de apoio operacional e em ambientes particulares a partir dos quais o policial relator pode acessar o sistema informatizado. O BO⁶ é constituído de campos, dentre eles os Parametrizados e o Histórico. Os campos Parametrizados constituem palavras-chave para as consultas ao banco de dados do REDS, portanto, os campos não preenchidos ou preenchidos com informações incorretas prejudicam o trabalho de coleta de informações referentes à segurança pública de Minas Gerais (MG).

Nesses campos, o policial relator deve fornecer informações descritivas referentes a pessoas e objetos relacionados à ocorrência, além de dados sobre os policiais envolvidos na ação. Quanto aos envolvidos, o policial deve colher as seguintes informações: nome completo, endereço, nacionalidade, estado civil, sexo, apelido, relação da vítima/ autor, escolaridade, ocupação atual, peso estimado, altura estimada, tipo e cor do cabelo etc. Quanto à descrição dos materiais relacionados ao evento, deverão ser fornecidas informações, como: quantidade, modelo, marca, nome do objeto etc. Em relação aos dados sobre os policiais, são fornecidas informações referentes aos militares integrantes, ao responsável pela apreensão, prisão ou condução, além dos dados do relator da ocorrência como: nome completo, número de matrícula, o cargo que ocupa, a corporação, a unidade, etc.

Já no Histórico, campo constitutivo do BO e objeto de nossas análises, o policial deverá relatar o fato acontecido, destacando o que é relevante e significativo, dando noção do lugar, das circunstâncias e da participação dos envolvidos. Como o texto a ser

⁵ REDS pode ser definido como módulo informatizado, desenvolvido para permitir o lançamento dos registros e de fatos policiais (da Polícia Militar e da Polícia Civil), de trânsito urbano e rodoviário, de meio-ambiente, de bombeiros e outros afins, independentemente da origem, forma de documento inicial, a fim de constituir base de dados única e anual, (MINAS GERAIS, 2010)

⁶ A estrutura e as características do BO serão discutidas nas análises.

produzido é narrativo com aspectos descritivos, ele deve responder às seguintes perguntas: o quê (o fato que determina a história); quem (os envolvidos na ocorrência); onde (O lugar ou os lugares da ocorrência); quando (o momento em que se passam os fatos); como (o enredo, o modo como se tecem os fatos); por quê (a causa do acontecimento); consequências (o desfecho ou os resultados). Segundo orientação do Manual de produção textual, o campo Histórico é preenchido com informações sobre a ocorrência que não puderam ser apresentadas nos campos Parametrizados, sendo uma de suas características a concisão.

De acordo com Gonçalves (2014),

um dos aspectos que marca a concisão no Bo é a não repetição, no histórico, de informações que já foram fornecidas nos campos parametrizados, quando essa repetição é desnecessária para contar o fato. Assim, o histórico se torna o espaço onde se detalha o enredo, o modo como os fatos se sucederam. Além disso, o histórico acomoda informações (descritivas e narrativas) que não puderam ser apresentadas nos campos parametrizados. (GONÇALVES, 2014, p. 72)

De acordo com o *site* Universo policial⁷, um histórico bem elaborado é aquele que narra os acontecimentos de maneira ordenada, coerente, clara, concisa, precisa, objetiva e que resguarda as ações e providências adotadas pelos policiais, explicitando os fundamentos de fato e de direito, estabelecendo uma lógica entre estes.

O BO é considerado um texto oficial e técnico, por isso aplicam-se a ele as orientações gerais para a escrita de textos da Redação oficial. Os textos oficiais e técnicos pretendem ser padronizados, objetivos, utilitários e denotativos. De acordo com o Manual de produção textual, utilizado no curso de formação de soldados, embora os textos oficiais sejam padronizados, não existem modelos de escrita a serem copiados e reproduzidos em quaisquer situações. Dessa forma, para produzir bons documentos oficiais, é necessário conhecer as qualidades e as características da Redação oficial: impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, correção e padronização.⁸ No texto, segundo o manual, não há lugar para impressões pessoais, devendo ser isento da interferência da individualidade da pessoa que o elabora.

No manual, utilizado como orientação formal para a produção textual dos policiais, essas características dos textos oficiais “abrem a unidade” como orientações

⁷ Disponível em: <www.universopolicial.com.br> Acesso em: 15 abr. 2016

⁸ Todos estes aspectos serão problematizados nas análises.

gerais para a escrita de textos da Redação oficial. Há uma recomendação no manual que diz

As características da Redação oficial devem ser observadas em todos os textos que você produz em decorrência das funções que exerce na PMMG. Então, mesmo que o canal de comunicação pareça informal (como um e-mail ou um P.A., por exemplo), todos os textos profissionais que você produz devem ser impessoais, atentar para a correção, ser claros, concisos, formais e padronizados. Fique certo de que, em qualquer situação de escrita profissional, o texto que observa as características da Redação Oficial é melhor recebido e faz uma boa apresentação do redator. (GONÇALVES, 2014, p.16)

A noção de língua presente nesse documento é a de instrumento de comunicação. Isto pode ser constatado na seguinte passagem do Manual de redação de textos oficiais,

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique, b) algo a ser comunicado, e c) alguém que receba essa comunicação. No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. (BRASIL, Manual de redação da Presidência da República, p. 4, 2002).

Pela via do imaginário, supomos que o outro sempre entenderá a nossa mensagem como queremos. Essa condição é necessária para que enunciemos, mas nem sempre ocorre dessa forma. É possível observar que o processo comunicativo descrito nos manuais funciona nesse imaginário e não se caracteriza pelo conflito na linguagem, como se tudo o que alguém enuncia pudesse ser entendido e compreendido pelo outro da maneira como o enunciador pretendia. E normalmente não é isso que acontece. Segundo Orlandi (1999),

a linguagem não é transparente, não é neutra. Carregada de um conteúdo simbólico, através dela nos confrontamos cotidianamente com o mundo, com os outros sujeitos, com os sentidos e com a história contribuindo, com o nosso pensamento e ação, para reproduzi-los ou transformá-los. (ORLANDI, 1999, p. 15)

Em outras palavras, o sentido daquilo que é enunciado é construído pelo outro.

Nosso objetivo é problematizar a ideia de que é possível se isentar totalmente sobre o que se escreve; de que há enunciado neutro. Para isso, analisaremos as escolhas

linguísticas feitas pelo policial nos processos de construção da referência, com a tentativa de identificar as políticas de representação presentes nos documentos e no interior das quais a política de nomeação e a referência ocorrem.

O que motivou o presente trabalho foram questões como: no BO, quando o policial descreve as pessoas envolvidas em uma ocorrência, ou descreve o próprio fato, essa descrição pode ser vista como isenta de valoração, de pessoalidade? Será que essa descrição é apenas um modo de se referir à pessoa ou ao fato, ou, pelas suas escolhas linguísticas, há emissão de um posicionamento a respeito do que se escreve.

Existem diversas perspectivas teóricas que problematizam o fato de, ao descrevermos, estarmos emitindo nossos posicionamentos. Neste trabalho, buscamos problematizar essa questão, ancorados na perspectiva da Pragmática de base austiniana, que considera a linguagem como ação. Para tratarmos dessa visão performativa da linguagem, além dos estudos advindos da teoria austiniana, contamos também com as contribuições teóricas de Rajagopalan (1989, 1996, 2003), Freitas (2006), Plaza Pinto (2011) e Ottoni (2002). No que se refere à questão da referência, apoiamos-nos nos estudos de Austin (1990), Ottoni (2002) e Rajagopalan (1996), e nos estudos de Donnellan (1966), em relação ao uso referencial e atributivo no processo de construção da referência.

Como afirma Austin (1990), a própria descrição carrega sempre uma carga avaliativa. Isto, porque as escolhas não são neutras, elas denunciam posicionamentos. Assim, a partir de suas ideias, podemos inferir que não há referência neutra; no caso, por exemplo, do BO, a observação dos fatos passa pela interpretação e pela percepção do policial que o produziu, com todos os atravessamentos que o constituem.

A linguagem na perspectiva dos estudos pragmáticos é vista como uma prática social e política que envolve escolhas e, por isso, está ligada a questões éticas. Segundo Austin (1990), todo dizer é, afinal de contas, um fazer. Assim, para ele, a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não como representação direta e neutra da realidade.

A esse respeito Ferreira (2007) afirma que

Austin considera que a análise filosófica da linguagem deve se orientar não por uma teoria do significado, mas por uma teoria da ação. A preocupação é saber como a linguagem adquire significado. A análise do ato de fala implica a análise da linguagem em uso, num determinado contexto, com fins determinados e a partir de determinadas convenções. Tal análise implica, sobretudo, o estudo das condições sob as quais a

linguagem produz efeitos numa dada situação (FERREIRA, 2007, p. 41).

Dessa forma, o interesse pelo tema desta tese se deve, também, por compartilharmos dessas concepções e por acreditarmos que, ao fazer escolhas linguísticas, deixamos transparecer nossos posicionamentos, por isso, a neutralidade na linguagem é um mito.

Assim, a concepção de língua que orienta este trabalho é a que entende a língua(gem) como uma instância política. Nas palavras de Rajagopalan (2003),

a questão linguística e a questão política seriam uma só. Ao falar uma língua, ao nos engajarmos na atividade linguística, estaríamos, todos nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política (RAJAGOPALAN, 2003, p. 33).

Nessa perspectiva, as escolhas linguísticas são importantes na produção de qualquer texto, pois as palavras carregam matizes de significação que podem direcionar a construção dos sentidos. Há textos, como o BO, por exemplo, em que essas escolhas são decisivas e possuem consequências mais graves, pois podem interferir no julgamento criminal de uma pessoa. Uma palavra expressa, neste documento, pode modificar todo o processo judicial.

Os textos considerados oficiais, técnicos, como o BO, seguem normas e padrões considerados rígidos que devem ser seguidos por quem os produz, como vimos anteriormente. Mas, acreditamos que o modo de escrever é singular e individual pois há, nesse processo, implicações subjetivas⁹, que podem afetar a construção da referência, engendrando diferentes efeitos de sentido. Isto porque toda escolha linguística “pode evocar na mente dos interlocutores uma série de elementos avaliativos que vão interferir diretamente na forma como essas escolhas serão significadas” (FREITAS, 2006, p. 233).

Nesse sentido, o papel da nomeação e os processos de construção da referência são relevantes, pois, como afirma Freitas (2006, p. 228), “todo ato de nomear dá-se sempre no bojo de uma política de representação que, por sua vez, está diretamente relacionada com o processo de construção de identidade”.

⁹ Convém ressaltar que há um regime enunciativo que rege a produção textual do policial. Ele ocupa um lugar social que compõe a instância jurídica de execução das leis, por isso a subjetividade não é algo solipsista e singular do sujeito, mas constituída a partir desse lugar social.

Rajagopalan (2003, p. 8) afirma que “há um julgamento de valores, disfarçado de referência neutra” todas as vezes que descrevemos algo. Ao colocar algo em destaque, as descrições tomam também um caráter avaliativo e opinativo. Freitas (2006, p. 241) corrobora as palavras de Rajagopalan, afirmando que “ao nomearmos estamos, a todo momento, criando sistemas simbólicos de representação e estabelecendo, convenientemente, determinadas políticas de representação que, sem dúvida, geram impactos sociais, econômicos, políticos e éticos”.

Assim, por ser o ato de nomear carregado de subjetividade, tudo o que fazemos com a linguagem tem implicações e pode levar a consequências éticas e políticas. É possível, então, perguntar: o que está por trás de cada escolha? Que política de representação pode ser configurada por meio das formas de nomeação?

Outro posicionamento importante, que justifica o desenvolvimento desta pesquisa, diz respeito ao estudo das escolhas linguísticas para o estabelecimento da referência. Nosso intuito é analisar a construção da referência e a política de nomeação nos BO, observando que política(s) de representação podem ser deflagradas e/ou configuradas. Dessa forma, analisaremos os processos referenciais a partir das escolhas léxico-gramaticais feitas pelo policial ao elaborar tal documento.

Dessa forma, em nossas análises, ficaremos atentos a todas as formas linguísticas utilizadas pelos policiais para se referirem aos envolvidos e ao fato ocorrido, buscando analisar o que elas indicam, quais suas implicações. Segundo a perspectiva austiniana, que ampara esta pesquisa, a linguagem é uma forma de ação no mundo, pois quando dizemos algo, praticamos uma ação, não apenas descrevemos ou declaramos algo, ou seja, todo ato de fala possui um caráter performativo.

Do ponto de vista teórico, a referência sempre foi discutida e abordada por diversos autores sob diferentes pontos de vista. No capítulo teórico, faremos uma breve explanação sobre o percurso histórico da referência, antes de abordarmos a perspectiva da pragmática.

Convém ressaltar que nosso intuito neste trabalho é olhar para a questão da referência na perspectiva da Pragmática, apoiando-nos na teoria dos atos de fala de base austiniana, levando em consideração a visão performativa da linguagem, ou seja, a visão da linguagem como ação. Nesse sentido consideraremos que a referência é uma construção que se realiza discursivamente. De acordo com Leite (2015), com base na teoria enunciativa,

a referência não é um objeto no mundo, nem algo que está no próprio corpo do texto e que possa ser, de algum modo, recuperável entre os interlocutores sem prejuízos nos efeitos de sentido que ela provoca, pois o que temos é uma construção discursiva (nem mesmo textual) da referência, a qual não é um objeto do mundo. Portanto, embora acreditemos falar sobre o mundo (pois a linguagem produz o imaginário de que o estamos fazendo), estamos, na verdade, construindo esse mundo discursivamente, ou melhor, construindo referências discursivas sobre esse mundo. Por isso, a referência, constrói, segundo Benveniste (2006), uma realidade imaginária por parte dos interlocutores (LEITE, 2015, p. 73).

Em consonância com essa visão, podemos afirmar que a referência nos BO é construída discursivamente. Há uma tentativa, por parte do policial relator, de identificar o objeto no mundo, sendo este objeto “os envolvidos na ocorrência” ou o próprio “fato ocorrido”. Nessa tentativa, ele procura ser hiperbólico, utilizando muitas descrições detalhadas e pormenorizadas, muitas vezes, tornando o texto repetitivo. É como se a reincidência, a repetição, pudessem fazer encontrar esse objeto, mas, na realidade, o que vemos, segundo Benveniste (2006), é que a referência não existe por si só. Trata-se de um processo que se dá, de forma única, em cada ocorrência enunciativa. As teorias enunciativas, assim como a Pragmática, consideram as referências como discursivas, pois os objetos se constituem nos discursos e não fora deles.

Ainda segundo Leite (2015),

os traços da referência, no processo de (re)construção referencial, estão ligados a perspectivas de “olhar” o objeto no mundo. Podemos ‘olhá-lo’ de diferentes posições. Por isso, é sempre um recorte. Faltam outros traços, de outras perspectivas, de outros lugares sociais e discursivos. Toda vez que construímos uma referência, ela é construída por um recorte que é im (posto) pela perspectiva a partir da qual se olha e a partir das representações construídas que já se têm socialmente postas (LEITE, 2015, p. 74).

Nessa perspectiva, esse olhar é constituído a partir de um posicionamento do enunciador. No BO, por exemplo, o policial relator fará escolhas linguísticas (conscientes ou não), a partir de uma política de representação que o constitui socialmente e/ou profissionalmente. As escolhas linguísticas, por serem político ideológicas, veiculam opiniões, pontos de vista. E como afirma Rajagopalan (2003), muitas dessas escolhas podem funcionar como julgamento de valores, disfarçados de atos de referência neutra, mas que acabam exercendo influência e produzindo sentidos. Muitas vezes, à medida que

o interlocutor se acostuma com o uso, deixa de perceber que a descrição é uma opinião avaliativa.

Assim, partimos do pressuposto de que todo processo referencial possui uma carga de interpessoalidade ou de subjetividade; não há como fazer uma referência destituída de um caráter atributivo, como veremos no capítulo teórico. Por isso, sob o viés dos estudos pragmáticos, principal arcabouço no qual esta pesquisa se ampara, a linguagem é vista como forma de ação e não como mera representação direta e neutra do mundo.

Há alguns trabalhos científicos que utilizaram BO como *corpus* de estudo, dentre eles, destacamos a tese de Alkimin (2004) e a dissertação de mestrado de Tristão (2007). Interessa-nos, também, o trabalho de Ferreira (2005), que analisa as formas de nomeação utilizadas em relação ao ataque terrorista ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Alkimin (2004), em sua tese de doutorado, intitulada “Boletim de Ocorrência: uma arena discursiva em exame”, analisa trinta e seis (36) BO, quanto ao estilo de linguagem, a produção de sentido e a relação entre a língua oral e a escrita neles estabelecida. A autora explica que a motivação para sua pesquisa, partiu da colisão de um veículo dirigido por seu filho. Enquanto aguardava a perícia com os equipamentos para fazer medições e fotografar, aparece o policial com uma ficha na mão para ser preenchida.¹⁰ A autora relata que levou um susto e logo se perguntou, “que texto iria sair dali”. Assim, estava escolhido o tema de sua tese de doutorado. Para responder à pergunta, Alkimin (2004) recolheu trinta e seis (36) boletins de trânsito e escolheu os seis textos mais representativos para análise a que se propunha. Segundo seu relato, o que mais a instigou para a pesquisa foi o fato de ser uma situação de uso real da língua, que não se limita à aplicação das regras de gramática, mas em um ato muito complexo, visto que uma série de fatores interfere no produto final. Seu estudo está pautado nas teorias da semiolinguística de Charaudeau (1983), nos estudos sobre textualidade de Beaugrande (1981) e nos conceitos de psicologia social, que reforçam a importância da percepção do leitor sobre o texto.

Ainda segundo seus relatos, não há como o policial escrever o texto sem ser influenciado pelas circunstâncias e pelo contexto de enunciação dos envolvidos. Além disso, segundo Alkimin (2004), não basta ter apenas conhecimento das regras gramaticais, é preciso saber utilizá-las corretamente e dominar os aspectos extralinguísticos. A autora

¹⁰ Convém informar que os BO começaram a ser elaborados pelo sistema REDS (virtual) em 2010.

acredita que há uma recomendação de que o policial deve ser imparcial, não podendo manifestar suas opiniões e impressões. Assim, ele precisa conciliar a fala dos envolvidos com o seu próprio discurso, da maneira mais isenta possível, afinal, eles foram “treinados” para isso. Essa autora afirma, ainda, que outro fator que acaba por determinar a linguagem é o próprio leitor, pois quem escreve deve ter em vista o receptor e, por isso, deve fazer várias adequações. No caso dos policiais, a escolha do léxico deixa claro que os leitores são peritos, funcionários de nível superior. Após suas análises, Alkimin (2004) tece algumas considerações de interesse para a prática docente, no que se refere à complexidade de todo ato de linguagem - escrito ou falado- e à relevância e pertinência de aspectos discursivos e textuais a serem trabalhados em sala de aula.

Já Tristão (2007), em sua dissertação, propõe estudos relativos à dêixis espacial, desenvolvidos a partir de um *corpus* constituído por vinte (20) BO da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), dentre os quais treze (13) são relacionados ao tema crimes e contravenções (roubo, extorsão, tráfico de drogas ilícitas, dentre outros); três têm como tema trânsito (colisão, atropelamento etc.); e quatro relacionam-se a crimes ambientais (extração de minerais, desmatamento etc.). Segundo o autor, a estruturação do *corpus* a partir desses três grupos tipológicos possibilitou diferentes perspectivas de espaço. Sua pesquisa sobre esse gênero textual aponta, em especial, as perspectivas de espaço sinalizadas tanto pelo enunciador, a polícia militar, quanto pelos enunciadores, as pessoas declarantes, todos envolvidos nas ocorrências registradas. Além disso, segundo o autor, é possível perceber diferentes estratégias de produção voltadas para a garantia da instauração e manutenção das referências espaciais. O autor trabalha na perspectiva da teoria da enunciação e defende a tese segundo a qual a configuração orgânica da língua adquire identidade quando aliada a uma dimensão enunciativa, isto é, quando aliada às condições de ocupação dos lugares sintáticos. Ele parte da ideia de que a referência se dá por meio da perspectiva segundo a qual “a referência se revela por um conjunto de movimentos de conversão linguística que buscam o referente, e o referente do discurso não é a realidade, mas aquilo que o discurso institui como realidade”. (TRISTÃO, 2007, p. 40)

A partir dessas considerações, o autor entende que a forma não se fixa ao conteúdo, já que novas significações se vão imprimindo com as enunciações. Nesse sentido, a referência é única e decorrente da malha textual que sustenta cada enunciação. Tristão (2007) desenvolve análise das características que compõem a estrutura do BO, mais especificamente a respeito do campo denominado Histórico, em que o responsável

pela produção do documento registra a narrativa dos fatos que envolvem a ocorrência. Ressalta, ainda, que a observação do espaço passa pela percepção do policial. O autor parte do pressuposto de que os dêiticos discursivos são os responsáveis pela mostração das entidades linguístico-discursivas (objetos do discurso) para as quais o leitor deve voltar sua atenção a fim de estabelecer conexões e inferências mais viáveis naquele dado momento.

Embora Tristão (2007) e Alkimim (2004) tenham trabalhado com BO, nosso viés nesta pesquisa é diferente, pois nosso foco será analisar os processos de construção de referência e de nomeação utilizados pelo policial em vinte e cinco (25) BO de naturezas distintas, partindo da ideia de que não há referência neutra, de que as escolhas denotam posicionamentos. Buscaremos analisar também quais são as possíveis implicações de tais escolhas.

Convém citar, também, a tese de doutorado de Ferreira (2005), que, embora não tenha tido como objeto de estudo o BO, aborda a questão da referência e da nomeação, sob a perspectiva da Pragmática, que muito nos interessa. A análise proposta por Ferreira (2005) é orientada por uma visão dialógico-performativa da linguagem. O autor investiga os mecanismos de construção do “11 de setembro”, a força retórico-performativa de tais mecanismos, no que diz respeito à construção de representações, e suas implicações ético-políticas no horizonte das atuais tensões mundiais. O trabalho do autor consiste na investigação das formas de apropriação dos eventos que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, pelo discurso oficial e pela mídia. A análise privilegia as formas de nomeação utilizadas em referência ao evento em si, ao agressor, ao agredido e ao tipo de ameaça que os eventos em questão supostamente implicam. Mais especificamente, o autor analisa as expressões referenciais, quais sejam: as formas nominais, que envolvem a construção dos três objetos no discurso midiático e no discurso oficial. A intenção era investigar que sentidos e estratégias eram mobilizados para construir tais objetos e o que esses sentidos e estratégias implicavam em termos éticos, políticos e ideológicos.

Segundo Ferreira (2005), a construção do sentido dos objetos analisados não foi observada apenas por meio da consideração dos processos de referenciação, na forma como tais processos são concebidos pelos estudos do texto, ou seja, enquanto mecanismos de construção de referentes textuais, referentes esses que são construídos na progressão do texto, mas considerados a partir da noção de predicação. Nesse sentido, ele considera

os processos de referenciação como formas linguísticas que assumem ao mesmo tempo uma função referencial (referência construída linguisticamente) e uma função predicativa.

Assim, a noção de referenciação, para Ferreira (2005), envolve a compreensão de que as lutas, os confrontos e as tensões que estão na origem do jogo da significação denunciam uma relação inegável entre os processos de referenciação e a história.

Após suas análises, o autor afirma que todo o maniqueísmo nas formas de significação do episódio ocorrido (o ataque terrorista aos Estados Unidos), dos agentes envolvidos e do tipo de ameaça que ele representa, resulta de um jogo de representações, que é colocado em cena enquanto estrutura significativa, que não só torna os sentidos propostos para esse evento possíveis, mas que constitui um mecanismo de manutenção das relações de poder estabelecidas.

Embora os objetos de estudos sejam diferentes, nossa pesquisa coaduna com a pesquisa de Ferreira (2005) em relação à visão de linguagem utilizada pelo autor: dialógico-performativa. Também trabalharemos nessa perspectiva, pois acreditamos, como afirma Austin (1990), que tudo que fazemos com a língua tem um caráter performativo e, conseqüentemente, há implicações éticas.

Nesse sentido, todo ato de nomear é também um ato de valoração, assim, tudo que eu fizer com a linguagem terá um comprometimento ético e implicações.

Com base no exposto anteriormente, traçamos, a seguir, os objetivos de nosso trabalho, bem como as perguntas de pesquisa e as hipóteses que o norteiam.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Problematizar e analisar os procedimentos de referência utilizados pelo policial no Boletim de Ocorrência (BO) em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, com a tentativa de identificar as políticas de representação no interior das quais essa política de nomeação e de referência ocorre.

Objetivos Específicos

a) Investigar como se dá a política de representação a partir das escolhas dos processos de referência e de nomeação, usadas no Boletim de Ocorrência (BO).

b) Identificar quais os tipos de referência utilizados pelo policial na elaboração do Boletim de Ocorrência (BO) e suas implicações na construção do sentido.

c) Verificar qual o papel das expressões descritivas frente às formas de referência nominais e pronominais na construção da referência e da nomeação no Boletim de Ocorrência (BO).

PERGUNTAS DE PESQUISA

a) Como se dá o processo de construção de referência e a política de nomeação no gênero Boletim de Ocorrência (BO)?

b) Que possíveis políticas de representação podem ser percebidas nos atos de nomeação e de referência presentes no Boletim de Ocorrência (BO)?

c) Como se dá a caracterização dos envolvidos e do fato ocorrido, por meio dos processos de referência e de nomeação e quais são suas implicações?

HIPÓTESES

- Os processos de referência e de nomeação, usados para descrever o fato ocorrido e os envolvidos, podem ser mobilizados de modo a produzir certos efeitos de sentido que possibilitam a identificação dos envolvidos e a caracterização dos fatos no âmbito de determinadas políticas de representação que atendem a determinados interesses. Isto porque, apesar de o policial ser instruído, a partir do Manual de redação, para produzir um texto com impessoalidade, objetividade e clareza, há implicações subjetivas que podem afetar a construção da referência e da nomeação e, por consequência, engendrar diferentes efeitos de sentido.

- Em decorrência disso, o policial vive um paradoxo, dadas as coerções relativas ao endereçamento do boletim e a necessidade de imputar o fato como crime de tal modo que o seu manejo da língua apresenta-se fragilizado, trazendo como efeito uma relação com a língua escrita hiperbólica¹¹.

Em seguida, descrevemos a organização da tese.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Organizamos a tese em três capítulos, além da Introdução e das Considerações finais. No **primeiro capítulo**, apresentamos o arcabouço que deu sustentação para nossa pesquisa. Na primeira seção, intitulada, “Linguagem como ação”, tratamos com base na

¹¹ O termo hiperbólico está sendo utilizado no sentido de detalhista, há uma descrição minuciosa por parte do policial, com excesso de dados, de detalhes, talvez desnecessária, no afã de querer ser transparente e demonstrar clareza.

pragmática austiniana (1990), do caráter performativo da linguagem; dos tipos de Atos de fala (locucionário, ilocucionário e perlocucionário); da noção de “*uptake*”; da classificação dos atos ilocucionários, apresentando a definição e os verbos que os exprimem. Na segunda seção, “A questão da referência: sentido, referência e representação”, apontamos, primeiramente, um breve percurso histórico do conceito de referência, apoiando-nos em Frege (1892), Russell (1978), Baldini (2011), Dias e Lacerda (2013), Oliveira (2015), Strawson (1975) e Donnellan (1966). Ainda, na segunda seção, apresentamos a noção de referência que tomamos como base para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Para tanto, discutimos as ideias de Rajagopalan (1989, 1996, 2003), Austin (1990) e Ottoni (2002) sobre referência. Na terceira seção, intitulada “O ato de nomear no processo de referência e a política de representação”, tratamos da relação entre esses elementos, ressaltando a importância do papel da nomeação para análise da política de representação que está por trás dos atos de nomear/ predicar utilizados pelo policial na elaboração dos BO. Para trabalharmos com a noção de política de representação lançamos mão dos estudos de Rajagopalan (1989, 1996, 2003).

No **segundo capítulo**, apresentamos a metodologia usada para o desenvolvimento desta pesquisa. Este está subdividido em cinco seções. Na primeira seção, falamos sobre a natureza da pesquisa, no caso, pesquisa qualitativa de base interpretativista. Na segunda, descrevemos o contexto da pesquisa, esclarecemos como conseguimos o material a ser analisado. Na seção de número três, falamos sobre os procedimentos para a montagem e a organização do *corpus* de estudo, apresentando as diferentes naturezas dos BO a serem analisados: Embriaguez ao Volante; Agressão à mulher; Homicídio; Roubo; Tráfico de drogas. Na quarta seção, apresentamos a descrição do *corpus* de estudo, mostrando qual é a estrutura do BO. Na quinta e última seção deste capítulo, apontamos os procedimentos para a análise dos dados.

No **terceiro capítulo**, apresentamos as análises e discussões dos dados. Primeiramente, apresentamos novamente as perguntas que nortearam nossa pesquisa e, em seguida, fizemos uma síntese de cada BO com as respectivas análises. De cada boletim, procuramos destacar os processos de referência em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, analisando os tipos de referência, a política de nomeação e de representação e a força dos atos ilocucionários utilizados pelos policiais. Na continuação, apresentamos as considerações finais a respeito desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, elegemos como escopo teórico, para tratarmos da questão da referência na perspectiva da Pragmática, com base nos estudos de Austin (1990), mais especificamente no que se refere à teoria dos atos de fala e ao caráter performativo da linguagem. Apoiamo-nos, também, nas contribuições de Rajagopalan (1989, 1996, 2003) e Ottoni (2002) a este respeito. Mobilizamos, ainda, os conceitos de uso atributivo e de uso referencial das descrições definidas, propostos por Donnellan (1966).

Primeiramente, apresentamos a noção de linguagem como ação, em seguida, abordamos a questão da referência na visão austiniana e ainda tratamos do ato de nomear e da política de representação.

1.1 A linguagem como ação

Na perspectiva da Pragmática, aparato teórico desta pesquisa, a linguagem é vista como ação, como uma prática social e política que envolve escolhas, e, por isso, está comprometida com a questão ética. Em sua argumentação, Austin (1990) põe em questão alguns dos pressupostos da filosofia analítica que considerava a linguagem apenas como forma de descrição e de representação direta e neutra do mundo, em que não haveria um comprometimento com o posicionamento ideológico. Para o autor, a língua (gem) é performativa, porque é ação; tudo o que fazemos com ela, ou a partir dela, tem implicações éticas. O conceito de ação é fundamental para compreender o pensamento de Austin (1990). Para ele, a ação é um dos componentes constitutivos da performatividade de, “é uma atitude independente de uma forma linguística: o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação” (OTTONI, 2002, p. 129). Austin (1990) foi quem formulou o conceito de língua(gem) como performatividade:

O termo ‘performativo’ será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo ‘imperativo’. Evidentemente que este nome é derivado do verbo *to perform*, verbo correlato do substantivo ‘ação’, e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente,

considerado um mero equivalente a dizer algo (AUSTIN, 1990, p. 25).

Declarar, por exemplo, para o autor, é mais do que dizer; é fazer algo. Nesse ponto, ele questiona um antigo pressuposto filosófico de que dizer algo é sempre declarar algo. Suas ideias podem ser explicadas a partir do exemplo “Eu vos declaro marido e mulher”. Trata-se de um enunciado performativo por realizar uma ação no momento em que é enunciado. Ao enunciar tal dizer o padre ou o juiz pode tornar casados aqueles que ali estão com esse propósito, configurando-se como performatividade, pois uma ação foi praticada por meio de um enunciado proferido num determinado contexto. Não é uma simples declaração, mas sim, a realização de um ato; é uma ação.

Segundo Austin (1990), mesmo quando declaramos ou descrevemos algo, estamos fazendo alguma coisa. Isto porque a descrição é mediada pelo olhar de quem descreve e envolve escolhas linguísticas que não são neutras e nem inocentes. E o próprio ato de descrever nunca é neutro ou destituído de uma intencionalidade e de posicionamento. Essa noção será relevante para que possamos entender e sustentar as análises desta pesquisa.

Para elucidar suas ideias, Austin (1990, p. 24) apresenta os seguintes exemplos:

- a) “Aceito (scilicet), esta mulher como minha legítima esposa”- do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento.
- b) “Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- c) “Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento.
- d) “Aposto cem cruzados como vai chover amanhã”.

Segundo o autor, esses exemplos “deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) **não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando; é fazê-lo**” (AUSTIN, 1990, p. 24 - grifos nossos). Assim, a cada ato de fala que se enuncia há um comprometimento correspondente por parte do enunciador; o que se faz com a linguagem possa afetar o outro¹², por isso a preocupação com a questão ética, com a responsabilidade que decorre de uma ação. Destarte, de acordo com a Pragmática, a linguagem

¹² Aqui a modalização se justifica pelo fato de que o falante não tem controle sobre os efeitos de sua intenção, já que ela se realiza juntamente e por meio do *uptake* (termo discutido adiante) na interação com seu interlocutor.

não é, portanto, meio neutro de transmitir ideias, mas sim constitutiva da realidade social. Não sendo ‘a realidade social’ um conceito abstrato, mas o conjunto de atos repetidos dentro de um sistema regulador, a linguagem é sua parte presente e legitimadora, e deve ser sempre tratada nesses termos (PLAZA PINTO, 2011, p. 63).

Nessa perspectiva, ao proferirmos um ato de fala, nos comprometemos e devemos assumir a responsabilidade por esse proferimento. Não proferimos simplesmente para declarar algo, pois, em qualquer sentença proferida, há sempre uma motivação, mesmo que inconsciente.

A teoria dos atos de fala¹³ tem por base as conferências de Austin publicadas após sua morte, sob o título, em português, “Quando dizer é fazer: Palavras e Ação” (AUSTIN, 1990), concebe a linguagem como uma atividade desempenhada pelos interlocutores, não como forma de descrição direta e neutra do mundo, mas como ação. Nesse sentido, é preciso levar em consideração as condições de uso de uma sentença, pois é por meio delas que as expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma situação.

Partindo-se dessa ideia, Souza Filho (1990) afirma que

a visão de Austin é sempre orientada pela consideração da linguagem a partir de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação. Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em determinado contexto, com uma determinada finalidade de acordo com certas normas e convenções. O que se analisa agora não é mais a estrutura da sentença com seus elementos constitutivos, isto é, o nome e o predicado, ou o sentido e a referência, mas as condições sob as quais o uso de determinadas expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma dada situação (SOUZA FILHO, 1990, p. 11).

Assim, a teoria austiniana tem o intuito de investigar como a linguagem adquire significado, ou melhor, como as condições de uso da sentença podem determinar seu significado, levando em consideração que tudo que for feito com a linguagem tem um comprometimento ético porque há implicações.

Austin inicia suas reflexões fazendo uma distinção entre atos constativos - aqueles descritivos e passíveis de aferição de valor de verdade - e os performativos - os que são a

¹³ Gostaríamos de esclarecer que a perspectiva de Austin (1990), apesar de ser uma Teoria dos Atos de Fala, não é usada exclusivamente para a linguagem oral, muito pelo contrário, hoje, essa teoria é utilizada por muitos autores (JUDITH BUTLER, SHOSHANA FELMAN, RAJAGOPALAN etc.) que trabalham a perspectiva de Austin no discurso, independentemente de ser na modalidade escrita ou oral.

realização de uma ação. Mas, após a análise de alguns enunciados aparentemente constativos, ele questiona essa distinção, afirmando que “talvez não tenhamos aqui realmente dois pólos, mas sim um desenvolvimento histórico.” (AUSTIN, 1990, p. 120).

Austin, em suas conferências, problematiza os pares dicotômicos constativo x performativo, a fim de mostrar que a linguagem é fundamentalmente performativa, ou seja, quando se diz algo, não se está meramente constatando algo, mas sim, fazendo algo. Segundo Austin (1990),

Ao iniciarmos o programa de encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, pareceu-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativos de proferimentos constativos, e, portanto, achamos conveniente recuar por um instante às questões fundamentais, ou seja, considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo *é* fazer algo, ou que *ao* dizer algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo (AUSTIN, 1990, p. 85- grifos do autor).

Rajagopalan (1990), em seu artigo “Atos ilocucionários como jogos da linguagem”, questiona por que Austin continua empregando o termo “performativo” mesmo após o abandono da dicotomia constativo/ performativo. O próprio Rajagopalan responde à pergunta afirmando que o termo “enunciado performativo” designa um novo conceito que difere do seu antecessor. Nas palavras do autor,

E essa diferença radical consiste precisamente em conceber a performatividade não mais em oposição e exclusão à dimensão verdade/falsidade, mas de tal maneira que a própria dimensão (que antes era a marca distintiva do constativo) viesse a ser algo que ganhasse a sua razão de ser, graças a um ato ilocucionário – a saber, a de constatação, agora tida como um ato de fala como qualquer outro do tipo institucional, já identificado e reconhecido (RAJAGOPALAN, 1990, p. 524).

Assim, o termo performativo que Austin continua a empregar após a distinção constativo/ performativo passa a designar algo que define todo e qualquer enunciado e, conseqüentemente, passa a designar a própria natureza da linguagem, apresentando, dessa forma, uma nova visão da linguagem. Ao pensar a linguagem por esse viés, Austin postula que todo dizer é um fazer, sendo que a performatividade não é um privilégio apenas de alguns enunciados. Tal constatação faz da teoria dos atos de fala uma visão performativa da linguagem.

Rajagopalan (1989, p. 525) ainda complementa que “a performatividade reside em como se aborda o enunciado e não em algo inerente ao objeto linguístico”. Assim, continua o autor,

Seriam em última análise, os interesses específicos de quem aborda a linguagem que vão levar à identificação num enunciado do tipo Eu suponho que... ora, um performativo, ora um descritivo. Ou melhor, ora um performativo implícito – pois, à luz da dissolução da dicotomia inicial ‘constativo/performativo’ e a posteriori re-definição da performatividade, não existe um descritivo que não seja na verdade um performativo mascarado (RAJAGOPALAN, 1989, p.527).

Segundo o autor, esse é o ponto mais crítico das reflexões que Austin desencadeia ao longo de suas doze palestras. Esse ponto crítico diz respeito ao fato de que

Se a performatividade é toda uma questão de olhar, isto é, de encarar a linguagem, não é mais de se estranhar que tenham fracassado todas as tentativas de se chegar a um conjunto de marcas formais que fossem necessárias ou suficientes, ou melhor, ambas, e que pudessem ser tomadas como determinantes da performatividade. Simplesmente porque nada havia na própria linguagem, enquanto forma, que nos obrigasse a identificar como a marca da presença da performatividade (RAJAGOPALAN, 1989, p. 527).

Nesse sentido, segundo Austin (1990), o importante é considerarmos a linguagem como ação, sendo esta o próprio ato de realização da fala e, ainda, que todo ato de linguagem assume um caráter performativo, portanto, com implicações éticas e políticas. O filósofo inglês assevera que qualquer proferimento pode ter caráter performativo, ou seja, pode ser um ato cujos efeitos podem ser positivos ou desastrosos.¹⁴ Em suma, aquilo que dizemos tem efeitos e esses efeitos nem sempre podem ser previstos, pois o sujeito não tem controle sobre o que seu dizer poderá produzir na interlocução, seja com o ouvinte ou com o leitor.

Rajagopalan (2010), ao se referir ao pensamento de Austin (1990), salienta que

uma das conclusões a que ele mesmo chega ao fim de suas peripécias é que todo dizer é, afinal de contas, um fazer, e enquanto tal precisa ser abordado com conceitos e categorias próprios para a análise de feitos e não de ditos. Por exemplo, um dito pode ser julgado verdadeiro ou falso, enquanto um feito só pode ser julgado feliz ou infeliz (RAJAGOPALAN, 2010, p.14).

¹⁴ A noção de uptake será discutida mais adiante.

Em suas reflexões, ao longo das doze conferências já mencionadas, Austin propõe diferentes níveis dos Atos de fala: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário refere-se ao ato de proferir determinada sentença com determinado sentido e referência. O ilocucionário seria a força desse ato, que pode ser de informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se. E o perlocucionário é o que nós produzimos por termos dito algo; diz respeito aos efeitos produzidos pelos atos de fala. Esses três níveis atuam simultaneamente no enunciado. Plaza Pinto (2011) apresenta o seguinte exemplo e explicações para elucidar esses três níveis dos Atos de Fala: “(9) Eu vou estar em casa hoje”. Segundo a autora,

o ato locucionário seria o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado referencial e predicativo, quer dizer, para efetivar uma proposição que diz alguma coisa sobre “eu”. O ato ilocucionário é a força que o enunciado produz, que pode ser de pergunta, de afirmação, de promessa etc., o que neste caso de (9), fica diluído entre uma promessa e uma afirmação, dependendo do contexto em que é enunciado. O ato perlocucionário é o efeito produzido na pessoa que ouve o enunciado: efeito de agrado, pois gostaria de estar mais tempo em casa com quem enunciou (9); efeito de ameaça, pois vai se sentir vigiada por aquela presença na casa, e assim, por diante (PLAZA PINTO, 2011, p. 58).

Ainda, segundo Plaza Pinto (2011), é importante observarmos que os atos de fala são, muitas vezes, de efeito ambíguo, podendo expressar tanto uma promessa quanto uma ameaça, por exemplo. Para resolver essa ambiguidade, os falantes precisam basear-se em indícios explicitados no momento da fala, ou percebidos na relação entre as pessoas que falam. Assim, podemos afirmar que os atos de um enunciado ocorrem simultaneamente e são relativos ao contexto de fala e às pessoas que falam, e são interpretáveis com uma amplitude muitas vezes difícil de ser descrita nos limites de uma análise linguística (PLAZA PINTO, 2011).

Assim, a análise do ato de fala implica não só a análise da linguagem em uso, em um determinado contexto, com fins determinados e a partir de determinadas convenções, mas também implica o estudo das condições sob as quais a linguagem produz efeitos numa dada situação.

Dessa forma, o ato ilocucionário está relacionado à força ilocucionária, uma vez que, se não obtiver efeito, ele não terá sido realizado de forma “feliz” e bem-sucedida. O efeito, e também a apreensão do ato de fala, equivale a tornar compreensível o significado e a força ilocucionária do ato de fala. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve

a criação de condições para que a força ilocucionária tenha êxito, apesar de não podermos garantir a apreensão do ato de fala.

Segundo Austin (1990), podemos considerar que o ato ilocucionário realizou-se, quando se obtém a partir dele algum efeito. Portanto, conforme o filósofo inglês,

não se pode dizer que preveni um auditório a menos que este escute o que eu diga e tome o que eu digo num determinado sentido. Um efeito sobre o auditório tem que ser conseguido para que o ato ilocucionário seja levado a cabo. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão (AUSTIN, 1990, p. 100).

Austin (1990) não trabalha com a noção de proferimentos performativos “verdadeiros ou falsos”, sendo esta uma marca característica de uma declaração e foco das discussões da Filosofia clássica. Em vez dessa noção, ele trabalha com condições de “felicidade e infelicidade” do proferimento. Assim, ele procura esquematizar alguns critérios para o funcionamento “feliz” ou sem tropeços de um proferimento performativo. De acordo com o autor,

(A.1) Deve existir um proferimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
 (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada passo, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
 (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
 (B.2) completo.
 (r.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e além disso,
 (r.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.
 (AUSTIN, 1990, p. 31)

Essas condições devem ser satisfeitas para que os proferimentos possam ser felizes, ou para que sejam realizados. Além das condições de felicidade, o autor apresenta casos em que um proferimento pode ser infeliz. Ottoni (2002) resume as infelicidades mais específicas do performativo no seguinte trecho:

(a) nulidade (sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal ato, quando não consegue, formulando seu enunciado, completar o ato pretendido; (b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: eu prometo, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação prometida; (c) a quebra de compromisso quando se diz eu te desejo boas vindas, por exemplo, tratando, no entanto, o indivíduo como estranho (OTTONI, 2002, p. 128).

Após suas considerações sobre os tipos de atos de fala, locucionários, ilocucionários e perlocucionários, Austin (1990) questiona também essa diferença entre eles, concluindo que, na verdade, todo ato de linguagem tem um caráter performativo, mesmo quando fazemos apenas declarações. Na XI Conferência, ele afirma que

cada vez que “digo” algo (exceto, talvez, quando emito uma simples exclamação como “Poxa” ou “Arre”) realizo conjuntamente atos locucionários e ilocucionários, e esses dois tipos de atos parecem ser precisamente o que tentamos usar como meios de distinguir, com a denominação de “fazer” e “dizer”, performativos de constativos. Se geralmente estamos fazendo ambas as coisas de uma vez, como pode subsistir a nossa distinção? (AUSTIN, 1990, p.111)

Para Austin (1990), a linguagem pode ser considerada performativa, visto que, no ato de proferir um simples enunciado, que nunca é neutro, nem apolítico, executa-se uma ação, “que é um dos elementos constitutivos da performatividade” (OTTONI, 2002, p.129). Esse conceito é de suma relevância para a análise dos dados de nosso *corpus*, pois está diretamente ligado a uma nova forma de conceber o uso da linguagem: uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Ao longo de sua discussão na obra mencionada anteriormente, Austin (1990) chega à conclusão de que a linguagem tem um caráter performativo, já que ao se dizer algo, faz-se algo.

Essa nova visão da linguagem coloca a questão da verdade em outros termos. “A ‘verdade’, antes concebida como uma correspondência entre linguagem e mundo, passa a ser substituída pela eficácia do ato de fala – as condições de sucesso desse ato – e pela ideia de compromisso, o compromisso que é assumido na realização do ato” (FERREIRA, 2005, p. 39)

Freitas (2006) também argumenta sobre a questão do performativo e complementa o exposto, afirmando que

Essa visão de linguagem como ação, como uma forma de intervenção sobre o mundo, e não como forma de simples representação do mundo, da realidade, repercutiu em diversas áreas, possibilitando análises que

tocam, sobretudo, em questões de ordem ética e política (FREITAS, 2006 a, p. 42).

Para Austin, qualquer enunciado tem um eu que produz a fala, mas que não é capaz de controlar o que vai ser significado no momento da enunciação. O sentido, segundo Austin, não é controlado pelo sujeito. Para ele, o sujeito não é completamente dono da situação comunicativa, pois o efeito pode ocorrer à revelia da sua intenção. Assim, o sentido não está na linearidade da frase, mas emerge da correlação de diferentes fatores associados ao sujeito.

Plaza Pinto (2011, p. 66) endossa as ideias de Austin, afirmando que “Dizer é fazer: a prática social que chamamos linguagem é, para a Pragmática atual, indissociável de suas consequências éticas, sociais, econômicas, culturais”. Nesse sentido, a autora também contraria o que postulava a Filosofia clássica.

Otoni (2002, p. 134), ao discutir os postulados de Austin, parte de um eu com a linguagem e chega a um eu na linguagem e da linguagem. De acordo com o autor, “O eu sozinho não tem domínio da significação: ele se constitui no momento da enunciação, na interlocução”. E complementa: “O eu não deve mais ser confundido com o sujeito empírico, uma vez que é só através do *uptake* que se constitui o sujeito”.

Otoni (2002) prefere o termo *uptake* em vez de apreensão¹⁵, por considerá-lo mais abrangente e consistente. Segundo o autor, o *uptake* é a condição necessária do próprio ato de fala, pois é ele que produz o ato. O *uptake* é a relação entre os interlocutores por meio da linguagem e não segue nem regras nem critérios formais definitivos que possam descrevê-lo.

Nesse sentido, não é possível falar de uma “garantia” de sentido, no que se refere à intenção do sujeito falante, já que esta intenção não pode ser unilateral, pois depende do interpretante. A intencionalidade por si só não garante o efeito do ato de fala, pois o sentido se constrói na percepção, ou ainda, como postula Derrida (1985), no ouvido do outro. Não há um controle por parte do sujeito falante sobre os efeitos de sua intenção, já que ela se realiza juntamente e através do *uptake*.

Desse modo, como afirma Otoni (2002),

é através do *uptake* que há um descentramento do papel do sujeito falante. Deste modo podemos dizer que o *uptake* numa versão branda é o lugar onde se complementam o eu e o tu, onde se assegura a fala.

¹⁵ Souza Filho, na obra “Quando dizer é fazer”, utiliza o termo apreensão.

Numa versão mais forte, o uptake é o lugar do dismantelamento da intenção, o caminho próprio da desconstrução. (...) é o lugar das situações inesperadas, não-tencionadas, inconscientes, indispensáveis para que se constitua um “eu-sujeito”. Não há “lógica”, no sentido transcendental do termo, que possa identificar o sujeito a não ser através da *ação*, da sua *fala*, da sua *performatividade*, (OTTONI, 2002, p. 135-136- grifos do autor).

Essa noção de *uptake* é desenvolvida por Austin, a partir da oitava conferência, quando o filósofo começa a distinguir o ato ilocucionário do perlocucionário. Na IX Conferência, ele afirma:

De modo que temos aqui três maneiras pelas quais os atos ilocucionários estão ligados a efeitos. Essas três maneiras são todas elas distintas do fato de produzir efeitos, que é característico do ato perlocucionário. Temos que distinguir as ações que possuem um objeto perlocucionário de uma ilocução pode ser sequela de outra. Por exemplo, o objeto perlocucionário de prevenir, alertar alguém pode ser uma sequela de um ato perlocucionário que alarma alguém. Por outro lado, que alguém se sinta dissuadido pode ser a sequela de uma ilocução, em lugar de ser o objeto de dizer “não faça isso”. (AUSTIN, 1990, p. 100-101)

Com essa noção de *uptake*, Austin (1990) subverte sua própria teoria até então calcada no papel centralizador do sujeito falante; é através dessa noção que há um descentramento do papel do sujeito falante. Assim, para Austin, na interlocução entre falante e interlocutor, não há o controle do sujeito falante sobre os efeitos de sua intenção, já que ela se realiza juntamente e por meio do *uptake* com o seu interlocutor.

Dessa maneira, a força ilocucionária de um ato de fala só vai se concretizar se o outro estiver “aberto/ pronto” para aceitá-lo e se envolver nele (no ato); o efeito só ocorrerá se o outro se abrir para a realização do ato de fala. Na visão de Ottoni (2002, p. 137), “o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a força que ela tem e o efeito que ela provoca”.

Assim, Austin enfatiza que, para que o ato performativo se realize são necessárias as condições dos atos de fala e convenções ritualizadas. Além de contexto, o filósofo inglês considera também o que ele chama de “circunstâncias do proferimento” como sendo relevantes para determinar como as palavras podem ser interpretadas:

Uma ajuda extremamente importante resulta das circunstâncias do proferimento. Assim, podemos dizer: “Vindo dele, interpretei aquilo como sendo uma ordem e não um pedido”. Do mesmo modo, o contexto das palavras: “morrerei um dia”, “te deixarei o meu relógio” e, em

particular, o estado de saúde da pessoa que fala, são relevantes para determinar como estas palavras devem ser interpretadas (AUSTIN, 1990, p. 72).

Isso possibilita-nos pensar no funcionamento dos BO como produções textuais ritualizadas e elaboradas a partir de coerções, mesmo que implícitas, vivenciadas pelo policial. São textos produzidos a partir de certas circunstâncias de enunciação, que de um lado seguem um manual que assevera que o texto deve ser técnico, objetivo, imparcial, sem julgamentos, mas, por outro lado, o policial terá que responder por seu texto, mostrando que o fato é imputável, tendo em vista que é endereçado a interlocutores específicos: delegado e/ou juiz que estão numa hierarquia superior que a dele, sendo a função do policial a de dar ciência a eles do fato acontecido.

Ao pensarmos na noção de *uptake* no BO, temos de pensar quem é o interlocutor do BO: normalmente delegado e/ ou juiz. Esses interlocutores esperam que o BO atenda a todos os requisitos necessários para seu entendimento e para possíveis providências, mas não se pode prever quais serão os efeitos dos atos de fala presentes. Assim, os processos de construção da referência e da nomeação neste documento possuem uma força ilocucionária que será concretizada a partir do momento em que o delegado e/ ou juiz reconhecerem o texto como válido.

Austin (1990) propõe uma classificação dos atos ilocucionários, de acordo com sua força ilocucionária, tais como:

Classificação dos atos	Definição	Verbos que os exprimem
Verditivos	Caracterizam-se por dar um veredito sobre um ato oficial ou não oficial.	Inocentar, condenar, absolver, calcular, avaliar, analisar, estimar etc.
Exercitivos	Consistem no exercício de poderes, direitos ou influências.	Designar, nomear, votar, ordenar, instar, aconselhar, avisar etc.
Comissivos	Caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo; comprometem a pessoa a fazer algo.	Prometer, comprometer, concordar, jurar, planejar, consentir, garantir etc.
Comportamentais	Relacionam-se a atitudes e comportamentos sociais dos falantes	Desculpar-se, felicitar, agradecer, elogiar, dar os pêsames, maldizer, desafiar etc.
Expositivos	Consistem em expressar opiniões, conduzir debates	Citar, afirmar, negar, informar, relatar,

	e esclarecer usos e referências.	classificar, identificar, descrever etc.
--	----------------------------------	--

Fonte: Austin (1990, p. 123-131)

Rajagopalan (1996), ao se referir a essa taxonomia proposta por Austin (1990), afirma que “de uma forma ou de outra, todos os verbos performativos sob a mira têm a ver com a função metalinguística da linguagem” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 230). Ainda segundo o autor, ao propor a classificação dos atos ilocucionários, “Austin se dá conta de que o próprio ato de classificar em si já é um ato ilocucionário do tipo expositivo, cuja função incluía a de, lembre-se, ‘esclarecer usos e referências’” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 230-231).

Nessa mesma linha de pensamento, Ottoni (2002, p. 129), por sua vez, assevera que, “podemos dizer que por detrás de cada afirmação há uma forma não explicitada de um performativo, um *performativo mascarado*”. Isso porque, Austin (1990) conclui que uma afirmação é um performativo. Para exemplificar, Ottoni (2002) utiliza o exemplo “ele é um péssimo indivíduo”, que, dependendo do lugar em que está sendo dito, pode ser interpretado de várias maneiras, ter vários “implícitos performativos”.

pode, por exemplo, ser explicado como “eu afirmo que ele é um péssimo indivíduo” ou “eu imagino que ele é um péssimo indivíduo”. Um fato interessante de se observar é que, para dar condições de performatividade de um enunciado, Austin identifica um enunciado com um ‘sujeito falante’ para que possa praticar uma ação. Neste momento temos a afirmação, o constativo “ele é um péssimo indivíduo”, por exemplo, no mesmo nível dos performativos e, por isso, podendo ser feliz ou infeliz. As afirmações agora não só **dizem** sobre o mundo como **fazem** algo no mundo. Não descrevem a ação, praticam-na. (OTTONI, 2002, p. 130 – grifos do autor)

Esse salto que desfaz a distinção entre performativo/ constativo, produz uma mudança na questão da referência, como veremos mais adiante, pois os conceitos de verdade ou falsidade não terão um papel relevante nem prioritário para Austin. O que se levará em consideração são as condições de felicidade do ato de fala: esse performativo poderá ser feliz se for realizada a ação pretendida, será infeliz se esta ação não se realizar.

Como afirma Ottoni (2002, p. 130), “a partir deste momento podemos falar de uma visão performativa na qual o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do Sujeito”.

A partir dessa noção performativa da linguagem, analisamos os BO, tendo em vista o fato de considerarmos, assim como Austin, que os enunciados ali presentes não são meras descrições “neutras” dos envolvidos ou dos fatos ocorridos, mas são formas de representação e de ação. Veremos que, nos processos de referência e de nomeação utilizados pelo policial, na elaboração dos BO, ele faz uso de atos ilocucionários, mesmo que de maneira implícita como descrever, relatar, classificar etc., os quais terão consequências e implicações importantes para o julgamento do fato.

1.2 A questão da referência: sentido, referência e representação

A questão da referência tem sido discutida e estudada dentro dos estudos linguísticos sob diferentes perspectivas e abordagens. Geralmente, nessas abordagens, estudar a referência significa analisar a relação entre linguagem e exterioridade, ou entre linguagem e realidade.

De acordo com Dias e Lacerda (2013, p. 357), quando se estuda a referência, o que está em discussão são questões relativas ao gesto referencial: “se eu aponto o meu dedo para uma parede, posso estar me referindo a um quadro, à cor da parede, ao material de que a parede é construída, ao local onde bati a minha cabeça, etc. São as palavras, afinal, que constituem as condições para se ‘dizer’ o referente”.

Como já dito, o objetivo deste trabalho é analisar a referência na perspectiva da Pragmática¹⁶ com base na Teoria dos Atos de Fala e na noção de performatividade, propostos por Austin (1990). Para tanto, analisamos as escolhas linguísticas feitas pelo policial ao se referir ao fato ocorrido e aos envolvidos na ocorrência policial. Contudo, consideramos necessário traçar antes um panorama histórico, mesmo que de forma breve, sobre este tema a fim que se possa compreender melhor o percurso das discussões sobre o par sentido e referência.

Começaremos apresentando a perspectiva de alguns filósofos, como Frege, Russell, Strawson e Donnellan. Gostaríamos de esclarecer que nossa intenção não é entrar no âmbito das discussões desses filósofos, mas sim, apresentar o que cada um postulou sobre referência, já que suas contribuições foram fundamentais para os estudos da significação.

¹⁶ É importante frisar que se trata da referência sob a perspectiva da Pragmática. No campo da semântica, a óptica tem sido outra. Quase sempre a ênfase, na verdade, recai sobre o referente, não sobre a referência.

O tema referência é discutido desde os primeiros debates que nasceram no campo da Semântica Lógica, quando se deu a discussão entre Frege e Russell em torno da questão do pressuposto. Os pontos de vista dos dois filósofos divergiam na busca por explicações sobre a relação entre língua(gem), o valor de verdade das asserções e o mundo real.

Frege (1892) tratou da diferença entre sentido e referência, considerando o nome próprio¹⁷ e também a sua presença em uma sentença declarativa. Frege (1892) tratou dessas sentenças porque seriam elas que portariam uma relação verifuncional com o conhecimento. De acordo com seu pensamento, uma expressão linguística que nomeia algo, isto é, que seja uma designação, apresenta um sentido e uma referência, constituindo assim o que o lógico chamou de nome próprio. Segundo o filósofo, o sentido do nome próprio é definido “como o modo de apresentação do objeto”, e sua referência, o objeto designado por esse nome próprio. Para ele, é necessário distinguir três termos: o sentido, a referência e a representação de um nome. Dessa forma, de acordo com Baldini (2011, p.13), “só podemos falar de algo no mundo, de um objeto, dando-lhe uma descrição. Isso é o sentido. Mas o objeto permanece lá, e essa é a referência. E, no interior de cada consciência, os indivíduos farão representações distintas desse objeto”. Assim em: “ O Brasil está em crise” e “ O maior país da América Latina está em crise”, os dois nomes, Brasil e maior país da América Latina, possuem a mesma referência, mas sentidos diferentes, pois descrevem o objeto de maneira diferente. O autor explica, então, que “o sentido de um nome é a descrição que esse nome faz de um objeto, e a referência de um nome é precisamente este objeto do qual o sentido dá a descrição. O valor de verdade de um enunciado, portanto, permanece inalterado se o referente permanece o mesmo” (BALDINI, 2011, p.13).

Quanto à representação, Frege (1892) sustenta que ela

difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser propriedade comum de muitos, e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração a outra (FREGE, 1892, p. 65).

Nessa perspectiva, percebemos que, para Frege (1892), o sentido e a referência são objetivos, já a representação é individual e subjetiva, pois se relaciona com as

¹⁷ Frege (1892) considerava nome próprio como conjunto de sinais ou um sinal que se refere a um objeto específico no mundo.

experiências, com os posicionamentos do sujeito. O sentido é o que muda o valor de verdade de um objeto, pois o sentido é a descrição que se faz do objeto. Essa descrição é sempre afetada pelo olhar de quem avalia.

Frege (1892) propõe a distinção entre objeto real e objeto-de-conhecimento. O objeto real é o objeto no mundo, exterior ao sujeito e independente dele; já o objeto-de-conhecimento é o objeto teórico construído pela ciência, dependente do sujeito. Dessa forma, todo conhecimento científico é uma forma de apropriação do objeto real pelo objeto-de-conhecimento.

Para explicar a relação entre sentido e referência, considerando-se a sentença, tal como propunha Frege (1892), Baldini (2011) afirma que, diferentemente dos nomes, no caso das sentenças, o esquema seria o seguinte:

o sentido de uma sentença é o pensamento, um julgamento acerca da realidade (uma proposição), e a referência de uma sentença é um valor de verdade. Nesse contexto, uma sentença é apenas um sentido diferente dado ao verdadeiro e ao falso. Conseqüentemente, do mesmo modo que ocorre com os nomes, alterar-se o sentido de uma sentença não altera o valor de verdade global do enunciado, desde que a referência seja a mesma. Se a referência de uma sentença é justamente seu valor de verdade, ela só pode ser substituída por outra de mesmo referente, isto é, de mesmo valor de verdade (BALDINI, 2011 p.14).

Assim, o autor explica que, segundo a teoria de Frege (1892), tanto no caso dos nomes quanto no caso das sentenças, desde que os referentes permaneçam os mesmos, os sentidos podem ser múltiplos e o valor de verdade global de um enunciado não se alterará.

A respeito dessa discussão, Dias e Lacerda (2013) asseveram que Frege, ao considerar os nomes próprios ou as sentenças declarativas que contém nome próprio, define o sentido de maneira diferente da representação, pois esta resulta de um olhar subjetivo sobre os objetos e verdades ou falsidades do mundo. Já o sentido, além de ser uma apresentação objetiva da referência, consiste em uma apresentação unilateral dessa referência, sendo impossível apreendê-la em sua completude. Assim, a referência tem uma abrangência que escapa os limites do sentido que a apresenta. E o sentido, por sua vez, é limitado porque só alcança parcialmente a referência.

As elucidações feitas pelos autores, citados anteriormente, reafirmam a ideia de que Frege (1892) centrava suas discussões (sobre a referência) no modo de localizar e distinguir um objeto referido por um nome próprio e os parâmetros para se estabelecer o valor de verdade das sentenças declarativas independentes. Essas ponderações de Frege

o leva, então, a acrescentar um outro ponto que considerou importante para tratar a questão da referência: a questão do pressuposto. Frege (1892) propõe, então, alterações em sua teoria para dar conta de enunciados que introduzem pressupostos, ponto que iria enfrentar resistência e críticas por parte de Russell.

Convém ressaltar que os pontos de vista de Frege e de Russell eram os de filósofos - lógicos, por isso o objetivo maior de ambos era compreender a relação entre as palavras que compõem um enunciado e seu valor de verdade, já que na condição de filósofos também interessava-lhes a questão de como o homem concebe a construção da verdade.

Segundo Baldini (2011),

Frege [...] depara-se a todo momento com algo que não se encontra estritamente no enunciado, mas que é externo a ele, sem no entanto deixar de lhe fazer parte importante. E esse algo exterior pode ou não existir. É a isso que Frege denomina pressuposto. Ou, por outro lado, esse algo exterior pode ser uma intenção do sujeito. Assim, Frege não só admite que há algo na linguagem que foge à lógica (por isso ele chama a linguagem ordinária de defeituosa) como irá propor um uso lógico da linguagem, uma lógica (BALDINI, 2011, p. 17).

Em sua análise, Frege depara-se com dois problemas que, para ele, são indestrinçáveis: 1º) expressões sem referência, mas com sentido; e 2º) o problema do pressuposto. Para ele, ambos poderiam ser traduzidos da seguinte forma: no primeiro caso, pressupõe-se a existência de um ser inexistente e, no segundo, a existência de um ser que não está expresso linguisticamente no enunciado e que também pode ser inexistente.

Russell opõe-se ao tripé proposto por Frege e, contrapondo-se a essa ideia, busca a lógica da linguagem. Para isso, segundo ele, era necessário afastar a introdução da noção de pressuposto e de sentido e referência. Esse tripé (sentido, referência e pressuposição) é essencial para Frege, mas, ao mesmo tempo, revela o que considerou um “defeito” da linguagem comum, já que a intenção de Russell é mostrar a lógica da linguagem; esse tripé deveria, então, ser completamente abolido.

Russell, em sua obra “On Denoting”, propõe a teoria das descrições definidas como contradição à teoria do filósofo e lógico Frege. Nesse artigo, Russel apresenta uma solução ao paradoxo de Frege, segundo a qual a mesma referência pode ter valores cognitivos diferentes, e, através da sua teoria das descrições definidas, afirma que os nomes próprios somente denotam e não possuem sentido como sugeria Frege. Russell, ao

desenvolver a teoria das descrições, divide-as em definidas e indefinidas. Com relação a essa discussão, Oliveira (2015) explica que as definidas são aquelas que selecionam um objeto definido, como “a atual presidente do Brasil”; já as descrições indefinidas não têm objeto definido, particular, como no caso de “um presidente do Brasil”.

Segundo Oliveira (2015), por meio da teoria das descrições, Russell mostra que a teoria de Frege falha ao afirmar que um nome próprio apresenta sentido e não denota nada, e esclarece que a teoria da igualdade de Frege, $a = b$, é absurda e deve ser evitada. Para Russell, os nomes têm significados quando temos familiaridade com o objeto. Essa teoria de Russell foi, mais tarde, criticada por alguns filósofos como Strawson e Donnellan, por exemplo.

Strawson (1975) e Donnellan (1966) propõem perspectivas diferentes de se trabalhar com a referência. Strawson (1975) afirma que não temos tipos de expressões, como descrições definidas ou nomes próprios, que servem somente para fazer referência. Mas que, ao invés disso, temos a utilização referencial que podemos fazer de uma expressão. Em sua obra, “*Sobre Referir*”, ele trata primordialmente da referência a objetos particulares, abordando o uso referencial individualizante. Para exemplificar sua teoria, Strawson (1975) utiliza o seguinte exemplo:

- a) “Napoleão é o maior soldado francês.”
- b) “O maior soldado francês morreu no exílio.”

O autor esclarece que, no primeiro caso, “o maior soldado francês” não está sendo usado para fazer referência (ou mencionar algo), mas para atribuir uma propriedade: o fato de ter sido o maior soldado francês. No segundo, porém, “o maior soldado francês” está sendo usado a fim de se referir a Napoleão. Nesse sentido, Strawson (1975) pretende mostrar que “fazer referência” não está na expressão, mas na utilização que fazemos de uma expressão. E dessa forma, segundo Strawson, Russell está errado ao procurar a referência nos tipos de expressões. Para Strawson (1975), fazemos referência a algo quando utilizamos a sentença para falar acerca desse algo. Desse modo, uma expressão, por si só, não faz referência, mas apenas uma pessoa utilizando essa expressão o pode fazer, se a utilizar em uma sentença que seja acerca de algo.

Donnellan (1966), por sua vez, propõe a distinção entre o uso referencial e o uso atributivo das descrições. De acordo com o autor, as descrições definidas¹⁸ podem

¹⁸ Descrições definidas são expressões formadas pelo artigo definido singular e, pelo menos, por um substantivo (por exemplo: “o rei da França”; “a mesa” e “o assassino de Smith”).

funcionar de duas maneiras diferentes: podem ser usadas referencialmente, para fazer referência a uma pessoa ou a uma entidade já conhecida, citada anteriormente, ou podem ser usadas atributivamente para denotar uma pessoa ou uma entidade que ainda não é conhecida, que não foi citada anteriormente. Dessa forma, uma descrição definida é usada de modo atributivo se o locutor não tiver em mente um objeto específico como referente da sua descrição. E é usada no modo referencial quando a descrição aponta para um objeto específico, já mencionado anteriormente.

Segundo Donnellan (1966), não podemos nos perguntar como uma descrição funciona desconsiderando a ocasião particular do seu emprego. Fora de um contexto e independente das intenções do falante, não podemos saber de que forma uma descrição está sendo empregada. Um dos exemplos que Donnellan usa para contrastar o uso atributivo e o uso referencial é: “O assassino de Smith é louco”, feita ora no contexto da descoberta do cadáver de Smith (um bom homem, barbaramente assassinado por alguém que não se sabe quem é), ora no contexto da observação do comportamento excêntrico do assassino de Smith (digamos, Jones) em tribunal. Segundo o autor,

no primeiro caso, o que a frase quer dizer é que quem quer que tenha assassinado Smith é louco, dada a maneira bárbara como levou a cabo o assassinato; no segundo, o que a frase quer dizer é apenas que Jones é louco (como se comprova pelo seu comportamento em tribunal) (DONNELLAN, 1966, p. 285).

Assim, teríamos, primeiramente a descrição sendo utilizada no uso atributivo, e posteriormente, no uso referencial. Isto porque, no primeiro caso, a descrição “o assassino de Smith é louco” não é usada para se referir a uma pessoa em especial, mas apenas acrescenta uma qualidade a esta entidade, no caso, o assassino de Smith. Já no segundo caso, a descrição usada identifica o indivíduo a que se refere. Nesse sentido,

uma descrição é usada atributivamente se o seu conteúdo descritivo for relevante para estabelecer ou fixar o referente da descrição, caso em que a descrição ocorre essencialmente, isto é, nenhuma maneira de designar o seu referente preservaria o significado da frase em que a descrição ocorre. Pelo contrário, uma descrição é usada referencialmente se a conformidade com o seu conteúdo descritivo não for condição necessária para identificação do seu referente- isto é, se essa identificação se der, não através desse conteúdo descritivo, mas da verificação de condições contextuais que permitam tornar clara a intenção do locutor de se referir, por meio da descrição, a um indivíduo específico. A descrição, neste caso, é não mais do que um substituto linguístico do gesto de apontar (DONNELLAN, 1966, p. 287).

Como já dissemos, nosso intuito neste trabalho é olhar para a questão da referência tanto na perspectiva da teoria dos Atos de fala de base austiniana, levando em consideração a visão performativa da linguagem, quanto na perspectiva de Donnellan (1966) em relação ao uso atributivo e referencial das descrições definidas. Nesse sentido, consideramos que a referência é uma construção que se realiza discursivamente, por meio de escolhas linguísticas, mediante o olhar do sujeito, no caso deste estudo, o policial.

Rajagopalan (1996, p. 232) afirma que “a teoria dos atos de fala é vista como uma teoria de referência”. Ao explicar seu posicionamento a este respeito, o autor afirma:

tenho procurado, já há algum tempo, sustentar que uma das maneiras mais interessantes de abordar a obra filosófica de Austin é encará-la, antes de tudo, como uma tentativa de dar conta da referência- ou melhor, como uma tentativa de mostrar como a linguagem se encarrega de frustrar todo o esforço dos falantes em estabelecer um elo referencial com o mundo “real”, ao mesmo tempo em que lhes fornece subsídios para que criem constantemente ilusões a respeito, de tal forma que esses sujeitos se tornem, a maior parte do tempo, inconscientes da meta inatingível que estão condenados a perseguir (RAJAGOPALAN, 1996, p.229).

O autor aponta para a impossibilidade de haver uma única verdade ou uma única interpretação para se averiguar o referente “exato” de um “objeto” ou de um “fato”. De acordo com Rajagopalan (1996),

na medida em que se descobre que o referente puro e imaculado pelo ato interpretativo nunca passou de uma presença fantasmagórica, de uma miragem evanescente, percebe-se também que, por sua vez, o ato interpretativo nunca teve uma origem, e conseqüentemente nunca terá um fim – o que equivale a dizer que nunca houve referentes anteriores à interpretação, da mesma forma que não haveria nenhum referente sobrevivente, caso fosse possível ensaiar o ato interpretativo definitivo e derradeiro (RAJAGOPALAN, 1996, p.228).

Nessa perspectiva, percebemos que a referência será construída a partir do olhar que se queira dar (ou que se consegue dar) ao objeto, como assevera Silva (2013), ao explicar porque a utilização do termo pesquisa qualitativa de natureza interpretativista:

a compreensão de que todo ato interpretativo se dá a partir de um olhar que não é ideologicamente (politicamente) neutro, mas sim, enviesado pelos interesses, pelas convicções, pelas inclinações teóricas do

pesquisador, etc. Daí, a necessidade da responsabilidade ética por parte de quem interpreta (SILVA, 2013, p.75).

A autora embasa seus argumentos na mesma perspectiva de Rajagopalan (1996, p. 234), quando afirma que “não existe um olhar ideologicamente neutro perante a linguagem”. Discriminar, identificar, classificar etc. são todos atos ilocucionários plenos, como descobre Austin. Nesse sentido, percebemos que, por trás de atos meramente descritivos, há um ato performativo disfarçado de um ato de constatação.

Na esteira de Rajagopalan, Ottoni (2002) também aborda a questão da referência relacionada aos atos de fala postulados por Austin. O autor revela que “nos enunciados constativos há, ‘filosoficamente’, um tipo de referência; já nos enunciados performativos, esta mesma noção ‘filosófica’ não pode ser aplicada”, porque estes últimos, segundo ele, “**realizam** uma ação, e aqui a referência é de outro tipo” (OTTONI, 2002, p. 128 – grifo do autor). Assim, Ottoni (2002) retrata a questão de não se poder afirmar que um enunciado performativo é verdadeiro ou falso, mas sim, feliz ou infeliz, como dito anteriormente.

A partir da distinção entre os atos de fala (locucionário, ilocucionário e perlocucionário)¹⁹, Ottoni (2002) afirma que

a questão da referência é tratada de modo bastante diferente da noção mais tradicional que produz uma relação biunívoca entre linguagem e mundo. Posso dizer eu prometo... e produzir, consciente ou inconsciente, por exemplo, uma ameaça; ou seja, não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade (OTTONI, 2002, p. 128).

Ao considerarmos as ideias de Rajagopalan (1996) e de Ottoni (2002), percebemos que a noção de referência está relacionada também à questão de poder, de autoridade (quem diz o que e com que intenção). Nesse sentido, é preciso observar em que contexto tal enunciado foi produzido, levando em conta não apenas as palavras usadas, mas a situação em que são usadas. Há, desse modo, “relação entre a referência e a percepção, uma vez que a maneira de se ver mantém relações com as circunstâncias que envolvem a enunciação” (Ottoni, 2002, p. 137).

Nas palavras de Ottoni (2002),

¹⁹ Esta distinção foi apresentada no início do capítulo teórico.

o sujeito vai se constituir não somente através das palavras, mas também das circunstâncias nas quais elas são empregadas. Dito de outro modo, numa versão mais forte da visão performativa o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a força que ela tem e o efeito que ela provoca (OTTONI, 2002, p.137).

A leitura de Ottoni (2002) possibilita-nos concluir que a questão da referência abordada por Austin (1990) em sua teoria dos Atos de fala não está relacionada com o fato de considerarmos as frases verdadeiras ou falsas, pois “a questão da verdade ou falsidade não depende somente de saber o que é uma frase nem mesmo do que **significa**, mas falando de modo geral, das circunstâncias em que se deu seu enunciado. Enquanto tais, as frases não são verdadeiras ou falsas” (AUSTIN, 1962 b, p.147- grifos do autor). Verdade e falsidade são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário para Austin, pois ao propor uma visão performativa da linguagem, “o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito” (OTTONI, 2002, p. 130). Isto porque a cisão sujeito e objeto não se sustentam mais em uma visão performativa. Podemos afirmar também que o sujeito não pode se desvincular nem de seu objeto fala, nem daquilo que ele escreve, lembrando que a teoria dos Atos de fala é estudada por muitos autores também na perspectiva da modalidade escrita.

Destarte, é possível afirmar que a questão da referência em Austin (1990) é considerada fator determinante da execução do proferimento e está interligada ao contexto do proferimento, ou seja, a toda e qualquer circunstância.

1.3 O ato de nomear no processo de referência: a política de representação e a produção de sentido

Nosso trabalho tem como proposta analisar como se dá a construção da referência em Boletins de Ocorrência (BO) e quais os efeitos disso para a produção de sentido na representação dos envolvidos em eventos ocorridos. O processo de referência pode ocorrer tanto por meio de pronominalizações quanto por meio de nomeações. Assim, é importante discutirmos o papel da nomeação para analisarmos a(s) política(s) de representação que está/estão por trás dos atos de nomear/ predicar utilizados pelo policial na elaboração dos BO.

Austin (1990, p. 127) afirma que “é óbvio que designar e nomear (dar nomes ou título) são atos que comprometem, mas seria melhor dizer que tais atos conferem poderes, direitos, nomes, etc., ou os modificam ou os eliminam”. Convém ressaltar que, para a filosofia tradicional, havia uma diferença entre nomear e predicar: nomear ocorre por meio de substantivos e predicar por meio de adjetivos. Para Austin (1990), e para outros estudiosos como Rajagopalan (1996, 2003), não é possível pensar nos atos de nomeação e de predicação e nem nas noções de fato e valor de forma diferenciada. Em vez disso, esses pares devem ser vistos como interligados. Podemos predicar também por meio de substantivos, nomes próprios. Como afirma Borges (2004),

as visões tradicional e moderna do pensamento filosófico instituíram que o ato de nomeação anteceda o de predicação, implicando uma separação entre eles, e uma relação de prioridade, considerando o primeiro como mais verdadeiro e mais racional que o segundo. Estas visões também impuseram uma distinção entre fato e valor, mantendo implícita uma relação hierárquica, de maneira a instituir aquele como mais ‘verdadeiro’ e mais ‘racional’ do que este. Nota-se que a nomeação e o fato foram instituídos ilusoriamente como os representantes da ‘verdade’ e da ‘racionalidade’, no ponto de vista da filosofia clássica e moderna, enquanto a predicação e o valor foram classificados como questões secundárias (BORGES, 2004, p. 15).

Assim, os atos de nomear/ predicar devem ser problematizados, pois o próprio ato de nomear está carregado de ideologia e valores. Conforme afirma Austin (1990),

Já se reconhece que muitas palavras que causam notória perplexidade quando inseridas em declarações aparentemente descritivas não se destinam a indicar algum aspecto adicional particularmente extraordinário da realidade relatada, mas são usadas para indicar (e não relatar) as circunstâncias em que a declaração foi feita, as restrições às quais está sujeita, ou maneira como deve ser recebida, ou coisas desse teor (AUSTIN, 1990, p. 22-23).

Nessa perspectiva, os atos de nomear/ predicar não devem ser pensados como atos de referência neutra, mas como atos políticos, já que envolvem escolhas e essas escolhas terão, inevitavelmente, consequências. Quando enunciamos, fazemos escolhas linguísticas que deixam transparecer formas de representação. E é a partir da representação que são construídas formas de identificação dos sujeitos, porque a representação ocorre sempre dentro de um sistema simbólico, a partir do qual as identidades serão representadas e reafirmadas. Segundo Woodward (2000),

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo de somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida com um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p. 17).

Sob esse viés, o conceito de representação é importante para nosso trabalho, pois é necessário pensarmos como os envolvidos estão sendo representados; que identificações são criadas para eles por meio de uma política de representação. Assim, nossa análise recai, também, sobre o modo como o policial, no exercício de seu papel, constrói formas de identificação para os envolvidos ou para o próprio fato ocorrido, a partir de uma representação que ocorre por meio de sistemas simbólicos. Sabemos que a partir de uma política de representação construímos formas de identificação que podem ser estigmatizadas ou não.

Segundo Woodward (2000), o conceito de identificação nos Estudos Culturais, tem sido retomado mais especificamente na teoria do cinema que o utiliza para mostrar como é possível nos identificarmos com imagens ou personagens que aparecem na tela. Assim, “diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes” (WOODWARD, 2000, p. 18). Além disso, a autora levanta a questão do poder quando afirma que

pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. **Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder**, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...] somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais (WOODWARD, 2000, p.18-19) – grifos nossos.

Destacamos a passagem que aborda sobre as relações de poder, por percebermos que, na elaboração dos BO, essas relações estão presentes. O policial é considerado

autoridade e, no exercício de seu papel, dispõe de poder e autoridade para dizer o que diz. Assim, podemos afirmar que o poder permeia todo sistema de representação. Em relação a essa questão de poder, Rajagopalan (2005 *apud* Freitas, 2005) nos mostra que

num mundo onde não há mais dúvidas sobre quem é o soberano, todos os enunciados declarativos proferidos por ele automaticamente adquirem o status de performativos – enunciados que, quando proferidos de forma declarativa ou afirmativa, instauram sua própria verdade no próprio ato de enunciar. (RAJAGOPALAN, 2005, p. 123)

Nessa perspectiva, podemos dizer que diferentes contextos sociais fazem com que o indivíduo reconstitua e reconfigure diferentes aspectos de sua identidade e que as representações produzem significados que dão sentido à nossa existência e àquilo que somos. Assim, o tempo todo, as pessoas passam por processos de identificação que podem ser positivos ou negativos.

Na perspectiva da tese do representacionismo, acreditava-se que era possível apresentar ou representar alguém ou algum fenômeno de forma direta e neutra. Contrariando essa ideia, Rajagopalan (2003) aponta que a representação é uma questão política, pelo fato de envolver escolhas que, por sua vez, pressupõem a existência de uma hierarquia de valores. Segundo o autor, há o envolvimento de escolhas, porque “a questão da escolha é geralmente reconhecida como questão-chave quando se discute política” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 33). Ainda de acordo com o autor,

a representação política e a representação linguística, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Ou seja, a tese do representacionismo é, *ao mesmo tempo*, uma questão política e linguística- ou quem sabe, *política por ser linguística e linguística por ser política*. (...) a questão linguística e a questão política seriam uma só. Ao falar uma língua, ao nos engajarmos na atividade linguística, estaríamos todos nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política (RAJAGOPALAN, 2003, p. 32-34- grifos do autor).

Nesse sentido, segundo Rajagopalan (2003) , não se pode negar a importância que desempenham os termos que são escolhidos, cuidadosamente, para designar indivíduos, acontecimentos ou lugares na formação de opinião pública. A partir do envolvimento de escolhas, uma política de representação pressupõe a questão ética por meio de julgamentos de valor, já que as escolhas são feitas via linguagem e classificam a realidade social, com o intuito de estabelecer posicionamentos em função de uma política que

represente interesses, conveniências, relações de poder e dominação. Além disso, “toda representação é política porque se constitui num ato de intervenção” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 120). E isso produz mudança na forma como olhamos para o mundo.

Em consonância com as ideias de Rajagopalan (2003), Freitas (2005) afirma que

é a partir da nomeação que as categorizações e as concepções são criadas (são estabelecidas). Assim, a partir do ato de nomeação produzimos efeitos, que devem ser analisados sempre em uma perspectiva ética e política, pois o ato de nomear nunca ocorre em um contexto neutro e ingênuo, e tanto pode constituir um indivíduo de forma positiva, quanto devastadora (FREITAS, 2005, p. 37).

Assim, vemos que o ato de nomear ocorre a partir de sistemas simbólicos e estes sistemas simbólicos criam representações que, por sua vez, estão diretamente relacionadas com a construção da identidade. Logo, por meio de nomeações, é possível criar verdades e perpetuar ideias que se encontram imbricadas em alguns posicionamentos ideológicos. Assim,

se a ética implica atos de escolha, se a política pressupõe atos de intervenção e se, por trás destes atos, há a admissão de performatividade da linguagem, pode-se afirmar que, no interior de uma política de representação, há sempre um jogo ético-político. Este jogo, além de pressupor a interconexão entre ética e política, também envolve o processo de (re)configuração das identidades pós-modernas, a partir do caráter performativo da linguagem e constitui-se no âmbito de uma política de representação (BORGES, 2004, p. 58-59).

Dessa forma, de acordo com Rajagopalan (2003), a representação é uma questão não só linguística, mas também política e está relacionada ao processo de identificação. Nesse sentido, o pensamento de Rajagopalan (2003) alinha-se ao de Silva (2000) quanto à relação entre representação e identidade.

A esse respeito, Silva (2000) esclarece que

a representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. (SILVA, 2000, p. 91)

Com base nisso, a análise dos BO pauta-se na relação que as escolhas lexicais têm com a política de representação que está por trás das formas de referência, por meio

dos atos de nomear/ predicar, presentes nestes documentos e as possíveis consequências disso.

Segundo Serpa (2008),

as nomeações que emergem das relações sociais, tanto produzem e classificam as identidades, quanto denunciam a presença do poder e suas produções, isto é, a toda nomeação, produção e reivindicação identitária subjaz uma política de representação que, por sua vez, está intrinsecamente ligada às questões de poder que movem as relações sociais, políticas e ideológicas. A performatividade da linguagem na criação identitária, se considerarmos os aspectos supracitados, pode trazer consequências políticas e éticas, pois está diretamente ligada à constituição dos sujeitos envolvidos nas relações sociais e culturais, em diferentes momentos e lugares (SERPA, 2008, p. 67).

Destarte, olhamos para o processo de construção da referência e da política de nomeação/ predicação como processos performativos, a partir da concepção de linguagem como performatividade, conforme discutido na seção 1.1 do capítulo teórico. Acreditamos, assim, numa visão de linguagem, segundo a qual tudo que se faz com a linguagem é de fato um ato performativo e que os processos de referência e as políticas de nomeações ocorrem sempre no âmbito de uma política de representação, que, por sua vez, só acontece a partir de sistemas simbólicos que vão apresentar alguém ou algo dentro de uma política de representação e esse processo é um processo político que envolve também questões éticas.

Nessa perspectiva, percebemos como a performatividade (linguagem como ação) e a política de representação incidem sob os processos de identificação. De acordo com Silva (2000, p. 92), “o conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é - uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação - para a ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação”. Isto porque muitas sentenças, aparentemente descritivas, acabam funcionando como performativas. De acordo com Silva (2000),

assim, por exemplo, uma sentença como ‘João é pouco inteligente’, embora pareça ser simplesmente, pode funcionar como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o fato que supostamente apenas deveria descrevê-lo. É precisamente a partir desse sentido ampliado de ‘performatividade’ que a teórica Judith Butler analisa a produção da identidade como uma questão de performatividade (SILVA, 2000, p. 93).

O autor ainda acrescenta que,

em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um 'fato' do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo. Assim, por exemplo, quando utilizamos uma palavra racista como "negrão" para nos referir a uma pessoa negra do sexo masculino, não estamos simplesmente fazendo uma descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-nos em um sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade 'negra' (SILVA, 2000, p. 93).

Nesse sentido, podemos perceber a relação existente entre a construção de formas de identificações e a questão da performatividade, sendo que, muitas vezes, a forma da identificação é construída a partir de estigmatizações. Uma expressão aparentemente descritiva, usada para se referir a alguém ou algum evento, por exemplo, na medida em que é repetida em vários momentos enunciativos, pode acabar produzindo "o fato", quando supostamente deveria apenas descrevê-lo. Nesse sentido, o ato de nomear é uma das condições a partir das quais os sujeitos são constituídos pela linguagem.

Silva (2000) destaca, como aspecto importante na produção da identidade, justamente essa questão da repetição de expressões ou termos no processo de referência. Nas palavras do autor, "é de sua repetição e, sobretudo, da possibilidade de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção de identidade" (SILVA, 2000, p. 94).

Acreditamos que a construção de referência e a política de nomeação, que se manifestam na materialidade linguística de cada texto, ocorrem no âmbito de uma política de representação que deixa flagrar os posicionamentos políticos e ideológicos adotados na produção dos textos. Esses posicionamentos estão diretamente ligados às escolhas linguísticas das quais lançam mão o produtor do texto.

Dessa forma, entendemos que todas essas discussões que ora apresentamos serão relevantes para nos auxiliar em nosso percurso de análise, pois sabemos que o BO possui um valor muito grande no âmbito judicial e que a linguagem utilizada será preponderante para tomadas de decisão de delegados, promotores e juízes. Nessa perspectiva, os atos de nomear/ predicar são importantes na produção desses textos, pois as palavras carregam matizes de significação que podem direcionar a construção dos sentidos. Assim, as

escolhas linguísticas são decisivas e possuem consequências sérias, pois podem interferir no julgamento criminal de uma pessoa; as formas de nomeação/ predicação, neste documento, podem modificar todo o processo judicial, inocentando ou culpabilizando alguém.

Gostaríamos de esclarecer que, ao analisarmos os BO, nossa preocupação não é saber quem é culpado ou inocente, mas saber qual a política de representação presente nos processos de construção de referência e nos atos de nomear e onde ela pode desembocar.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

2.1 A natureza da pesquisa

A pesquisa está inserida no campo da Pragmática, sendo sua natureza analítico-descritiva e qualitativa de base interpretativista, uma vez que, por meio dela, propomos problematizar, descrever e analisar os processos de referência e de nomeação utilizados pelo policial na elaboração do Boletim de Ocorrência (BO). Optamos pelo método qualitativo, uma vez que apresentamos um trabalho de cunho descritivo e interpretativo. Isso significa dizer que não trabalhamos com dados estatísticos, mas sim, com as descrições e interpretações dos dados. Segundo Garcez (2014),

a tarefa do pesquisador interpretativo, portanto, é ser tão completo quanto possível no ato de notar e descrever a atividade cotidiana de modo a identificar a significação das ações para os participantes. Além disso, por ser deliberadamente interpretativista, a produção do conhecimento conforme concebida aqui entende que privilegiar a perspectiva dos atores passa necessariamente pela atenção crítica às perspectivas dos próprios analistas, que, para serem subordinadas analiticamente às perspectivas dos atores, não podem ser negligenciadas. Em outras palavras, a tarefa do pesquisador durante o trabalho de campo é se tornar cada vez mais consciente e reflexivo acerca dos quadros interpretativos das pessoas observadas e de suas próprias lentes interpretativas trazidas para o cenário. (GARCEZ, 2014, p. 261)

Além disso, a partir da perspectiva teórica que utilizamos em nosso trabalho, é possível afirmar que a compreensão do ato interpretativo se dá a partir de um olhar que não é ideologicamente (ou politicamente) neutro, mas sim, enviesado pelos interesses, pelas convicções, pelos posicionamentos teóricos do pesquisador. Utilizar o paradigma da pesquisa qualitativo-interpretativista implica pensar que “o pesquisador não é neutro, nem o fazer ciência é uma atividade descolada de fatores sociais, de crenças e formas socialmente construídas de conceber o mundo, aspectos negados no paradigma positivista” (DE GRANDE, 2011, p.12-13). Por isso, a importância da responsabilidade ética por parte do interpretante, pois nem o fazer ciência nem a linguagem são neutros e descomprometidos.

Ao analisarmos os processos de construção da referência e da nomeação nos BO, partimos da noção de Austin (1990) sobre a linguagem que nos remeteu a uma nova noção de sujeito, ou seja, partimos da noção de que a linguagem tem um caráter performativo. Assim, como afirma Ottoni (2002, p. 126), “a cisão sujeito e objeto não se sustenta mais numa visão performativa; ela não possibilita estabelecer uma fronteira entre o ‘eu’ e o ‘não eu’.”

2.2 O contexto da pesquisa

Para a realização da pesquisa, primeiramente o projeto foi encaminhado ao Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU), que avaliou e aprovou o desenvolvimento do estudo em questão. Em seguida, foi enviado um ofício ao comandante da polícia militar, solicitando que nos enviasse o maior número possível de cópias de BO de naturezas distintas.

Nesse ofício, explicamos o objetivo da pesquisa e esclarecemos que gostaríamos que todas as informações pessoais fossem apagadas para que não houvesse identificação dos envolvidos. Pedimos também que, caso a solicitação fosse deferida, o comandante anexasse um ofício que comprovasse a legalidade da retirada do material junto ao órgão responsável.

O comandante nos enviou um ofício nos informando que iria ceder o material solicitado. Nesse documento, ele afirma que seriam providenciadas 50 (cinquenta) cópias de Registros de Defesa Social (REDS), envolvendo diferentes modalidades delituosas. Desejou-nos sucesso na pesquisa e se mostrou à disposição para fornecer outros materiais.

Posteriormente, o comandante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, consciente do objetivo da pesquisa e de sua participação no processo com a autorização e a concessão das cópias dos BO, elaborados no ano de 2013.

Tendo discorrido sobre o contexto da pesquisa, passamos, a discorrer sobre os procedimentos para a coleta dos dados.

2.3 Procedimentos para a montagem e organização do *corpus* de estudo

A montagem do *corpus* de estudo foi realizada por meio da compilação dos documentos cedidos pelo Comandante da Companhia de Polícia Militar de uma cidade do interior de Minas Gerais (MG), com os devidos apagamentos dos dados de

identificação dos envolvidos, conforme mencionado anteriormente. Esses documentos referem-se a BO elaborados no ano de 2013, por meio do sistema REDS (Registro de Eventos de Defesa Social)

Recebemos do comandante cinquenta (50) BO. Contudo, nem todos foram utilizados para a montagem do *corpus*. Selecionamos vinte e cinco (25) boletins, por uma questão de delimitação da pesquisa, já que a maioria dos Históricos é extensa. Como critério de escolha dos vinte e cinco (25) BO, selecionamos aqueles cuja discursividade nos forneceu maiores subsídios para discutirmos a questão central de nosso trabalho.

Assim, a pesquisa pauta-se na análise de um *corpus* constituído por vinte e cinco (25) BO, sendo cinco (05) de cada natureza, produzidos pelos policiais militares da referida cidade e disponibilizados pelo comandante da companhia. Foram analisados os procedimentos de referência e de nomeação utilizados nesses documentos, partimos da ideia de que a construção da referência e da nomeação, nesse gênero, mostra-se como uma questão fundamental na caracterização e na identificação dos envolvidos, assim como na construção do fato como crime.

Esses boletins foram separados por grupos de naturezas distintas: (1) Embriaguez ao volante; (2) Agressão à mulher; (3) Homicídio; (4) Roubo e (5) Tráfico de drogas. Ressaltamos que os boletins não foram publicados na íntegra; destacamos apenas o Histórico dos BO, para a realização da análise. Contudo, não desconsideramos, caso necessário, outras seções do documento (Qualificação dos envolvidos; Modos de ação criminosa, entre outras).

2.4 Descrição do *corpus* de estudo

Para o desenvolvimento de deste estudo, utilizamos o Histórico de boletim retirado dos BO. Como já mencionamos, analisamos cinco (05) boletins de cada natureza: Embriaguez ao volante; Agressão à mulher; Homicídio; Roubo e Tráfico de drogas.

Até o ano de 2010, os boletins eram preenchidos manualmente pelo policial, a partir desse ano, passou a ser utilizado o padrão de produção de BO, conhecido como REDS (Registro de Eventos de Defesa Social), que deve ser seguido pelo corpo de Bombeiros Militar, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar de Minas Gerais. Durante o preenchimento do boletim, o policial responde aos quesitos em um formulário utilizado pelas instituições policiais.

O registro da ocorrência é realizado eletronicamente, por meio de computadores, via sistema informatizado, específico da polícia a que somente o policial tem acesso por meio de senha. O boletim possui a seguinte estrutura²⁰:

- a) **Cabeçalho:** número do boletim, número da folha, unidade responsável pelo registro, município, destinatário e data de registro do documento.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLICIA CIVIL - POLICIA MILITAR		REDS
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO NÚMERO M3534-2013-0004259
		FL. 1/4
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO	MUNICÍPIO	
157 CIA PM/46 BPM	MONTE CARMELO	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL		
UNIDADE MILITAR	157 CIA PM/46 BPM	
UNIDADE POLICIAL	13ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/MONTE CARMELO	
DESTINATÁRIO	DATA DO REGISTRO	
13ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/MONTE CARMELO	13/05/2013 18:31	

- b) **Origem da comunicação:** como foi solicitado o atendimento da ocorrência, data e hora da comunicação, órgão solicitante e o código de operação de origem.

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO		
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA	DATA DA COMUNICAÇÃO	HORA DA COMUNICAÇÃO
O POLICIAL DEPAROU COM A OCORRÊNCIA (INTENTIVA)	13/05/2013	18:00
ÓRGÃO SOLICITANTE	XXXX	
COD. OPERAÇÃO ORIGEM	XXXX	

- c) **Dados da ocorrência:** descrição da ocorrência (Provável descrição da Ocorrência principal; código principal, tentado/ consumado, alvo do evento, data do fato, local, causa presumida)

DADOS DA OCORRÊNCIA				
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL				
TRAFICO ILICITO DE DROGAS				
COD. PRINCIPAL	TENTADO / CONSUMADO	ALVO DO EVENTO		
104033	CONSUMIDO	CASA		
NATUREZA SECUNDARIA 1				TENTADO / CONSUMADO
104023 - USO E CONSUMO DE DROGAS				CONSUMIDO
DATA DO FATO	HORÁRIO DO FATO	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA FINAL	HORÁRIO FINAL
13/05/2013	18:00	13/05/2013 18:00	13/05/2013	20:22
LOCAL (AV., RUA, FIC)				
NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	BARRIO/VILA	CEP
1373	XXXX	XXXX		XXXX
MUNICÍPIO		UF	PAÍS	
MONTE CARMELO		MG	BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA			LATITUDE	LONGITUDE
			-18° 43' 54.6"	-47° 31' 11.67"
VIA LOCAL		MEIO UTILIZADO		
VIA URBANA		SUBSTÂNCIA BIOLÓGICA / QUÍMICA		
CAUSA PRESUMIDA				
OUTROS - CAUSA PRESUMIDA				

²⁰ As partes rasuradas nas figuras indicam informações propositadamente omitidas com o objetivo de resguardar informações diretas sobre pessoas envolvidas.

Convém destacar, nesta parte do BO, os campos “Causa presumida” e “Meio utilizado”. Nesses campos podemos perceber, certa avaliação por parte do policial relator. Ele deve apresentar uma justificativa ou um motivo pelo qual o crime ocorreu. Para isso, ele utiliza uma tabela, fornecida pela PMMG, para escolher a classificação mais adequada ao motivo do crime. A causa presumida afeta o processo de escrita do Histórico. Nesse exemplo apresentado anteriormente, o policial não especifica, colocando “outros - causa presumida”, isso porque a causa será discriminada no Histórico. Em outros BO há uma identificação maior, por exemplo, em um BO analisado de natureza “Agressão à mulher”, a causa presumida foi “Atrito familiar”. Tratava-se de uma agressão de um filho a uma mãe.

- d) **Qualificação dos envolvidos:** tipo de pessoa, sexo, tipo de envolvimento, descrição natureza, nome completo, idade, ocupação, relação vítima/autor, pais, documentos de identificação, endereço, telefone, peso estimado, altura estimada, calvície, cor do cabelo, deficiência física, cor dos olhos, amputação, cicatriz, tatuagem, prisão/ apreensão, etc.

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS					
ENVOLVIDO 1					
TIPO DE PESSOA	DDD, NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	
FÍSICA	10433	CONSUMADO	MASCULINO	AUTOR	
DESCRIÇÃO NATUREZA					
TRAFICO ILCITO DE DROGAS					
NOME COMPLETO					
APELLIDOS					
GALVÃO					
NACIONALIDADE			DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF	
BRASILEIRA			14/04/1985	MG / MONTE CARNELO	
IDADE APARENTE	SÍMBOLO		ESTADO CIVIL		
28	SEM LÍNGUAS APARENTES		UNIÃO ESTAVEL		
CUTIS		OCUPAÇÃO			
BRANCA		XXXX			
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR					
XXXX					
PAIS					
BR					
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO					
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL					
NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE		ORGÃO EMITIDOR		UF	CEP / UNIDADE
		SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA		MG	XXXX
RESIDÊNCIA					
ENDEREÇO (AV., RUA, LIG.)		NÚMERO	BM	COMPLEMENTO	
BOADEFIROS		XXXX		XXXX	
MUNICÍPIO	NOVA	MUNICÍPIO	UF		
		MONTE CARNELO	MG		
PAIS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL		TELEFONE COMERCIAL	
XXXX	XXXX	XXXX		XXXX	
PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVICIE ?	CABELLO	COR DOS OLHOS	
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	

e) **Histórico da ocorrência:** é o registro do fato por meio de uma narrativa.

HISTORICO DA OCORRENCIA	
<p>RECEBEMOS DENUNCIA DE TRAFICO DE DROGAS NA RESIDENCIA DO EX-PRESIDIARIO (ART. 33) "GALINHA" E AO APROXIMARMOS DO LOCAL, PERCEBEMOS QUE O REFERIDO AUTOR HAVIA ENTREGADO ALGO PARA O AUTOR "VULGO 'FLUEZA'", ABORDAMOS O QUE TENTAVA FUGIR EM UMA BICICLETA E ENCONTRAMOS COM O MESMO (04) BRIDAS DE UMA SUBSTANCIA AMARELADA SEMELHANTE AO CRACK.O AUTOR PERCEBENDO QUE HAVIAMOS ABORDADO O ,SAIU EM DESABALADA CARREIRA, COM UMA SACOLA NAS MÃOS,SENTIDO AO MATAZAL SITO AOS FUNDOS DE SUA RESIDENCIA E NÃO O ENCONTRAMOS ATÉ O MOMENTO.O AUTOR NOS INFORMOU QUE É VICIADO EM DROGAS E QUE HAVIA ADQUIRIDO AS BRIDAS POR R\$30.00 DO AUTOR NESTA DATA.FACE AO EXPOSTO O AUTOR FOI APRESENTADO NESTA DEPOL.</p>	

f) **Modo da ação criminosa:** registro sucinto da descrição ou natureza da ocorrência. (Autor agride fisicamente a sua ex-esposa em via pública)

MODO DA AÇÃO CRIMINOSA
HOMEM BATE EM MULHER E AFOGA ELA EM CÔRREGO DO "BOSTEIRO"

g) **Viaturas:** Tipo de viatura, placa, etc.

VIATURAS			
VIATURA 1			
TIPO DA VIATURA	ORGÃO		
PRINCIPAL	POLICIA MILITAR		
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO			
VEICULO DE SERVIÇO PARA TRANSPORTE DE PRESOS -			
PLACA	PAISEM DA VIATURA	REGISTRO GERAL	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
HNH98E1	PM	18105	XXXX
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA			
XXXX			

h) **Militar/ Policial integrante:** registro dos dados dos policiais que fazem o atendimento da ocorrência (cargo, número de matrícula, nome completo, etc.).

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE		
NUM. VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
XXXX		SARGENTO
NOME COMPLETO		
DESCRIÇÃO		
POLICIA MILITAR		
UNIDADE		
PM		

i) **Responsável pela apreensão/ prisão/ condução:** nesse espaço devem ser registrados os dados do policial responsável.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR			
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO NÚMERO	M3534-2013-0004259
		FI.	4/4
RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO/PRISÃO/CONDUÇÃO			
UNIDADE			
MATRÍCULA	NOME COMPLETO		
CARGO	OS PRESOS APREENDIDOS FORAM INFORMADOS DOS SEUS DIREITOS		
SARGENTO	S.M		
CORPORACÃO			
POLICIA MILITAR			
ASSINATURA			

- j) Dados para controle interno/ relator da ocorrência:** nesse espaço, são registrados os dados relativos ao policial relator da ocorrência

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA	
UNIDADE	
NOME COMPLETO	
CARGO	
CUR-CATEG	POLICIA MILITAR
ASSINATURA	

- k) Recibo da autoridade a que se destina ou seu agente/auxiliar policial ou recibo do responsável civil.**

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
Recibi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO _____ e Número de REDES _____ para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.			
DATA	HORA	MATERIAL	NOME
13/05/2013	20:42		
CARGO			
INVESTIGADOR POLICIAL II NIVEL ESPECIAL			
ORGÃO			
POLICIA CIVIL / MG			
UNIDADE			
PROVIDÊNCIAS A SER TOMADAS EM UNIDADE			
XXXX			
- MATERIAIS 1			
- ENVOLVIDOS 2			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR:			DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
			13/05/2013 20:42
***** FIM DA OCORRÊNCIA: O RESTANTE DA PAGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****			

Os boletins são compostos por todos esses campos, que possuem extrema importância para o julgamento dos fatos, por isso a necessidade de um preenchimento adequado. Convém ressaltar que nosso foco centrou-se no Histórico dos BO, mas lançamos mão também de algumas informações presentes nos campos Parametrizados.

2.5 Procedimentos para a análise dos dados

Para a análise dos Históricos dos BO foram consideradas todas as informações relevantes para a caracterização dos fatos e dos envolvidos. Além do campo Histórico, analisamos também informações presentes nos campos Parametrizados, principalmente no que se refere à qualificação e à caracterização dos envolvidos, causa presumida, relação vítima/ autor, verificando sua importância para a construção da referência e da nomeação neste documento.

Depois da leitura do documento, iniciamos a seleção e a organização dos excertos que fazem parte da nossa análise. A seleção dos excertos foi feita em função da problemática que nos propusemos a investigar e das perguntas de pesquisa e hipóteses que norteiam nosso trabalho, pontuados na introdução desta pesquisa.

Após selecionarmos os Históricos, passamos a descrever, a analisar e a interpretar as escolhas linguísticas utilizadas em referência ao fato ocorrido e aos envolvidos. Os Históricos foram discutidos à luz da teoria da Pragmática de base austiniana.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos as análises e a discussão dos dados a partir das leituras que constituem nosso arcabouço teórico, apresentado no primeiro capítulo. Como já sinalizamos, levamos em consideração para nossas análises a perspectiva de Austin (1990) em relação à teoria dos Atos de fala e à noção de performatividade e também a forma como Donnellan (1966) trabalha o uso referencial e o uso atributivo das descrições definidas.

Tentaremos, a partir das análises, responder as três perguntas de pesquisa propostas, quais são:

a) Como se dá o processo de construção de referência e a política de nomeação no gênero Boletim de Ocorrência (BO)?

b) Que possíveis políticas de representação podem ser percebidas nos atos de nomeação e de referência presentes no Boletim de Ocorrência (BO)?

c) Como se dá a caracterização dos envolvidos e do fato ocorrido e quais são suas implicações?

Como já dissemos, analisamos os Históricos de vinte e cinco (25) BO, de cinco (05) naturezas diferentes, digitados na íntegra, da maneira como foram elaborados pelos policiais.

Natureza 01: Embriaguez ao volante;

Natureza 02: Agressão à mulher

Natureza 03: Homicídio

Natureza 04: Roubos

Natureza 05: Tráfico de drogas

3.1 Boletins de natureza: Embriaguez ao volante

Histórico do Boletim (01) - Embriaguez ao volante

Acionados pela SOF comparecemos ao local supracitado onde havia ocorrido um acidente de trânsito entre os veículos placas xxxx, onde deparamos com o condutor João com sintomas de embriaguez, como fala desconexa, andar cambaleante, hálito etílico e olhar avermelhado. Segundo o condutor, este conduzia seu veículo placa xxxx no trajeto da

Rua X sentido a Avenida Y, quando em frente o nº Z segundo o mesmo veículo placa ssss que era conduzido pelo condutor Manuel na rua X sentido a Rua K vindo este veículo na contramão de direção, momento que houve a colisão entre os veículos.

No momento do impacto João bateu o rosto no para brisa vindo a causar um hematoma no olho esquerdo. Segundo o condutor Manuel conduzia seu veículo na Rua X sentido a Rua K quando deparou com o veículo placa xxx conduzido pelo condutor João realizando manobras de ziguezague na rua, e o mesmo para não bater em um veículo que se encontrava estacionado realizou uma manobra brusca jogando o veículo ddd no meio da rua momento que não houve tempo para evitar o impacto dos veículos.

Diante do exposto o condutor João preso por embriaguez ao volante sendo realizado o termo de constatação, o referido condutor foi levado ao pronto socorro municipal onde foi atendido pela médica de plantão Dr^a Maria, CRM nnnnn, conforme relatório médico em anexo. O autor ao saber que seria encaminhado para a delegacia de xxx, declarou fato inverídico para médica dizendo que com o impacto dos veículos o mesmo veio a ficar desacordado, fato este negado pelas testemunhas e o condutor Manuel o qual declarou que após o impacto saíram normalmente de dentro dos veículos, porém a médica prescreveu a internação do mesmo até o dia seguinte para realização de exames.

Foi realizado contato com o plantão da delegacia da cidade (agente Marcos) sendo repassado o fato, o qual ficou acertado que a autoridade competente iria realizar os trabalhos de praxe posteriormente. O veículo placa xxx foi removido para o pátio do guincho AAAA ficando a vossa disposição. Foi lavrado os respectivos AIT. O veículo placa xxxx, teve seguinte dano amassamento na lataria da frente, quebra das lanternas dianteiras e amassamento no capô, quebra do para choque dianteiro, e lanternas dianteira e farol lado direito, e amassamento no para lama lado direito dianteiro. O autor João ficou internado no Pronto socorro municipal sob cuidados médicos, a CNH do mesmo foi recolhida.

O Histórico do Boletim (01), de natureza Embriaguez ao volante, refere-se a um acidente de trânsito entre dois veículos, em que um dos condutores apresentava sintomas de embriaguez e veio na contramão de direção, colidindo com o outro veículo. Os envolvidos²¹ no acidente foram João e Manuel²². O policial produz o Histórico do Boletim, de acordo com o que é lhe passado pelas vítimas.

Em relação aos envolvidos, o policial utiliza formas de referência como: “O condutor João (com sintomas de embriaguez)²³”; “Este”; “O referido condutor”; “O mesmo”; “O autor”, ou seja, utiliza elementos de coesão, para retomar os envolvidos apresentados nos campos Parametrizados, para esclarecer como se deu a participação de

²¹ De maneira mais geral, todos os personagens da ocorrência são denominados envolvidos.

²² Por questões éticas, todos os nomes mencionados nos Históricos serão fictícios, a fim de preservarmos a identidade dos sujeitos envolvidos nas cenas descritas nos BO.

²³ Esses elementos entre parênteses ajudam a compor a referência e os chamaremos de elementos coparticipantes na construção da referência. São elementos importantes, pois ajudam a compor sentido na forma como os envolvidos serão representados.

cada um no evento. Esta é uma das recomendações do Manual de produção textual policial: que o policial relator privilegie, no Histórico, termos selecionados para qualificar os envolvidos nos campos Parametrizados.

Ao utilizar as expressões: “O referido condutor”; “O autor”; “O mesmo”; “Este”; o policial faz uso do que Donnellan (1966) chamou de uso referencial das descrições definidas, já que o boletim foi produzido na presença dos envolvidos, e tais expressões se referem às pessoas já conhecidas, específicas.

Embora sejam todos elementos que fazem a retomada ao mesmo referente, percebemos que há diferenças entre eles. Os termos “Este”; “o referido condutor”; “o mesmo” são elementos anafóricos que retomam “o condutor João (com sintomas de embriaguez)”, estabelecendo a coesão no texto. Já ao utilizar o termo “autor”, percebemos que há uma elipse (autor de quê?) em que fica subentendida, no contexto dos BO, a palavra “do crime”, “da ação”. Neste caso, há uma nomeação como “autor” que imputa o motorista como responsável pela ação. Quando o policial emprega o termo “autor”, implicitamente ecoa na mente de quem lê esse BO, a palavra crime. Aqui podemos perceber quão tênue é essa linha entre o par nomear/ predicar, pois a palavra “autor” é um substantivo que, em princípio, deveria apenas nomear, mas essa nomeação faz ecoar na mente do interlocutor outras palavras que ajudam a compor um sentido que não é puramente neutro, apenas da ordem da nomeação, passando a avaliar a pessoa a que se refere. Assim, é um termo que nomeia e predica simultaneamente. A elipse, uma forma de atenuar, ocorre devido à tensão vivida pelo policial de não poder julgar, mas de ter de mostrar que aconteceu um crime. Neste caso, notamos que não há uma simples retomada de um termo, mas um julgamento implícito, uma avaliação. Dito de outro modo, o termo “autor” não só nomeia o envolvido como também predica, imputando uma carga de responsabilidade a essa pessoa envolvida como “criminoso”.

A caracterização de um dos envolvidos como: “João (com sintomas de embriaguez)”; “fala desconexa”; “andar cambaleante”; “hálito etílico” e “olhar avermelhado”, reforça a ideia de embriaguez e, portanto, da culpa do condutor. É possível perceber que essas nomeações/ predicções ocorrem no âmbito de uma política de representação que exerce um papel determinante na constituição do fato como crime, ou seja, reforça a ideia de que dirigir alcoolizado é crime, e que, neste caso, o condutor está errado, pois infringiu a lei.

É importante ressaltar a força ilocucionária da oração reduzida temporal “ao saber” em: “O autor **ao saber que seria encaminhado para a delegacia de xxx**, declarou

fato inverídico para médica dizendo que com o impacto dos veículos o mesmo veio a ficar desacordado”. Aqui nós temos uma oração temporal funcionando como causa, há uma relação de concomitância, ou seja, “o autor” só declarou que, com o impacto dos veículos ficou desacordado, após saber que seria encaminhado para a delegacia, por isso o policial afirma ser fato inverídico, além de ser comprovado pelas testemunhas e pelo outro condutor.

Percebemos que, por meio do discurso indireto, o militar, responsável pela produção do Histórico, apresenta os fatos ocorridos, numa tentativa de relatar detalhadamente todos os acontecimentos. Há a utilização de formas linguísticas marcadas que inscrevem o outro na sequência do discurso, que, segundo Authier-Revuz (1990, p. 33), “é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido”. É como se fosse uma forma de o policial se resguardar e se isentar da responsabilidade do que está sendo dito e, ao mesmo tempo, de comprovar o fato. É necessário ressaltar que o policial não estava presente quando o fato aconteceu. Quando foi acionado e chegou ao local, o acidente já havia acontecido.

Nesse sentido, ele precisa recorrer a informações prestadas por outras pessoas²⁴, para narrar os fatos. Por isso, ele utiliza expressões como, por exemplo: “Segundo o condutor João”; “Segundo o condutor Manuel”. Utilizar essas formas de marcação de discurso relatado como: “segundo”; “conforme”; “de acordo” são orientações do manual para sinalizar que “o policial não é responsável pelo que é dito” (GONÇALVES, 2014, p. 76). O discurso indireto, que se apresenta em todo o Histórico, acionado pela conjunção “segundo”, acompanhada do nome da vítima ou da testemunha, sinaliza ao destinatário a autoria da informação que será registrada no BO. De fato, todas as informações disponíveis sobre a ocorrência a que se refere o texto são atribuídas à vítima ou à (s) testemunha (s). O que é necessário pontuar é que o discurso indireto usado para garantir a fidedignidade do que foi dito não anula a escolha linguística como forma de referência e de nomeação feita pelo policial. A voz do policial está presente em todo o texto; ele articula a voz da vítima e/ou das testemunhas nos campos Parametrizados e no Histórico.

O discurso indireto é uma tentativa de resguardar o sentido, mas não a forma, por isso utilizá-lo não garante que o policial não seja responsável pelo que diz. Por um lado,

²⁴ É importante dizer que a pessoa que solicita e narra os fatos para o policial também não é neutra. Os relatos, as descrições são feitos a partir do seu olhar, de seus posicionamentos e ideologias. Apesar de não ser objeto de nossas análises, os relatos e as descrições de outra pessoa não podem ser desconsiderados.

o policial não se responsabiliza até certo ponto, no sentido de que o conteúdo dos fatos é de responsabilidade do solicitante. O fato foi narrado pelo solicitante ou pelos envolvidos na ocorrência. Por outro lado, ele não está isento, porque não existe linguagem neutra e transparente, e é dele a tarefa de fazer as escolhas linguísticas que irão compor o texto do BO. A transparência na linguagem não existe, por causa da subjetividade. Na verdade, não é apenas o policial que enfrenta a questão da não neutralidade, porque quem relata os fatos, neste caso os envolvidos, também não são neutros, eles veem os fatos pelo viés de seu olhar.

Na perspectiva do manual, o policial, ao utilizar esses termos aparentemente neutros, não expressaria nenhum juízo de valor sobre os fatos narrados e as pessoas envolvidas. O que notamos, porém, é que, por mais que o policial se esmere na escolha das palavras consideradas mais técnicas, por mais que evite os epítetos atitudinais como bom, ruim, feio, bonito, como sugerido pelo manual, não há como escapar da questão da subjetividade, além disso, não há como resgatar o objeto real com todos os atributos reais e com a total isenção de quem o descreve. Baseando-se na tese da inescrutabilidade de Quine (1960), Rajagopalan (1996) aponta para a impossibilidade de haver uma única verdade ou uma única interpretação para se averiguar o referente “exato” de um “objeto” ou de um “fato”, pois, segundo o autor, o referente “puro” e “imaculado” pelo ato interpretativo nunca passou de algo “fantasmagórico”, já que passa pela interpretação e pelo olhar de quem está descrevendo: não existe “um olhar ideologicamente neutro perante à linguagem”. (RAJAGOPALAN, 1996, p. 234).

O que está em jogo não é se o policial está mentindo a respeito do fato ou construindo uma versão que é inverídica. O que estamos tentando mostrar a partir das nomeações utilizadas pelo policial é que a ideia de que é possível uma transparência na linguagem, uma objetividade que vai garantir a neutralidade, é impossível, isso é da ordem do imaginário das pessoas que propõem as instruções para elaboração dos BO.

Podemos perceber, também, que pela classificação proposta por Austin (1990) em relação à força ilocucionária dos atos de fala, o BO é composto por atos ilocucionários de caráter expositivo, pois, nele, o policial faz citações, procura identificar os envolvidos na ocorrência, relata um fato ocorrido, refere-se aos envolvidos e ao fato em si, enfim, ele utiliza destes atos de fala com o intuito de esclarecer “usos e referências” (AUSTIN, 1990, p.123-131).

É possível, ainda, perceber que no Boletim 01, o relato dos fatos inicia-se com expressões de caráter amplo como no trecho (**sintomas de embriaguez** como fala

desconexa, andar cambaleante, hálito etílico e olhar avermelhado), que vão ganhando caráter mais específico de acordo com a apresentação dos fatos. (Diante do exposto o condutor João **preso por embriaguez ao volante sendo realizado o termo de constatação**). É justamente a narrativa pormenorizada e detalhada dos fatos que possibilita esse caráter mais específico das expressões, demonstrando uma adesão do policial ao que está sendo exposto: ele assume a embriaguez do condutor João em seu dizer. Esta parece-nos uma característica presente em muitos BO: o policial começa o relato dos fatos de maneira vaga, com forte grau de abstração, procurando ser o mais neutro possível, utilizando expressões como “sintomas”, “algo semelhante”, mas, no desenrolar da narrativa, ele acaba se envolvendo mais ou se mostrando mais envolvido e, por isso, faz afirmações mais assertivas em relação aos envolvidos ou ao fato ocorrido.

O papel dele é descrever os fatos e não julgá-los, mas o que estamos tentando mostrar é que todo ato de linguagem é, antes de tudo, um ato performativo. Para descrever, o policial precisa julgar e assumir para o interlocutor que houve crime de acordo com o previsto em lei. O policial se diz caucionado pela lei e ele está em lugar de poder dizê-lo, uma vez que é identificado como autoridade, em nossa sociedade. Convém mencionar o que afirmou Rajagopalan (2003, p. 87): “há um julgamento de valores, disfarçado de referência neutra todas as vezes que descrevemos algo. Ao colocar algo em evidência, as descrições tomam também um caráter avaliativo e opinativo”. Assim, os atos não são neutros nem destituídos de valores e muitos menos destituídos de adesão. O autor reforça a ideia de que nossas escolhas linguísticas têm um caráter político e, conseqüentemente, implicações éticas.

É de muita importância a forma como a ocorrência é relatada no campo Histórico, pois as escolhas linguísticas, neste texto, são decisivas e envolvem conseqüências graves, interferindo no julgamento criminal de uma pessoa, podendo levá-la à condenação ou à absolvição. Nesse caso, o condutor João é significado como culpado, como infrator.

Assim, pelas escolhas linguísticas utilizadas para se referir ao fato ocorrido, no Histórico do Boletim 01, é possível perceber que a construção da referência do fato como crime ocorre por meio de uma gradação de ideias, de atributos que estão embutidos nas formas de nomeação do referente. Primeiramente, o policial utiliza o termo “acidente”, em seguida, “colisão entre os veículos”, depois, “impacto”, logo após “manobras de zigue-zague”, e por último “manobra brusca”. A gradação, neste caso, tem a função de tipificar e caracterizar a ocorrência como uma infração criminal grave, considerada crime.

O termo “acidente”, em nossa sociedade, é visto como fatalidade, um acontecimento casual. Ao usar “colisão entre os veículos”, o policial já especifica mais e, por isso, já demonstra mais comprometimento com o que diz. O termo “impacto” seria o resultado da colisão. Ao nomear como “manobras de zigue-zague” e “manobra brusca”, há uma ruptura com a ideia de acidente, de fatalidade. E, nesse caso, demonstra total comprometimento com o que está sendo posto e incrimina o motorista. Essas nomeações reportam ao sentido de perigo, de ilegalidade, algo que está fora da lei, por isso, considerado crime. Assim, essa gradação de atributos vai valorando diferentemente o fato ocorrido e, conseqüentemente, produzindo uma referência para o fato e para os envolvidos como: crime, vítima, criminoso, réu, culpado.

É importante salientar que o policial, ao narrar o fato, não pode ser omissivo; ele precisa caracterizá-lo da forma mais “clara” possível. Ele tenta ser “neutro”, procurando seguir o manual, mas não percebe (e quem propõe o manual também não percebe) que não há como ser “neutro”, nem quando procuramos usar a terminologia considerada meramente “técnica”.

O policial não pode omitir o fato de que o condutor que provocou o acidente estava embriagado, porque este é um fato considerado crime. Se ele não explicitasse isso no BO, “livraria a cara” de quem cometeu a infração e prejudicaria mais aquele que já foi lesado. O mesmo aplica-se à expressão “manobra brusca”. De que outra forma ele iria explicar isso? O que ele faz é tentar descrever o fato ocorrido, e descrever é tomar partido e isto implica adotar determinada política de representação. Como dissemos, o que está em jogo não é que ele não deveria caracterizar assim, mas nosso intuito é mostrar que essa objetividade “neutra” não é possível.

Histórico do boletim (02) - Embriaguez ao volante

Acionados comparecemos ao local onde o senhor João nos relatou que conduzia seu veículo vectra, placa xxxx, pela Rua xxx, e que trafegava na contra mão de direção o veículo gol, placa xxx, o qual era conduzido pelo senhor Antonio, o veículo gol chocou-se com a dianteira do veículo Vectra, sendo que o veículo Vectra amassou o para-choque dianteiro e teve amassamento na placa, o veículo Gol não sofreu danos. Ao chegarmos no local deparamos com o senhor Antonio dormindo dentro do veículo gol, o qual estava parado e ligado no final da Rua xxx. O condutor Antonio estava nitidamente embriagado, apresentava andar cambaleante, hálito etílico, fala desconexa, não conseguindo ficar em pé. O condutor nos apresentou uma CNH a qual estava com a numeração ilegível, que apresenta cor diferente, sendo possivelmente

falsa. Consta no sistema ISP que o sr Antonio é habilitado categoria B, CNH n° xxx. O senhor Antonio negou ser submetido ao teste de etilometro. Diante dos fatos o veículo foi removido ao pátio do guincho central, a CNH e CRLV foram recolhidos, lavrada a AIT descrita em campo próprio e o condutor Antonio foi preso em flagrante delito e conduzido a esta Depol para demais providencias cabíveis.

Esse Histórico do boletim (02), de natureza Embriaguez ao volante, relata-nos sobre um acidente entre dois veículos, sendo que um dos motoristas estava embriagado. Percebemos que a construção da referência dos envolvidos, ocorre por meio dos seguintes elementos: “senhor João”; “senhor Antônio”; “o senhor Antônio (dormindo dentro do veículo)”; “o condutor Antônio (estava nitidamente embriagado)”; “andar cambaleante”, “hálito etílico”; fala desconexa” (“não conseguindo ficar em pé”); “o condutor”.

Ao utilizar esses elementos de retomada, o policial faz uso do que Donnellan (1966) chamou de uso referencial das descrições definidas, já que o Boletim foi produzido na presença dos envolvidos e tais expressões referem-se às pessoas já conhecidas, específicas. Nesse caso, a referência dos envolvidos não será construída pela descrição de outras pessoas, mas pelo olhar do policial. Assim, a responsabilidade do que é dito recai sobre o policial.

A caracterização de um dos envolvidos, neste BO, diferencia-se do anterior, porque ao afirmar que “o senhor Antonio (estava dormindo dentro do veículo)” e que ele estava “**nitidamente** embriagado”, há a constatação de que o condutor estava embriagado e, portanto, de que houve uma infração considerada crime em nossas leis de trânsito. As expressões “estava dormindo dentro do veículo” e “nitidamente embriagado” funcionam como índices de que ele estava realmente embriagado, o que será comprovado mais adiante no relato do BO. Não são “sintomas de embriaguez”, como no Histórico anterior, mas há sim, a comprovação de embriaguez por meio da descrição apresentada pelo policial. O uso da expressão “nitidamente” possui um caráter performativo decisivo para a comprovação de tal estado do condutor, já que demonstra que os sinais de embriaguez eram visíveis a ponto de o policial atestar sua veracidade. Além disso, a expressão descritiva “o senhor Antônio dormindo dentro do veículo” permite acionar certos implícitos relativos à situação: encontrar alguém que acabou de chocar com outro veículo, não tendo sofrido nenhum arranhão, dormindo não é algo “normal. Assim, pode fazer significar que “o senhor Antônio” não está em seu estado “normal”, de lucidez. A força ilocucionária de tais expressões contribui para a caracterização do fato como crime.

É possível estabelecer uma relação entre o “condutor Antônio” e a descrição apresentadas: (“nitidamente embriagado; andar cambaleante; hálito etílico; fala desconexa; não conseguindo ficar em pé”), de modo a comprovar o fato: embriaguez ao volante. Embora o policial refira-se ao envolvido como “condutor”, uma nomeação aparentemente neutra (quem conduz, conduz alguma coisa, no caso o veículo), todos os atributos apresentados a ele caracterizam-no como alguém embriagado. Assim, embora “condutor” seja um termo aparentemente “neutro”, ao ser relacionado à descrição fornecida pelo policial, o fato torna-se crime, já que conduzir embriagado é ilegal segundo o Código de Trânsito Brasileiro. Se ele nomeasse “o senhor Antônio” como “o passageiro” a história seria outra: o condutor estaria, por exemplo, socorrendo alguém embriagado e, por isso, teria colidido seu carro com outro. Todas essas descrições, citadas anteriormente, são indícios utilizados para construir a referência do “senhor Antônio” como um condutor embriagado e também para construir a referência do fato como crime.

O que notamos é que, em muitos BO, há elementos que não estão propriamente na nomeação, mas que têm uma implicação nela. Esses elementos funcionam como coparticipantes na construção da referência. Assim, a construção da referência do fato não está só na nomeação, mas naquilo que se diz sobre o fato, na predicação, muito embora saibamos que a linha que separa os atos de nomear e predicar é tênue e frágil, já que algumas nomeações, como já mostramos, são carregadas de valoração. Neste caso, porém, os complementos dos grupos nominais são usados para tipificar um crime e atribuir responsabilidade ao autor desse crime.

Nesse caso, o condutor Antônio é representado como culpado, como alguém que infringiu a lei. Mesmo não tendo a função de julgar o fato, o policial, ao descrevê-lo acaba por emitir um julgamento, porque ele precisa assumir para o interlocutor que houve crime, de acordo com o previsto em lei: dirigir embriagado é considerado crime. Dizer também que o condutor trafegava na contramão de direção reforça a culpabilidade do envolvido.

No enunciado “o condutor nos apresentou uma CNH a qual estava com a numeração ilegível, que apresenta cor diferente, sendo possivelmente falsa”, vemos que os elementos “numeração ilegível”; “cor diferente”; “possivelmente” podem ser considerados índices que vão contribuindo para a representação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) como falsa. Notamos que, mesmo dizendo que consta no sistema ISP (Informação de Segurança Pública) que o condutor Antônio seja habilitado categoria B, apresentando o número da carteira xxx, a possibilidade de a carteira ser falsa não é descartada. Assim, ao dizer “Diante dos fatos”, há uma ambiguidade implícita: quais

seriam os fatos? Ele não os enumerou. “Fatos” pode, então, representar embriaguez na condução de veículo e/ou portar uma carteira falsa. O fato de constar no sistema que o condutor é habilitado, não invalida o argumento descritivo de que a carteira pode ser falsa. Dessa forma, embora o policial esteja apenas descrevendo o fato, o modo como ele o descreve sugere que se trata de uma outra carteira, a referência parece ser de outra carteira de habilitação. Há, nesse caso, dois indícios de que a carteira seja falsa: o número é ilegível e a cor é diferente. Isso deixa o policial desconfiado e ele marca isso linguisticamente. Mais adiante, como forma de comprovar o que ele apresenta, diz que o veículo foi removido para o pátio do guincho, a carteira de habilitação e o CRVL (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) foram recolhidos e lavrada a AIT (Auto de Infração de Trânsito).

Há, portanto, um jogo de referência quando o policial não afirma, com certeza, se se trata da mesma carteira ou não. Isso ocorre porque, no caso da falsidade ou não da carteira, há necessidade de perícia para comprovação. Assim, o policial não pode afirmá-lo, apenas sugeri-lo. Dessa forma, o policial vive a tensão de não poder afirmá-lo, mas, ao mesmo tempo, ter que pressupor esse crime como possível. A falsidade da carteira será comprovada ou não após averiguação pelo órgão responsável, no caso, a polícia civil. Nesse sentido, o condutor poderá responder por embriaguez ao volante e por portar uma carteira falsa.

Com as análises já feitas, percebemos que não há como dissociar: se o fato é considerado crime, isso vai incidir na construção da referência do envolvido. Por outro lado, aquilo que é dito sobre o envolvido acaba tendo impacto na construção da referência do fato.

Destarte, os elementos utilizados pelo policial na composição da referência têm o objetivo de representar o fato e os envolvidos no fato; os envolvidos são representados a partir dessa referência.

Histórico do boletim (03): Embriaguez ao volante

Nesta data após várias denúncias que havia um veículo xxx cor xxx efetuando manobras proibidas cavalo de pau em via pública no bairro xxx, deslocamos para o local, onde após patrulhamento deparamos com o condutor do veículo xxx placa xxx o qual estava com visíveis sintomas de embriaguez alcóolica inclusive no momento da abordagem o condutor estava ingerindo uma lata de cerveja, e carregava dentro do carro 10 latas de cerveja material este que foi apreendido. Diante do

exposto o condutor recebeu ordem de prisão em flagrante delito por crime de trânsito, o qual foi conduzido a esta delegacia para demais providências cabíveis. O veículo xxx foi guinchado para o pátio do auto guincho central ficando a vossa disposição. Segundo relatos da própria esposa do condutor o mesmo constantemente dirige embriagado e gosta de fazer gracejos efetuando manobras perigosas. Foram lavradas devidas AITS conforme campo próprio deste reds.

No Histórico do Boletim (03), o policial utiliza as seguintes expressões para se referir aos envolvidos: “condutor do veículo”; “o qual (estava com visíveis sintomas de embriaguez alcoólica)”, (“ingerindo uma lata de cerveja”), (“carregava no carro 10 latas de cerveja”); “ a própria esposa do condutor”; “o mesmo (constantemente dirige embriagado) ”; (“gosta de fazer gracejos efetuando manobras perigosas”).

Ao se referir ao condutor dizendo que “ele estava com visíveis sintomas de embriaguez alcoólica”; “ingerindo uma lata de cerveja”, há a comprovação de que ele estava embriagado, isso pode ser inferido pelo uso da palavra “visíveis”. Essas descrições justificam o que foi colocado mais adiante: “o condutor recebeu ordem de prisão”. Além de “sintomas visíveis de embriaguez”, o condutor ainda “carregava 10 latas de cerveja”. O número dez (10) é expressivo, para quem já estava embriagado. Apenas uma (01) lata de cerveja já tipificaria o crime, mas dez (10) passa a ideia de exagero, de uma exacerbação e, obviamente, mais culpabilidade.

O policial, ao afirmar que “segundo relatos da própria esposa do condutor o mesmo constantemente dirige embriagado e gosta de fazer gracejos efetuando manobras perigosas”, demonstra que dirigir embriagado é uma prática comum deste condutor; há reincidência da ação, deixando implícita a ideia de que o condutor deverá ser indiciado por sua infração. Nesse enunciado, percebemos, mais uma vez, o uso do discurso indireto como forma de sinalizar que o policial não se responsabiliza pela informação dada, mas o que vemos é que, ao apresentar essa informação, a forma como ele descreve os fatos contribui para reforçar a culpa do condutor, principalmente quando utiliza a palavra “própria” em “própria esposa”, ou seja, se ela que convive com ele afirma isso, é porque é verdade. Esperava-se que, exatamente, por ser esposa do condutor, ela encobertasse o fato e não explicitasse a informação de que “o mesmo constantemente dirige embriagado e gosta de fazer gracejos efetuando manobras perigosas”, por isso, seu testemunho tem um efeito de veracidade muito forte. É possível perceber, assim, que essas escolhas linguísticas ocorrem em um âmbito de uma política de representação que exerce um papel

determinante na constituição do fato como crime, reforçando a ideia de legitimidade do crime: “indivíduo” infringiu a lei e deve responder por seus atos.

O uso da palavra “várias” em “após várias denúncias”, no início do relato dos fatos é significativo. Essa palavra reforça a ideia de que o condutor realmente “incomodava” as pessoas que ali estavam, pois, “muitos” o denunciaram, ou somente uma pessoa o denunciou por “muitas vezes”.

Em relação ao fato ocorrido, o policial utiliza como elementos de referência: “manobras proibidas”; “cavalo de pau em via pública”. A força performativa dessas expressões constrói um retrato de uma pessoa que infringe a lei, sendo considerado criminoso, pois coloca em risco sua própria vida e a vida de outras pessoas. Todas essas descrições terão efeitos na maneira como os interlocutores constituirão sentido do que foi exposto no BO.

Assim, percebemos que a caracterização dos envolvidos ocorre por meio de descrições que explicitam “o estado de embriaguez” do condutor. Neste caso, a construção da referência se dá pelas circunstâncias nas quais essas escolhas linguísticas são empregadas. Dessa forma, o que vai importar não é apenas o que essas palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a força que elas têm e o efeito que irão provocar (OTTONI, 2002).

Histórico do Boletim (04) - Embriaguez ao volante

Fomos acionados a comparecer na Rua xxxx, número xxx, bairro xxx onde segundo denúncia um indivíduo em um veículo cor vermelha havia chocado contra o muro dos fundos do estabelecimento público, “caixa d’água do DEMAE”, e estava tentando evadir do local. No local foi constatado a veracidade dos fatos, uma parte do muro totalmente danificada, porém o veículo e o seu condutor não foram localizados. Fomos informados por terceiros que o condutor havia retirado o veículo do local e deslocado com o mesmo para o seu endereço xxx, número xxx, sendo que após rastreamento o veículo e condutor foram localizados. No local fomos informados pelo senhor Claudio que este nesta data após consumo imoderado de bebida alcóolica e substancia de efeito análogo, “Pinga 88 e Cocaína”, adentrou em seu veículo I/Peugeot , placa xxx, cor vermelha, com o seu filho, Daniel, e após perder o controle do veículo na Rua xxx este veio a chocar contra o muro do “DEMAE”, destruindo uma parte do mesmo. O menor Daniel não sofreu nenhuma lesão aparente, sendo este entregue para a sua genitora, Maria. O senhor Claudio sofreu escoriações e queixava de dores nas costas, sendo este conduzido ao Pronto Socorro medico onde foi atendido e medicado pelo médico Dr. xxx, CRM xxx. No momento em que esta guarnição PM compareceu na residência do autor, este estava colocando o seu veículo em cima de um guincho, guincho xxx, afim de retirar-lo do local e esconde-lo. Com o choque o veículo

apresentou danos generalizados na parte dianteira e para-brisas, não sendo possível lista-los, uma vez que toda a frente do veículo estava destruída. O autor foi preso em flagrante delito pelo crime de embriagues ao volante, dano ao patrimônio público e este conduzido ileso a Depol para demais providencias. O veículo foi removido ao pátio do guincho xxx e lavradas as respectivas AITS. O autor ainda nos relatou que havia evadido do local uma vez que este não possuía carteira nacional de habilitação. O autor apresentava-se inquieto, muito nervoso, olhos avermelhados e com andar cambaleante. O perito foi acionado, porém não compareceu ao local afim de realizar os trabalhos de praxe. No momento em que o autor foi colocado no interior da VPxxx este começou a chuta-la e esmurra-la, porém não houve danos aparentes na VPxxx. Segue anexo a este reds o receituário medico e o crlv do veículo.

No Histórico do Boletim (04), de natureza Embriaguez ao volante, percebemos que o policial, no início do relato, faz uso do que Donnellan (1966) chamou de uso atributivo das descrições definidas, pois não havia nenhum conhecimento sobre os envolvidos, isso pode ser justificado quando ele utiliza o termo “um indivíduo” para se referir a um dos envolvidos na ocorrência. Mais adiante, de acordo com o desenrolar dos fatos, o processo de referência é construído a partir do que Donnellan chamou de uso referencial das descrições definidas, já que os referentes foram identificados e localizados, passando a ser, então, conhecidos.

Observamos que, neste BO, não foi a vítima que solicitou a presença da polícia militar, aliás, pelo relato, não houve uma vítima em especial. Os policiais foram acionados por meio de denúncia. Assim que eles chegaram, puderam constatar o que havia sido denunciado: um indivíduo havia chocado contra o muro do estabelecimento público, caixa d’água do DMAE. Quando chegaram, os policiais constataram a veracidade dos fatos (parte do muro totalmente danificada), porém o veículo e o condutor não foram localizados. Ao dizer “fomos informados por terceiros que o condutor havia retirado o veículo do local e deslocado para outro lugar”, os policiais reforçam a importância das informações prestadas pelas testemunhas, o que possibilitou encontrarem o veículo e o condutor.

Os envolvidos, neste Histórico, são representados pelos seguintes elementos de referência: “indivíduo”, (“tentando evadir do local”), “condutor”, “senhor Claudio”, “o menor Daniel”, “genitora”, “este”, “o autor”, e pelas descrições “inquieto, muito nervoso, olhos avermelhados e andar cambaleante” “chutá-la e esmurra-la (a viatura) ”.

Pelo relato dos policiais, o próprio condutor assumiu que estava embriagado “após consumo imoderado de bebida alcoólica e substância de efeito análogo (pinga 88 e

cocaína) adentrou em seu veículo, com o filho menor, e após perder o controle do veículo veio chocar contra o muro do DEMAÉ”, o que os leva a afirmar que o condutor foi preso em flagrante delito.

Para se referir à mãe da criança, o policial emprega o termo “genitora”, um termo técnico, utilizado no meio científico, que nos leva a inferir que, o policial, ao empregar tal termo, na tentativa de buscar uma neutralidade técnica, demonstra seu posicionamento em relação à mãe. Ela (a mãe) está sendo representada como alguém que gerou o filho, é a mãe biológica, mas que, talvez, não tenha tanto cuidado pelo filho, já que o deixou sair com o pai alcoolizado. Por que utilizar o termo “genitora” e não “mãe”? Podemos perceber uma tentativa de ser neutro do ponto de vista técnico do BO e a impossibilidade de alcançar essa pretensa neutralidade.

Todas as descrições feitas em relação ao estado do condutor justificam sua prisão: “autor foi preso em flagrante delito pelo crime de embriaguez ao volante, dano ao patrimônio público”. Aqui o condutor já foi nomeado como autor (do crime). Essa elipse, como já dissemos em outras análises, tem a ver com a tensão que o policial vive de não poder julgar, de ter que demonstrar neutralidade e imparcialidade; a elipse é uma forma de atenuar, de não ser tão taxativo.

O condutor ainda é qualificado como “inquieto, muito nervoso, olhos avermelhados e andar cambaleante”, reforçando a ideia de que não estava em seu estado “normal”. Além de “pinga 88”, ele também havia feito uso de “cocaína”.

Assim, podemos afirmar que os atos de fala usados para as descrições e os sentidos subjacentes a eles atuam para reforçar a culpa do condutor, imputando-o como criminoso.

Histórico do Boletim (05) - Embriaguez ao volante

Nesta data a senhora Julia amasiada do autor, denunciou através do 190 que o mesmo fez uso de bebida alcoólica durante todo o dia, e que a noite, já em estado de embriaguez, sem ser habilitado, e sem sua autorização, apoderou-se de um veículo e saiu com destino a xxx. A denunciante ainda disse que o autor saiu em companhia de seus filhos as crianças Lúcia de 07 anos e Hugo de 08 anos, colocando em risco a vida dos mesmos, uma vez que o autor estava embriagado e não possui carteira de habilitação. Após a denúncia fizemos um cerco na entrada da cidade e conseguimos abordar o condutor/autor, sendo confirmado o estado de embriaguez, e com o condutor estava os dois filhos da denunciante dentro do carro. O autor ao ser solicitado que saísse

do veículo, apresentava andar cambaleante, e não conseguia responder as perguntas a ele dirigida, apresentava os olhos avermelhados e suas palavras eram distorcidas sendo que os militares não conseguia entender suas respostas. No local foi feita consulta no sistema informatizado sendo que constatou que autor já tem passagens e constatado também que ele não possui CNH. A denunciante que é mãe das crianças compareceu no local para busca-las e retornou para o Povoado de xxx neste município, de onde o autor saiu com as crianças. Diante do exposto o autor foi preso em flagrante delito, sendo o veículo que o mesmo conduzia apreendido e conduzido para o pátio determinado por esta Depol. Foram confeccionadas as AIT referente as infrações as quais seguirão via ofício.

No Histórico do boletim (05), de natureza Embriaguez ao volante, em relação aos envolvidos, temos os seguintes elementos de referência: “senhora Julia (amasiada do autor)”; “o mesmo (fez uso de bebida alcoólica todo o dia)”; (“em estado de embriaguez”); (“sem ser habilitado) e (sem sua autorização)”; (“apoderou-se de um veículo”); “a denunciante”; “o condutor (apresentava andar cambaleante)”; (“e não conseguia responder as perguntas “a ele” dirigida”); (“apresentava olhos avermelhados e suas palavras eram distorcidas sendo que os militares não conseguiam entender suas respostas”).

Nesse BO, diferentemente dos analisados anteriormente, o condutor já foi nomeado como “autor” logo no início do relato. Provavelmente, pelo fato de não ter ficado dúvidas de que o condutor realmente estava embriagado, já que nem conseguia responder as perguntas feitas pelos militares, além de apresentar andar cambaleante e olhos avermelhados. Assim, o condutor é representado de forma a se comprovar seu estado de embriaguez.

O policial ao se referir à Júlia, nomeia-a como “amasiada do autor”, novamente o termo amásio (a), neste BO, flexionado (amasiada) aparece no relato dos BO. Vale pontuar que, no campo Parametrizado na parte “Qualificação dos envolvidos”, ela declara-se “casada”, como estado civil, e quanto ao condutor, aparece a informação “não declarado”. O policial ao empregar esse termo considera-o como técnico, neutro. O que ele, talvez, não perceba é que esse termo possui uma carga conotativa negativa. Vale citar o que afirma Silva (2000) a este respeito:

A eficácia dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito

importante. É de sua repetição e, sobretudo, da possibilidade de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de identidade (SILVA, 2000, p. 94 - grifos nossos).

E essa repetição ocorre em relação à palavra “amásio”, que é utilizada em vários Históricos. Nesse sentido, essa repetição reitera a força ilocucionária do termo, sendo usada para representar ali uma relação conjugal que, por não ser oficial, é considerada ilícita e/ou ilegítima pela sociedade.

3.2 Boletins de natureza: Agressão à mulher

Histórico do boletim (06) - Agressão à mulher

Comparecemos ao local onde segundo a vítima nesta data seu marido a agrediu dando empurrões, tendo evadido em seguida tomando rumo ignorado. A vítima estava embriagada e informou que seu amasio também estava embriagado e que este seria o motivo dos empurrões. Diante dos fatos foi realizado rastreamentos, contudo até o momento sem êxito.

O Boletim (06), de natureza Agressão à mulher, refere-se a uma ocorrência em que uma mulher foi agredida por seu companheiro e que ambos estavam embriagados.

Quanto aos processos de construção da referência em relação aos envolvidos, temos: “A vítima”; “seu marido”; “vítima (embriagada)”; “seu amásio (também embriagado)”. Primeiramente, o policial usa a expressão “marido”, em seguida, essa expressão é retomada por “amásio”. Convém pontuar que, quando o policial vai preencher o campo Parametrizado do boletim, referindo-se à relação entre os envolvidos, ele preenche os campos com os pares: cônjuge/ companheiro. Para se referir ao estado civil dos envolvidos, ele utiliza a expressão: “união estável”. Contudo, quando o policial vai narrar o fato no campo Histórico, ele não utiliza nenhuma dessas terminologias consideradas técnicas; ele faz uso da palavra “amásio”, que deixa transparecer uma política de representação que deixa flagrar seu posicionamento ideológico arraigado a uma tradição social preconceituosa que não considera tal união como legítima socialmente.

Pode ser que o policial acredite estar usando um termo técnico, mas o que, talvez, ele não perceba é que esta nomeação possui uma carga semântica negativa. Ela ocorre no bojo de uma política de representação que reforça o tipo de relação que não é aceita

socialmente como legítima. Ser amasiado não condiz com o que a sociedade legitima como sendo “normal”; é algo que está à margem, discriminado.

Assim, ao utilizar o termo “amásio”, o policial relator mostra-se engajado em uma política de representação cuja filiação está dentro de uma perspectiva social que denota uma carga intrínseca estigmatizante. Assim, convém retomar o que dissemos, quando afirmamos que os atos de nomear envolvem escolhas e, por isso, devem ser vistos como atos políticos, ligados a questões éticas que sempre ocorrem no interior de determinadas políticas de representação. Quando proferimos um ato de fala ou produzimos um ato de linguagem (seja oral ou escrito), fazemos escolhas linguísticas que deixam transparecer formas de representação.

Neste contexto, especificamente, o ato de nomear produz efeitos valorativos em favor de um determinado posicionamento do policial. Conforme afirma Rajagopalan (2003, p. 33), “[a] questão da representação é uma questão política precisamente por envolver escolha. O difícil no caso é enxergar a presença da escolha quando o assunto é a representação linguística”. Com base nesse conceito de representação, vemos que, embora o policial seja instruído a ser o mais objetivo possível, não podemos negar que a escolha do uso do termo “amásio” possibilita um efeito de sentido que denuncia seu posicionamento. Vale ressaltar que há no manual a orientação de que o policial deve evitar empregar outros recursos que sugiram, de forma equivocada, o seu posicionamento pessoal sobre os fatos narrados e as pessoas envolvidas (GONÇALVES, 2014). Assim, o emprego da palavra “amásio” pode ter sido uma escolha consciente ou não, mas o fato é que ela afeta a forma como isto será “significado” para quem vai ler esse BO.

Dessa forma, percebemos que a palavra “amásio” é um substantivo carregado de valorização, possui uma carga avaliativa negativa, reforçando assim, a fragilidade entre o par nomear/ predicar.

Outro ponto que pode ser destacado, no Histórico do Boletim (06), é o uso do predicativo junto ao termo referencial: “vítima embriagada”; amásio também “embriagado”. Parece-nos que o fato de o policial mencionar que a mulher estava embriagada atenua a gravidade de o marido, que também estava embriagado, agredi-la.

Assim, pelos processos referenciais utilizados e pelas escolhas linguísticas, é possível perceber que a política de representação está presente em todo processo de linguagem. Embora o policial seja treinado e orientado a produzir um texto que apresente objetividade, impessoalidade, clareza e precisão, havemos de considerar que todas as

observações, as caracterizações passam pela perspectiva do próprio relator do documento que narra a ocorrência, a partir do seu olhar, dos seus posicionamentos.

Em relação às escolhas linguísticas utilizadas para se referir ao fato ocorrido, o relator descreve as ações praticadas, principalmente pelo uso do verbo “agrediu” e do substantivo “empurrões”. Percebemos que o Histórico, nesse BO, é mais sucinto, não havendo tantos detalhes dos fatos. Isso ocorre, possivelmente, pelo fato de que “agredir uma mulher”, mesmo com “empurrões”, já é considerado crime pela lei “Maria da Penha”²⁵

Histórico do boletim (07) - Agressão à mulher

Segundo declarações de Lúcia, nesta data a mesma foi agredida fisicamente pelo seu ex amasio, Sr Valter Rodrigues vulgo Valtinho, tendo este enforcado e efetuado tapas e socos contra a vítima, em seguida o autor empurrou a vítima para dentro do córrego Mumbuca (Bosteiro) onde afogou a vítima várias vezes. Sendo que populares ao verem tais agressões interviram a favor de Lúcia. Neste momento o autor evadiu do local não sendo mais localizado. Ao oferecermos atendimento medicado para a vítima esta dispensou tal atendimento, dizendo que procuraria o PSM posteriormente. Diante do exposto lavramos este reds para futuras providências.

No Histórico do Boletim (07), o policial relator utiliza as seguintes expressões para fazer referência aos envolvidos: “Lúcia”; “ex amasio”; “vulgo Valtinho”; “este (enforcado e efetuado tapas e socos contra a vítima)”; “o autor (empurrou) a vítima (para dentro do córrego Mumbuca (Bosteiro))”; (“afogou a vítima várias vezes); “populares”, “o autor”.

O relato deste BO inicia-se com um marcador de discurso relatado: “Segundo declarações de Lúcia”, sinalizando ao destinatário que a autoria da informação não é do

²⁵ Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

policial, mas da vítima. Essa é uma orientação do Manual de produção textual policial “Para registrar informações que lhe foram prestadas por outras pessoas, sinalize que você não se responsabiliza pelo que é dito utilizando conectores (segundo, conforme, de acordo, consoante etc)” (GONÇALVES, 2014, p. 76). O policial esclarece que as informações foram prestadas pela vítima, mas isso não o exime de sua responsabilidade diante do que foi exposto, pois o modo de apresentá-las, de registrá-las é uma escolha dele.

A escolha das palavras utilizadas para transcrever o que ela lhe contou é feita por ele. Ao empregar, por exemplo, o termo “ex-amásio”, que como vimos, é um termo recorrente nos BO, ele deixa transparecer seu posicionamento quando se refere à relação conjugal do casal. Vale pontuar que, no campo Parametrizado, na parte “Qualificação dos Envolvidos”, a vítima declara-se como “solteira” em Estado Civil, e na relação vítima/autor, “ex-cônjuge, ex-companheiro”. Assim, podemos inferir que empregar o termo “amásio” é uma escolha do policial, que, por algum motivo, o considera mais técnico ou mais comum.

Quanto ao tipo de referência utilizada em relação aos envolvidos, notamos que, em relação à vítima temos o que Donnellan (1966) chamou de uso referencial das descrições definidas, pois ela é conhecida, e quanto ao “Valter”, um dos envolvidos, temos o uso atributivo, já que ele não é conhecido e está sendo representado pelo olhar de outra pessoa, por meio das descrições apresentadas sobre ele.

A expressão “vulgo Valtinho” é uma forma de nomeação importante para a identificação do envolvido, já que esse apelido pode auxiliar os órgãos competentes a encontrá-lo. O BO tem uma função legal muito importante em nossa sociedade e, a partir dele, outras providências serão tomadas pelos órgãos competentes, por isso, todas as informações nele presentes terão muito valor para posterior inquérito, por exemplo. Notamos que a maioria dos BO finaliza dizendo “para futuras providências, ”ou “para demais providências”. Isto porque, o BO é apenas o início de um processo que será instaurado, ou não, pelos órgãos hierarquicamente superiores.

Ao nomear o envolvido como “autor”, o policial já o considera responsável pelos atos ali citados. Aqui é possível notar que o envolvido só é chamado de “autor” após a apresentação dos atos violentos cometidos por ele: “efetuado tapas e socos contra a vítima”; “empurrou a vítima para dentro do córrego Mumbuca (Bosteiro) onde afogou a vítima várias vezes”. Todas essas descrições reforçam o caráter cruel das ações do acusado, comprovando que ele infringiu a lei “Maria da Penha”, sendo considerado,

portanto, “autor” do crime. Nota-se que o policial não apresenta apenas o nome do córrego (Mumbuca), ele acrescenta a maneira como ele é popularmente conhecido (Bosteiro). Essa nomeação auxilia ainda mais na representação da crueldade do que foi feito, já que neste córrego escorre o esgoto da cidade, por isso esse nome (Bosteiro).

Ao dizer que “populares interviram (sic) a favor de Lúcia”, o policial traz para seu texto, a presença de outras pessoas, sendo testemunhas do fato ocorrido. Essa forma de nomeação: “populares”, reitera o que foi relatado pela vítima, dando mais credibilidade aos fatos.

Histórico do boletim (08) - Agressão à mulher

Segundo informações anônimas recebidas pela SOF e repassadas a esta guarnição, um homem estaria agredindo fisicamente sua mulher que estava grávida e uma criança de colo que ela carregava, as agressões ocorriam, inclusive, quando ela tentava acionar o 190 de um telefone público. Ao chegarmos no local a vítima Poliana nos relatou que seu marido chegou em casa embriagado e passou a lhe agredir com chutes e quando ela deslocou ao telefone público para acionar a polícia seu marido foi atrás e continuou com as agressões. A vítima Poliana não apresentava lesões aparentes e recusou deslocar ao Pronto Socorro, relatando que buscaria atendimento posteriormente e, recusou deslocar na delegacia. O autor João relatou que discutiu com sua esposa devido o envolvimento dela com drogas e não concorda com essas atitudes. Diante do exposto, o autor foi preso e conduzido a esta delegacia para demais providências.

Nesse histórico, vale mencionar o emprego do futuro do pretérito ao afirmar que “um homem **estaria** agredindo fisicamente sua mulher”. O emprego deste tempo verbal se justifica pelo fato de que as informações recebidas pela SOF e repassadas para a guarnição foram anônimas. Assim, para que os policiais pudessem afirmar com exatidão o que estava acontecendo, era preciso averiguar as informações recebidas. A partir do momento em que os militares chegam ao local, há o relato da vítima que confirma as informações repassadas anonimamente.

As expressões utilizadas como referência aos envolvidos foram: “um homem”; “sua mulher”; “a vítima”; “seu marido”; (“embriagado”); “lhe”; “ela”; “o autor João”; “sua esposa”. Inicialmente, os envolvidos são apresentados de maneira genérica como “homem” e “mulher”, e, posteriormente eles são retomados como “marido” e “esposa”. Essa mudança ocorre porque ao checar as informações, os policiais puderam constatar a relação existente entre vítima e autor. Nesse caso, os envolvidos passam a ser

representados como pessoas que possuem uma relação conjugal legítima: marido e esposa.

Ao dizer que “um homem estaria agredindo fisicamente sua mulher que estava grávida e uma criança de colo que ela carregava”, parece-nos que a agressão também ocorria com a criança. Essa falta de clareza, causada pela má formulação do enunciado infringe uma das características consideradas primordiais na construção do BO, “a clareza”. Segundo o manual “a clareza do texto oficial é representada pela ausência de contradições; um texto claro permite o imediato entendimento, não gera dúvidas e atende às necessidades do destinatário no que se refere à informatividade” (GONÇALVES, 2014, p. 06). Não é o que percebemos no trecho supracitado, em que não é possível um imediato entendimento do enunciado. Mais adiante, a partir do relato da vítima, parece-nos que a agressão era dirigida apenas a ela: “Ao chegarmos no local a vítima Poliana nos relatou que seu marido chegou em casa embriagado e passou a **lhe agredir** com chutes e quando ela deslocou ao telefone público para acionar a polícia seu marido foi atrás e continuou com **as agressões**”. Diferentemente do que pôde ser inferido do enunciado produzido anteriormente.

Novamente, temos o emprego do termo “o autor” para se referir a um dos envolvidos, reiterando a ideia de responsável pelo crime. Ao utilizar tal nomeação, o policial atribui a responsabilidade do crime ao envolvido. Assim, embora não deva julgar, ele precisa caracterizar o fato como crime. Isto produz coerções e tensão, pois ele precisa seguir um manual que lhe diz que é preciso utilizar uma linguagem técnica, mas, ao mesmo tempo, tem a função de fazer seu interlocutor aceitar que a intervenção policial foi adequada, justa, acertada, e que o fato se configura um crime. O policial sofre coerções dos dois lados: por um lado, ele deve seguir o Manual de produção textual policial, que prescreve como ele deve redigir o texto com imparcialidade, de maneira clara, técnica etc., por outro, ele tem que responder pelo BO, caracterizando o fato como imputável.

O policial relator ainda apresenta uma “justificativa” do crime, relatada pelo próprio autor: “O autor João relatou que discutiu com sua esposa devido o envolvimento dela com drogas e não concorda com essas atitudes”. Como se essa “explicação” justificasse o crime cometido. Assim, percebemos que é função do policial transcrever todas as informações que lhe são prestadas, já que ele precisa “esclarecer” os fatos para seus interlocutores. Essas informações possuem uma força ilocucionária importante no julgamento do caso. Por exemplo, quando o esposo diz que discutiu com a esposa porque

ela se envolve com drogas e ele não concorda com isso, o que se espera é que o interlocutor do BO “compreenda” porque ele agiu dessa maneira e atenuar sua pena.

Assim, é possível afirmar que o ato ilocucionário tem forte apelo subjetivo, já que o locutor tem a intenção de produzir uma reação no interlocutor ao dizer determinadas palavras. No caso do BO, o papel do policial relator é ser “porta-voz” dos envolvidos, relatando o que lhe for transmitido.

Histórico do boletim (09) - Agressão à mulher

A sala de operações recebeu uma ligação relatando que na Rua xxx, número xxx havia um indivíduo agredindo uma mulher, deslocamos até o local onde a senhora Vera nos relatou que constantemente seu filho Marcos vem lhe agredindo, e quando a PM chega no local o mesmo evadi tomando rumo ignorado. Segundo a senhora Vera seu filho na data de hoje lhe agrediu com um pedaço de ferro e logo depois evadiu. Fizemos rastreamentos por todo o bairro no intuito de localizar o agressor e efetuar sua prisão, porém sem êxito. Foi lavrado este BO para posteriores providências.

Nesse Histórico, a construção da referência dos envolvidos ocorre por meio dos seguintes elementos: “um indivíduo”; “(agredindo) uma mulher”; “senhora Vera”; “seu filho” “lhe”; “o mesmo (evade tomando rumo ignorado)”; “o agressor”.

Inicialmente, há uma referência genérica em relação aos envolvidos, sendo nomeados como “indivíduo” e “uma mulher”. Essas formas referenciais genéricas iniciam um processo de construção dos envolvidos que vai de uma referência geral (indivíduo; mulher) a uma específica (Senhora Vera (a mãe) e seu filho). Como já dissemos, essa é uma característica muito comum dos BO. Primeiramente, os envolvidos, ou o fato, são caracterizados de maneira genérica, ampla e, posteriormente, após um relato minucioso, eles são apresentados de maneira mais específica. Assim, podemos inferir que a constatação e/ou a comprovação dos fatos ocorre por meio do que vai sendo narrado.

Ao afirmar que “a senhora Vera nos relatou que constantemente seu filho Marcos vem lhe agredindo, e quando a PM chega no local o mesmo evadi (sic) tomando rumo ignorado”, percebemos que se trata de um caso de reincidência, de algo que acontece frequentemente. Isso pode ser comprovado pelo emprego do termo “constantemente” e “quando a PM chega no local o mesmo evadi tomando rumo ignorado”. Ao apresentar tais informações, explicita que o envolvido é reincidente de suas ações.

Ao nomeá-lo como “agressor”, o policial reitera a responsabilidade pelas agressões cometidas à mãe. Percebemos que, por mais que o policial se esmere nas palavras, ele tem que deflagrar um crime e precisa apresentar detalhes desse crime.

Histórico do boletim (10) - Agressão à mulher

Acionados pela SOF comparecemos ao local supra citado onde segundo denuncia anônima na SOF um indivíduo estaria agredindo fisicamente sua mãe, no local deparamos com o autor bastante agressivo se omiziado em uma residência ao lado do nº xxx. Em diálogo com a vítima esta nos informou que constantemente vem sofrendo agressões físicas por parte do autor, onde segundo a vítima, seu filho é usuário de drogas e nesta data além de lhe agredir fisicamente lhe ameaçou de morte. E teme represália por parte do autor. Diante do exposto houve adentramento no local onde o autor se encontra omiziado, houve uma parlamentação com o mesmo devido seu estado nervoso / agressivo, sendo o mesmo abordado e presso e conduzido a esta delegacia ficando a vossa disposição para as providências cabíveis.

Logo no início do relato desse BO, percebemos que o policial consegue estabelecer uma relação entre os campos Parametrizados do BO e o campo Histórico, ao utilizar o termo “supra citado” (sic), ou seja, as informações sobre o local foram apresentadas nos campos descritivos, chamados de Parametrizados. Uma orientação do Manual de produção textual é justamente esta: “um dos aspectos que marca a concisão no BO é a não repetição, no histórico, de informações que já foram fornecidas nos campos parametrizados quando essa repetição é desnecessária para contar o fato.” (GONÇALVES, 2014, p. 72). Assim, ao utilizar tal termo (supracitado), o policial procura seguir o manual, sendo conciso, evitando, repetição de informações.

Ao se referir aos envolvidos, o policial utiliza as seguintes expressões de referência: “um indivíduo”; “sua mãe”; “o autor (bastante agressivo se omiziado (sic) em uma residência ao lado”); “a vítima”; “esta”; “lhe”; “mesmo”.

Nesse BO, o policial inicia seu relato utilizando o termo “indivíduo” para se referir a um dos envolvidos, já que não há conhecimento de quem é a pessoa, mas diferentemente do que é apresentado no Histórico do Boletim (09), a outra pessoa é nomeada como “sua mãe”. Se o policial já tinha conhecimento de que a pessoa agredida era a mãe do agressor, por que motivo ele emprega o termo “indivíduo”? Como esta pessoa está sendo representada? Podemos inferir que, por se tratar de uma denúncia anônima, era preciso averiguar os envolvidos, e que o termo “indivíduo” foi considerado pelo policial como

técnico, imparcial. Ele estaria escolhendo usar um termo técnico para se referir a uma pessoa desconhecida.

Em seguida, o termo indivíduo é retomado por “autor bastante agressivo e omiziado (sic) em uma residência ao lado”. Aqui, ele já é nomeado como “autor”, sendo representado como responsável pela agressão a sua mãe. O emprego da palavra bastante em “bastante agressivo” reforça seu estado emocional e intensifica a ação praticada por ele. Além disso, ele se encontrava homiziado em uma residência ao lado. A escolha linguística do termo “omiziado” (sic) feita pelo policial reitera sua preocupação em utilizar termos técnicos e neutros para se referir aos envolvidos. O vocábulo homiziado, neste caso, quer dizer: “que ou o quem se esconde, se oculta”. Percebemos que ao empregar tal expressão, o policial procura atender a uma política de representação que emprega termos técnicos e próprios do meio jurídico, cumprindo o objetivo do BO.

O que vemos é que ele está tentando fornecer elementos descritivos de forma “técnica” e “neutra”, o que ele não sabe é que, mesmo esses termos técnicos não conseguem garantir essa pretensa neutralidade.

3.3 Boletins de natureza: Homicídio

Histórico do Boletim (11) - Homicídio

Fomos acionados e informados que um indivíduo havia desferido golpes de faca em duas pessoas na Residência Sito à rua xxxxxxx, Bairroxxxxx e que uma das vítimas havia saído correndo do local sob intensa perseguição do autor que levava uma faca nas mãos. Deparamos com a vítima Maria José da Silva caída no solo, na Ruaxxxxx próximo ao nº xxx, semi-nua pelo que acionamos a ambulância do PSM onde uma equipe de enfermeiros compareceram ao local e constataram que a mesma já encontrava-se sem vida. No local tomamos conhecimento que a vítima João da Silva, filho da Maria José, também havia sido esfaqueado e que encontrava-se com as vísceras expostas e com perfuração do intestino e que devido ao estado grave dos ferimentos foi conduzida para a medicina de Uberlândia. Segundo Informações colhidas no local a Vítima Maria José havia terminado o relacionamento com o Manoel e que nesta data o mesmo inconformado a procurou e atentou contra a sua vida que a vítima João da Silva tentou impedir vindo também a ser esfaqueado. Afirma ainda a testemunha que o autor permaneceu sobre o corpo da vítima na rua e após desferir outras facadas “lambeu o sangue que minava nos ferimentos”. O autor saiu correndo do local e foi avistado pelos militares Cabo xxx e Cabo XXX, do GPRV, estando ainda com a faca nas mãos, quando adentrou em um matagal sito as margens da rodovia MG 190 e após rastreamentos os citados militares o localizaram. O autor Manoel apresentava 03(três) ferimentos “perfurações” na barriga, no pulso e no peito lado esquerdo proveniente de uma tentativa de auto extermínio

uma vez que o citado autor havia dispensado a faca, que não foi localizada, e a todo tempo dizia que “ ia ceifar a própria vida pois sua vida tinha acabado” e que se não fizesse ali o faria na cadeia. A vítima Maria José apresentava aproximadamente (08) perfurações de faca pelo corpo. O autor recebeu voz de prisão e ficou internado no PSM por ordem médica por estar com o pulmão esquerdo perfurado e ali seria submetido a drenos. A perícia compareceu ao local onde o perito XXXX, realizou seus trabalhos de Praxe.

O Histórico do Boletim (11), de natureza Homicídio, trata de um assassinato, seguido de tentativa de suicídio por motivos passionais. Um indivíduo esfaqueou duas pessoas: a ex-mulher e o filho dela. A mulher veio a óbito, logo após ter sido esfaqueada; seu filho estava com perfurações no intestino e foi encaminhado para o Hospital de clínicas da cidade vizinha. Depois de esfaquear a mulher e seu filho, esse indivíduo tentou se matar, e evadiu para uma estrada vicinal. Quando encontrado pela polícia, ele apresentava ferimentos e perfurações na barriga, no pulso e no peito.

Em relação aos envolvidos, o policial utiliza as seguintes formas de referência: “Um indivíduo”; “uma das vítimas”; “a vítima (caída no chão)”; “a mesma”; “o mesmo”; “o autor”; o “citado autor”. É possível perceber que, no início do relato do boletim, o relator se refere aos envolvidos como “um indivíduo”; “uma das vítimas”. Neste caso, ele utiliza o tipo de referência que Donnellan (1966) chamou de uso atributivo das descrições definidas, pois não havia nenhum conhecimento sobre os envolvidos. Essas expressões vão ganhando caráter mais específico de acordo com a apresentação dos fatos. Isso pode ser percebido quando os envolvidos são retomados pelos termos “a vítima caída no chão”; “a mesma”; “o mesmo”; “o autor”; “o citado autor”. Neste caso, o processo de referência é construído a partir do que Donnellan (1966) chamou de uso referencial das descrições definidas, já que os referentes são conhecidos e já foram citados anteriormente. Assim, as expressões deixam de ser uso atributivo e passam a ser uso referencial.

Há, nesse boletim, assim como nos outros analisados, o uso do pronome “mesmo” em referência aos envolvidos. Vale lembrar que, no Manual de produção textual, há orientação de que essa palavra não seja utilizada para substituir substantivos e pronomes, por ser sintaticamente inadequado, porém, notamos que, na maioria dos relatos, essa orientação não é seguida²⁶.

²⁶ Neste trabalho, não temos o objetivo de aprofundar nas discussões sobre a adequação de escolhas gramaticais do produtor dos BO. Não se desconsidera, porém, a expectativa de que o gênero seja produzido de acordo com o padrão culto da Língua Portuguesa.

Quanto aos processos de referência utilizados para se referir ao fato ocorrido, é possível notar que o policial lança mão do ato de fala do tipo expositivo. Isto pode ser percebido pelo relato dos fatos e pelo modo como o relator procura esclarecer o que aconteceu:

Segundo informações colhidas no local, a vítima **havia terminado** o relacionamento com o xxx e que nesta data o mesmo **inconformado a procurou e atentou** contra a sua vida e **permaneceu** sobre o corpo da vítima na rua e após **desferir** outras facadas **‘lambeu o sangue que minava nos ferimentos’**. O autor **saiu correndo** do local e **foi avistado** pelos militares xxx, **estando ainda com a faca na mão** quando **adentrou** em um matagal. (Trecho do Histórico do BO (11))

Esse trecho caracteriza-se como um ato de fala ilocucionário do tipo expositivo, porque há o relato de um fato. O policial inicia o relato com uma citação advinda de uma das testemunhas que estavam no local. Para isso, utiliza o discurso indireto que, como já pontuamos, é uma orientação do Manual de redação como uma estratégia de evitar que “o policial se responsabilize pelo que é dito”. Em seguida, ele apresenta descrições das ações dos envolvidos, utilizando para tanto, as seguintes expressões: “havia terminado”; “inconformado”; “a procurou e atentou”; “permaneceu”; “lambeu o sangue que minava nos ferimentos”; “saiu correndo”; “foi avistado”; “estando ainda com a faca na mão”.

Pelas descrições, é possível perceber que o policial tem a intenção de tipificar um crime que não era apenas passional, mas que, pela forma como aconteceu, houve requinte de crueldade. Essas formas de nomeação terão impacto na forma como o delegado, o promotor, o juiz farão suas análises, pois elas retratam o caráter cruel do fato, além de caracterizar o criminoso como uma pessoa “louca”; “desequilibrada”.

Histórico do boletim (12) – Homicídio

Acionados pela sala de operações, comparecemos ao Pronto Socorro, onde havia dado entrada uma vítima de uma briga ocorrido na rua xxx/Bar da xxx, pois, a vítima se encontrava bastante lesionada e parecia sem sinais vitais, enquanto os médicos tentavam reanimar o paciente, deslocamos até ao referido bar, onde o bar se encontrava fechado e não havia mais ninguém nas proximidades, então fizemos contato com um morador ao lado do bar e, este nos forneceu o endereço da proprietária do bar, deslocamos para a rua xxx, onde a senhora Maria nos confirmou que realmente houve uma briga em seu bar, e a mesma nos relatou que o senhor João chegou em seu estabelecimento em seu veículo xxx cor vermelha, placa xxx, estacionou o veículo na frente do

bar, e João passando a perturbar os clientes de seu bar, devido João ter visto sua amasia conhecida por Marta no interior do bar, ficando enciumado e quando Aldo chegou e ao cumprimentar sua amásia Marta, João ficou bastante agressivo e queria brigar com todos dentro do bar, Maria dizia que quem começou a briga com João, foi Aldo. Que Maria foi convidada a adentrar na viatura e nos levar até a residência do Aldo, que no local Aldo já estava dormindo e ao ser abordado e durante verbalização com o mesmo, Aldo nos relatou que quem havia agredido João foi Caetano/Esposo da proprietária do bar/Maria e seu filho Alípio pois, Alípio havia se desentendido com João no momento em que o mesmo chegou no bar. Diante a confissão de Aldo, deslocamos novamente até a residência de Maria na rua xxx, e ao verbalizar com Maria durante o deslocamento sobre seu esposo e seu filho Alípio, a mesma negou que os mesmos estariam na sua residência, porém, já havíamos visto Caetano na residência no momento em que buscamos Maria em sua residência, tendo a senhora Maria passando e dificultando o trabalho dos policiais, de volta a rua xxx na casa de Maria, conseguimos contato com seu esposo Caetano e seu filho Alípio, que após notificarmos de seus direitos constitucionais, foi dado voz de prisão em flagrante delito aos mesmos juntamente com Aldo, tendo os mesmos alegado que no veículo de João havia uma arma de fogo, o qual já se encontrava na frente do Pronto Socorro, pois, João havia sido socorrido em seu próprio veículo xxx pelo condutor José, porem este não foi localizado para nos prestar esclarecimentos sobre os fatos, ao chegarmos com os autores presos no Pronto Socorro, na presença de Leila filha de João nos acompanhou a realizarmos uma busca minuciosa no interior do veículo da vítima, porém não havia arma de fogo no veículo, somente grande quantidade de roupas no interior do veículo, que nesse momento obtivemos informações de que a vítima João estava em óbito, que o mesmo não resistiu das agressões, conforme esclarecimentos do médico de plantão Dr.xxx, que segundo a equipe de enfermagem a vítima João estava soltando o cérebro pela boca, que em seguida, o veículo da vitima foi liberado para sua filha Leila e seu esposo João Batista, sendo acionado a funerária de plantão xxx, que compareceu no Pronto Socorro realizando os trabalhos de praxe. Diante ao exposto, e verbalização com os envolvidos, durante das agressões contra a vitima, os mesmo derrubaram-a ao solo e agrediram com socos, pontapés, tacos de bilhar, etc, ou seja, agrediram a vítima com crueldade e exagero até a consumação do homicídio, que segundo a senhora Maria, a mesma o tempo todo tentava guardar os tacos de bilhar e as bolas, mas não conseguiam e, devido a mesma tentar ocultar seu esposo e seu filho na consumação do homicídio e tentar dificultar o trabalho da equipe de policiais durante o desvendamento dos fatos, também foi conduzida para esta Delegacia de Polícia para demais esclarecimentos dos fatos, pois, devido o autor Aldo ter nos relatado os autores Caetano e Alípio, então está sendo ameaçado pelos mesmos, sendo registrado este boletim de ocorrência para as demais providencias. Esclareço-vos que não foi feito perícia no local, sendo o corpo liberado para a funerária xxx/Plantão, sendo acompanhada pela filha Leila e seu esposo. Obs.: segundo Maria, a senhora Marta no momento em que começou a discussão dentro do bar, Marta evadiu tomando rumo ignorado, após o desfecho dos fatos deslocamos até a residência de Marta na av. xxx, e na residência de sua filha Sônia na rua xxx, a procura da mesma para demais esclarecimentos, porem a mesma até o momento não foi localizada, evadiu tomando rumo ignorado.

Esse é um Histórico narrado de maneira diferente dos anteriores: os fatos são relatados por meio de testemunhos, o que provoca a mobilização de formas diversas de citação do discurso do outro, de modo que podemos questionar o impacto dessas formas na construção da referência. O BO é narrado por testemunhas que, além de terem presenciado os fatos, pois estavam na cena do crime, são também consideradas suspeitos do crime. Com a morte da vítima, o fato é representado como homicídio e, portanto, como crime. Não há a voz da vítima (ela morreu) e nem da “Marta” (possível motivo do crime). Cada testemunha apresenta seu ponto de vista, querendo incriminar o outro. Inicialmente, “Maria” acusa “Aldo” de ter iniciado a briga, já que, ao chegar ao bar, havia cumprimentado a “amásia” de “João”. Ao falar com “Aldo”, o policial já tem outra versão dos fatos. “Aldo” afirma que quem agrediu João foram Caetano (esposo de Maria, a dona do bar) e Alípio (seu filho). Neste momento, o policial dá a voz de prisão a “Aldo”, “Caetano” e “Alípio”, já que ele não pode determinar a autoria do crime.

A indeterminação da autoria do crime e o fato de “Maria” ter ‘incriminado’ “Aldo” e este ter ‘incriminado’ o marido e o filho de “Maria” onerou o texto do histórico, tornando-o mais extenso, já que é necessário apresentar todos os depoimentos colhidos dos envolvidos. Ao relatar os fatos, o policial, para se referir à vítima, afirma que, quando ela chegou ao Pronto Socorro, “se encontrava bastante lesionada e parecia sem sinais vitais”. Neste momento, a sua morte ainda não havia sido confirmada, já que os médicos tentavam “reanimar o paciente”. O policial, embora redija o BO após o término da ocorrência, relata os fatos na ordem cronológica de seu acontecimento. Assim, é possível remontar passo a passo o que aconteceu do ponto de vista do policial, desde o momento em que os policiais foram acionados. Enquanto a vítima estava sendo atendida pelos médicos no hospital, os policiais foram investigar os fatos.

Ao dizer: “enquanto os médicos tentavam reanimar o paciente, deslocamos até o referido bar”, percebemos que as informações sobre o bar foram apresentadas nos campos Parametrizados, campo denominado “Dados da ocorrência”. Assim, vemos que, para contar o fato, o policial relator recorre aos campos Parametrizados como complementação de seu relato e como forma de não onerar o relato. Portanto, o Histórico dialoga com outras partes do BO e o relato ali produzido pode, por exemplo, eximir-se de fornecer a localização do bar, local do crime.

O verbo “parecer” no enunciado “parecia sem sinais vitais” é uma forma de o policial não se “comprometer” com o fato “morte”, que será dito a *posteriori* no texto do

BO. No entanto, sugere que a vítima já estaria morta quando chegou ao Pronto Socorro, embora a confirmação deva ser feita pela equipe médica. Essa sugestão reforça o sentido de gravidade da situação e sustenta a necessidade da extensão do relato e da mobilização das formas de discurso relatado. Assim, é suposto que o policial mantém-se “imparcial” e nomeia os fatos de acordo com a realidade. Tal é o efeito produzido.

Outro ponto observado, no início do relato, é o modo como um dos envolvidos é nomeado. Primeiramente, o policial refere-se a ele como “uma vítima”, depois “a vítima” e, mais adiante, quando apresenta os médicos, ele utiliza o termo “o paciente”. Nomear a vítima, no espaço hospitalar, como paciente reforça o sentido de crime para o fato relatado. No acontecimento de uma briga, se um envolvido necessita de cuidados médicos, inclusive para “reanimá-lo”, o fato relatado sai do domínio semântico de referência da ordem do “desentendimento” para o domínio semântico de referência da justiça, manifesto no código penal brasileiro, passando a significar como crime. Portanto, o modo como os envolvidos são nomeados participa da performatividade que é produzida no e pelo relato. É por esse motivo que, no desenvolvimento do relato, o policial pôde “dar voz de prisão” aos envolvidos, que passam a ser nomeados de “autores”, conforme a sequência das nomeações a seguir : “uma vítima”; “a vítima”; “o paciente”; “um morador (ao lado do bar)”; “este”; “proprietária do bar”; “Senhora Maria”; “a mesma”; “Senhor João”; “sua amásia”; “os clientes de seu bar”; “Aldo”; “Caetano (esposo da proprietária do bar)” “seu filho (Alípio)”; “condutor José”; “os autores (presos)”; “Leila, (filha de João)”; “vítima (João)”; “João (estava soltando o cérebro pela boca)”; “esposo (João Batista)”; “os envolvidos”; “o autor (Aldo)”; “autores (Caetano e Alípio)”; “Senhora Marta”; “sua filha (Sônia)”.

Em um primeiro momento, o policial utiliza em seu relato uma nomeação por meio de nomes próprios (Maria; João; Aldo; Caetano; Alípio; Marta), o que produz o efeito de neutralizar a participação dos envolvidos no fato/crime. Isso porque, inicialmente, o caso estava sendo desvendado e ele só tinha a voz da Maria, proprietária do bar. Apenas depois de conversar com o Aldo e ele contar que quem havia agredido João era o marido de Maria e seu filho é que outras formas de nomeação aparecem como “autor”, por exemplo. Aldo passa a ser nomeado como autor, e Caetano e Alípio como autores. Nesse caso, os três passam a ser representados como “autores do crime”, que mais adiante será nomeado como “homicídio”. Ao se referir aos envolvidos como autores, embora o policial estivesse utilizando um termo considerado técnico no meio jurídico, produz implicações, pois quem é autor é responsável por alguma ação ou ato. O

apagamento do complemento nominal permanece significando por elipse. Assim, não é porque deixou de preencher linguisticamente que não produz sentidos.

Maria, a dona do bar, embora não seja chamada de autora, também vai responder por um crime, não pela morte de João, mas por “tentar ocultar seu esposo e seu filho na consumação do homicídio e tentar dificultar o trabalho da equipe dos policiais durante o desvendamento dos fatos”. Neste caso, ela terá que prestar esclarecimentos dos fatos.

Ao dizer que “nesse momento obtivemos informações de que a **vítima João** estava em óbito, que o mesmo não resistiu das agressões, conforme esclarecimentos do médico de plantão Dr.xxx, que segundo a equipe de enfermagem **a vítima João estava soltando o cérebro pela boca**”, percebemos que o envolvido volta a ser nomeado como vítima e não mais como paciente, já que, nesse momento, houve a confirmação de seu óbito. A informação dada pela equipe de enfermagem de que “João estava soltando o cérebro pela boca” cauciona a avaliação feita mais adiante pelo policial ao dizer que “agrediram a vítima com crueldade e exagero”. Se o policial não fizer essas avaliações, atenua-se o crime, no caso não é um homicídio qualquer, chega a ser hediondo, tendo como causa presumida, segundo o campo parametrizado, motivação passional, já que tudo começou pelo ciúme que “João” (a vítima) sentiu de “Marta” (sua amásia). Se ele não apresentar tais descrições, o crime não será julgado levando em consideração os agravantes. Por isso, o policial é impelido a avaliar o fato.

Por conseguinte, há, no texto, algumas descrições que podem ser consideradas índices que vão coparticipando na construção da referência do fato como crime, tais como: “a vítima se encontrava bastante lesionada”; “estava soltando o cérebro pela boca”; “agrediram com socos, pontapés, tacos de bilhar”; “agrediram a vítima com crueldade e exagero”. Essas expressões contribuem para que o policial nomeie o crime: “até a consumação do **homicídio**”.

Como o BO é produzido *a posteriori* os fatos ocorridos, o policial seleciona o que será relatado, e sua seleção não é aleatória: ela é feita em função da caracterização e da avaliação que ele faz do crime e em função do gênero textual produzido (BO). Já que se trata de um texto que deveria ser construído com imparcialidade, o policial procura utilizar termos técnicos, aparentemente neutros, além de se valer das formas do discurso relatado. Ao nomear a fala que ele (policial) teve com os envolvidos de “verbalização”, certos sentidos que o uso, por exemplo, do termo “conversação” poderia suscitar são barrados. Assim, ele demonstra que não foi, por exemplo, “uma conversa”, mas uma fala marcada pela relação com a lei.

Há outras expressões que também demonstram a avaliação do policial em relação aos fatos e aos envolvidos. O uso do verbo alegar em “tendo os mesmos **alegado** que no veículo de João havia uma arma de fogo”. Ao utilizar o verbo “alegar”, o policial relator demonstra que isso foi dito como uma justificativa, um motivo para que o crime tenha ocorrido. Esse uso também é justificado pelo fato de que, em revista, não foi encontrada arma dentro do veículo. Assim, isso foi alegado, mas não comprovado. Em relação a um dos envolvidos, o policial afirma: “devido João ter visto sua **amasia** conhecida por Marta no interior do bar”. O emprego da palavra “amásia” também demonstra uma certa avaliação entre a vítima e o possível “pivô” do crime. Essa relação não aparece descrita em nenhum campo Parametrizado do BO. Além disso, no campo “Estado civil” de João (a vítima) há a informação: “não declarado”. O uso da palavra “amásia”, talvez se justifique pelo discurso relatado: as testemunhas a nomearam assim.

Com base nas análises realizadas até aqui, é possível afirmar que, por mais que o policial procure utilizar termos considerados técnicos, “neutros” para nomear os fatos ou os envolvidos, as nomeações ocorrem no âmbito de uma política de representação que produz efeitos e, conseqüentemente, implicações posteriores no desenrolar do inquérito policial. Especificamente em relação ao Histórico deste BO, há uma nomeação minuciosa, de modo a ser hiperbólico: como se a repetição e a descrição detalhada pudessem promover a clareza e a transparência dos fatos. Essa hipérbole decorre da tensão contraditória vivida pelo policial, dadas as coerções relativas ao endereçamento do BO (delegado, juiz) e a necessidade de o policial imputar o fato como crime (homicídio).

Convém mencionar de que não há garantias de como, por exemplo, a expressão “estava soltando o cérebro pela boca” vai ser interpretado e apreendido pelo interlocutor do BO. Como vimos pela noção de *uptake*, é impossível prever como o ato de fala será apreendido, ou seja, como esse enunciado vai ser interpretado pelo outro. A intenção do policial, ao apresentar essa descrição detalhada, é caracterizar o crime como hediondo, com requinte de crueldade, mas não há garantia na forma como isso será percebido pelos interlocutores. Quando alguém ler esse enunciado, pode sentir-se repugnância ou revolta, exagero ou, quem sabe, algo desnecessário. Ao descrever de tal maneira, o policial acaba construindo uma força ilocucionária que vai caracterizar alguém de alguma forma.

Histórico do boletim (13) - Homicídio

Acionados comparecemos no local citado neste Red, onde a testemunha José nos narrou o seguinte fato: que nesta data deu por falta da vítima, uma vez que todos os dias na parte da manhã a mesma vai ao seu comércio, que deslocou juntamente com a outra testemunha Patrícia até a residência da vítima encontrando a mesma caída em um dos cômodos da casa, estando nu e aparentando estar sem vida. Ao chegarmos no local, encontramos a vítima na situação relatada pelas testemunhas, sendo que do lado do corpo tinha muito sangue, encontramos também um machado na garagem da casa o qual apresentava vestígios de sangue. Em parlamentação com transeuntes, estes nos relataram que a vítima tinha o costume de levar para a sua casa pessoas do sexo feminino usuárias de droga para ter com as mesmas relação sexual. Após levantamentos descobrimos que a vítima esteve com uma pessoa conhecida como “Paulinha” até por volta de 23:30 horas da data de ontem, sendo que esta pessoa conhecida como “Paulinha” estava internada para tratamento contra o uso de drogas na cidade de xxx, sendo liberada na data de ontem. Foi feito contato com o Sr. Delegado de Polícia que acionou o perito no local, enquanto aguardávamos a chegada do mesmo, outras viaturas faziam rastreamento para a localização de “Paulinha”. Informações levantadas diziam que a mesma estava no bairro xxx, sendo que viaturas em rastreamento e juntamente com as testemunhas localizaram a pessoa até então conhecida como “Paulinha” próximo ao bairro xxx, onde foi solicitado que a mesma comparecesse juntamente com os policiais ao local onde a vítima foi encontrada sem vida. Em parlamentação com Paula xxx, conhecida como “Paulinha” na presença do Sr. Delegado de Polícia xxx, Sr. Maj xxx da xxx Cia PM, do Sr. Ten xxx Sub Cmt da xxx Cia PM, do Sr. Perito xxx, do relator deste Red, confessou ser ela a autora do homicídio. Relatando ainda que esteve na casa da vítima a convite da mesma, para que ela, Paula, fizesse uso de droga, que após “queimar 04 pedras” manteve com a vítima relação sexual; que após o fato vestiu sua calcinha, e que a vítima cortou a mesma com uma tesoura, a autora alega que não gostou da atitude da vítima e relata que aproveitou que a vítima se encontrava nua e sentada na cama, pegou um machado que estava encostado em uma parede e deu um golpe com o lado do corte no crânio da vítima, que a vítima caiu a solo se debatendo, quando a autora desferiu mais dois golpes na cabeça da vítima. A autora relatou que “cobra não se aleja, mata” e desferiu mais dois golpes na cabeça da vítima, deixando-a caída ao solo evadindo sentido a rua xxx, no bairro xxx, na casa de uma pessoa da qual não se lembra o nome. Foi encontrado com a autora no momento de sua localização um aparelho celular o qual segue apreendido, porém o mesmo não possui o chip, pois a autora disse que o destruiu, deixando-o próximo a um telefone público não recordando o local, limitando a dizer que encontrou esse aparelho celular dentro de um ônibus. Após os trabalhos de perito criminal, este liberou o corpo para que a funerária Pax Carmelitana conduzisse o mesmo para o IML para demais providências. A calcinha da autora que foi encontrada no local dos fatos foi recolhida pelo perito, pois o mesmo alegou que precisaria de fazer exames mais detalhados nesta peça. A residência foi liberada para os parentes da vítima que se encontravam no local. Diante dos fatos a autora foi presa em flagrante e conduzida a vossa presença.

Esse Histórico, visto que se trata de um homicídio, foi narrado por testemunhas. Primeiramente, o policial contextualiza o relato, apresentando como ocorreram os fatos. São utilizados os seguintes elementos de referência em relação aos envolvidos: “testemunha José”; “vítima”; “a mesma”; “outra testemunha (Patrícia)”, “transeuntes”; “estes”; “uma pessoa”; “Paulinha”; “esta pessoa”; “Sr. Delegado de Polícia”; “o perito”; “as testemunhas”; “Paula”; “Sr. Delegado de Polícia (xxx)”; “Sr Maj xxx (da xxx Cia PM)”; “Sr Tem xxx Sub (Cmt da xxx Cia PM)”; “Sr Perito xxx”; “relator (deste Red’s)”; “ela” “a autora”; “uma pessoa”; “os parentes (da vítima)”.

Para a construção do fato como crime, o policial apresenta o que uma testemunha disse: “nesta data deu por falta da vítima, uma vez que todos os dias na parte da manhã vai ao seu comércio”. Essa informação é importante, pois instaura todo o processo, já que a partir disso, as testemunhas foram à casa da vítima. É possível observar que a nomeação “vítima” aparece desde o início do texto, mesmo ainda não sendo nomeado o fato como homicídio. Isso se justifica, talvez, pelo fato de que o BO seja narrado após o acontecimento dos fatos. Em nenhum momento aparece o nome da vítima no Histórico. O policial refere-se a ela apenas como “vítima”; os dados dela foram apresentados nos campos parametrizados em “Qualificação dos envolvidos”. Segundo as testemunhas, quando chegaram à residência da vítima, ela “estava nua e aparentando estar sem vida”. Neste momento, a morte ainda não fora confirmada. Mesmo quando os policiais chegaram ao local, eles não afirmaram de imediato que a pessoa estava morta: “encontramos a vítima na situação relatada pelas testemunhas, sendo que do lado do corpo tinha muito sangue, encontramos também um machado na garagem o qual apresentava vestígios de sangue”. A nomeação do fato como homicídio só aparece após a constatação dos peritos. Percebemos que a construção da referência do fato como crime ocorre por meio do relato dos policiais e de índices que vão coparticipando dessa construção da referência.

O enunciado “Em parlamentação com transeuntes, estes nos relataram que a vítima tinha costume de levar para sua casa pessoas do sexo feminino usuárias de droga para ter com as mesmas relação sexual” é decisivo para que o crime seja desvendado. Essa informação contribui para que se chegue até a pessoa que cometeu o crime. Ela é complementada, quando o policial afirma “Após levantamentos descobrimos que a vítima esteve com uma pessoa conhecida como ‘Paulinha’, até por volta das 23:30 horas da data de ontem, sendo que esta pessoa conhecida como “Paulinha” estava internada para

tratamento contra o uso de drogas na cidade de xxx, sendo liberada na data de ontem”. Assim, as características de “Paulinha” enquadram-se nas descritas anteriormente: pessoas do sexo feminino usuárias de droga. Vale ressaltar o uso da nomenclatura “parlamentação” em “Em parlamentação com transeuntes”. Não se trata de uma conversa qualquer, mas de uma “negociação”, “um acordo” entre o policial e as pessoas que passavam pelo local. Essas pessoas não são nomeadas, mas apresentam informações muito importantes para o desvendamento do crime. Pode-se inferir que havia no local pessoas que conheciam bem a história da vítima e que sabiam quem era “Paulinha”, até mesmo onde ela se encontrava. No sentido de não identificar quem estava passando as informações, o policial utiliza expressões de caráter vago: “transeuntes”; “Após levantamentos”; “Informações levantadas”; “as testemunhas”. Essas expressões são utilizadas com o intuito de resguardar a voz de quem apresentava as informações.

Quando a pessoa suspeita é encontrada, o policial afirma “localizaram a pessoa até então conhecida como ‘Paulinha’ próximo ao bairro xxx, onde foi solicitado que a mesma comparecesse juntamente com os policiais ao local onde a vítima foi encontrada sem vida”. O uso da expressão “até então conhecida como Paulinha”; infere-se que, a partir daquele momento, eles saberiam quem era esta pessoa, como se chamava, quais os dados de identificação. Outra afirmação observável é a de que “onde a vítima foi encontrada sem vida”. Até então isso não havia sido dito, porque os peritos ainda não estavam no local. Após chegar ao local e depois de conversar com o policial, há a confissão do crime por parte de Paulinha, sendo reforçada a presença de tantas autoridades “Sr. Delegado de Polícia xxx; Sr. Maj xxx da xxx Cia PM; Ten xxx sub Cmt da xxx Cia PM do Sr. Perito xxx; do relator deste Red”. Neste momento, temos as nomeações autora e homicídio: “[...] confessou ser ela a **autora do homicídio**”. A presença de tantas autoridades reforça a veracidade dos fatos: várias pessoas presenciaram sua confissão. Todas as descrições apresentadas exerceram um papel importante para a construção do fato do crime: houve um homicídio e já sabiam quem era o culpado.

A partir desse momento, o policial apresenta o relato da autora do crime, a sua versão sobre os fatos e o motivo pelo qual havia cometido o crime: depois de fazer uso de droga, manteve relação sexual com a vítima, que “após o fato vestiu sua calcinha, e que a vítima cortou a mesma com uma tesoura, a autora alega que não gostou da atitude da vítima”. Vale ressaltar o uso do verbo “alega” em “a autora **alega** que não gostou da atitude da vítima”. Este verbo é considerado um termo técnico que denota a ideia de

justificativa, explicação. O discurso direto foi utilizado para reproduzir a fala da autora “cobra não se aleja, mata”. Isso de alguma forma retrata a frieza com que ela agiu.

É preciso levar em consideração o objetivo e a importância do BO no inquérito policial. O BO tem como objetivo fornecer elementos para que alguém (no caso, o delegado, o juiz) possa tomar uma posição e as devidas providências sobre o fato criminoso. Por isso, a importância das descrições apresentadas nesse documento. É a partir dele que se instaura o inquérito, assim todas as informações nele presentes serão fundamentais para o prosseguimento do processo. O BO é produzido no momento ou logo após os fatos ocorridos, por isso as informações declaradas possuem uma força ilocucionária muito grande, no sentido de convencer o interlocutor de que houve um crime. Todas as formas de nomeação, nesse documento, terão um papel fundamental na identificação e no tipo de envolvimento de cada testemunha. Vale mencionar que o policial apenas nomeia ‘Paulinha’ de autora após ela ter confessado o crime de homicídio. E aí ele poder dizer que “Diante dos fatos a autora foi presa em flagrante e conduzida a vossa presença”; no caso, a presença do delegado.

Histórico do boletim (14) - Homicídio

Acionados comparecemos no endereço citado onde segundo informações da SOF, havia ocorrido disparos de arma de fogo contra um indivíduo e que o mesmo estaria caído ao solo e estaria já sem vida. No local deparamos com a vítima caído ao solo já sem vida e com grande quantidade de sangue pelo corpo. No local verificamos que a vítima ainda tinha sinais vitais, sendo ele colocado na viatura juntamente com seu irmão e levados para o Pronto Socorro Municipal. Deixamos a vítima no Pronto Socorro Municipal sobre os cuidados médicos e retornamos ao local dos fatos e deparamos com a residência já fechada. Ao questionarmos vizinhos estes alegaram que a esposa da vítima teria deslocado para o Pronto Socorro. Diante ao exposto isolamos o local e acionamos a perícia técnica a qual compareceu e realizou seus trabalhos de praxe. Tentamos colher informações com pessoas próximo ao local onde somente conseguimos levantar que o autor do crime estava em motocicleta de cor escura sem maiores dados e que ele usava um capacete de cor preta e cinza. Em contato com a testemunha Aurora, esposa da vítima Aldo, ela nos informou que não viu nada, pois estava em sua residência quando a vítima chegou em casa adentrou no imóvel e ao retornar para fechar o portão foi surpreendido pelo autor que efetuou os disparos. O autor após os fatos evadiu tomando rumo ignorado. Compareceu no local o perito Nicola xxx Masp xxx, conduzindo a VP de placa xxx, onde após o mesmo realizar seus trabalhos, recolheu os projeteis e cápsulas que estavam no local, efetuamos uma busca no interior da residência na presença das testemunhas João, testemunha Altino e testemunha o advogado

Gustavo, onde encontramos no armário da cozinha, dois envólucros de cor preta contendo substancia semelhante a crack, um invólucro de cor preta contendo uma substancia de cor branca não identificada que provavelmente é mistura para drogas. Diante ao exposto o material foi recolhido e entregue na Depol, para as demais providencias. Ao vosso conhecimento.

O policial inicia o relato utilizando verbos que indicam hipótese “segundo informações²⁷ **havia ocorrido** disparos de arma de fogo contra um indivíduo e que o mesmo **estaria** caído ao solo e **estaria** sem vida.” Isto ocorre, porque são informações ainda não constatadas. Quando o policial chega ao local, depara-se com a vítima caída ao solo, sem vida e com grande quantidade de sangue pelo corpo. Neste momento, o indivíduo passa a ser nomeado como vítima, já que se constata que ele havia sofrido uma ação criminal praticada por outra pessoa. Logo em seguida, o policial afirma: “No local verificamos que a vítima ainda tinha sinais vitais, sendo ele colocado na viatura juntamente com seu irmão e levados para o Pronto Socorro Municipal”. No enunciado anterior o policial afirma que a vítima estava sem vida, em seguida diz: “verificamos que a vítima ainda apresentava sinais vitais”. Nesse enunciado destacamos o uso do verbo “verificamos”, sugerindo que, após uma análise mais detalhada, pôde-se verificar que a vítima ainda estava com vida.

Diferentemente do que ocorreu com o BO anterior, não temos a nomeação do crime como homicídio, porque o culpado não foi encontrado e não se sabe ao certo o que aconteceu. Os verbos utilizados pelo policial durante o desvendamento do crime revelam o empenho dos policiais em saber o que havia ocorrido, cumprindo seu papel “Ao **questionarmos** vizinhos”; “**Tentamos** colher informações”; “somente **conseguimos levantar**”. Todos esses elementos servem de indícios para a construção do fato como crime e um modo de mostrar que a polícia estava cumprindo seu papel.

Observamos que não há nenhum fato concreto que leve os policiais a desvendarem quem é o culpado. A esposa da vítima afirma que “não viu nada, pois estava em sua residência quando a vítima chegou em casa adentrou no imóvel ao retornar para fechar o portão foi **surpreendido** pelo autor que efetuou os disparos”. O uso do verbo “surpreendido” sugere a ideia de que a vítima não esperava pelo ocorrido, ela foi pega de surpresa. A busca feita pelos policiais no interior da residência ocorreu na presença de testemunhas (testemunha João; testemunha Altino e testemunha o advogado Gustavo).

²⁷ Os erros de pontuação (e outros) foram mantidos, tal como apareceram nos BO.

Essa informação é importante para demonstrar veracidade do que foi encontrado, pois outras pessoas presenciaram o fato, bem como uma forma de o policial se resguardar sobre alguma possível acusação de invasão, por exemplo. O policial afirma ter encontrado “no armário da cozinha, dois envólucros de cor preta contendo substância semelhante a crack, um invólucro de cor preta contendo substância de cor branca não identificada que provavelmente é mistura para drogas”. Notamos que não há afirmação contundente do que seja o material encontrado: “substância semelhante a crack”; “substância de cor branca não identificada que provavelmente é mistura para drogas”. O policial apenas apresenta possibilidades do que possa ser o material encontrado. Isso se deve ao fato de que ele queira se resguardar de um pré-julgamento indevido, sem antes ter passado por uma perícia técnica. Mas nem por isso essas possibilidades deixam de ser informações relevantes para o desvendamento do crime. Podemos inferir que o crime tenha ocorrido devido ao envolvimento da vítima com drogas. Essas informações são pistas para que o processo seja conduzido. O policial ainda afirma que “o material foi recolhido e entregue na Depol”. Dessa forma, caberá à polícia civil averiguar realmente do que se trata.

Sabemos que não é papel do policial solucionar os casos apresentados no BO. Seu papel é apresentar a descrição detalhada de todos os fatos ocorridos para dar origem ao inquérito policial e, posteriormente, a processos judiciais. Percebe-se, assim, a importância da produção do BO para o adequado andamento processual e decisões judiciais mais eficientes e mais justas. O BO será referência do início ao fim do processo; é considerado o ponto de partida para as ações judiciais futuras. Dessa forma, o BO deve ser redigido de maneira que forneça todas as informações necessárias às autoridades competentes para que as devidas providências sejam tomadas.

Histórico do boletim (15) - Homicídio

Acionados comparecemos até o referido endereço, onde segundo denúncia passada através do número xxx, uma mulher havia sido esfaqueada. No local deparamos com o corpo de Sueli xxx caído em decúbito ventral, dentro de um dos barracos de fundos, já sem sinais vitais, o qual apresentava diversas perfurações corte contusas. Foi feito o isolamento do local e acionamento da perícia e através de informações de vizinhos foi colhido informações do suspeito que possivelmente teria praticado o homicídio. De posse de tais informações, foi acionado reforço, e durante rastreamento localizamos o suspeito em uma estrada vicinal a aproximadamente 1,5 km do local do fato, onde ao aborda-lo, ao questiona-lo, este confirmou ter praticado o homicídio, relatando ainda que havia deixado a arma utilizada junto ao corpo. Diante do

acima exposto, o autor foi preso em flagrante delito e conduzido ao Pronto Socorro de xxx, em função de alguns cortes que havia em seus dedos da mão direita, sendo um corte no dedo polegar, para o qual suspeita de corte do tendão, um corte no dedo indicador e um corte no dedo mínimo, sendo o corte do dedo mínimo confirmado o rompimento do tendão. Em função da necessidade de condução imediata do preso, segundo o médico Dr.xxx, na data de xxx, se possível, o preso deverá ser conduzido ao Hospital xxx para religamento do tendão. Com a chegada da perícia no local do crime, foi constatado aproximadamente 15 a 20 perfurações corte contusas na vítima, sendo: na nuca, rosto, mamilo, braço, pescoço, dedos, orelha, punho e costas. Após o preso ter sido medicado e liberado, este foi conduzido até a Depol para demais providências. A faca utilizada para o cometimento do crime e um aparelho celular foram recolhidos pela perícia. Com o preso no momento da abordagem foi apreendida uma barra de ferro, que este portava e recolhidos R\$230,00 (duzentos e trinta reais em dinheiro e dois cartões, sendo um cartão cidadão e um cartão de conta poupança da caixa, ambos em nome do autor Edson).

O policial, ao chegar ao local do crime, afirma: “No local deparamos com o corpo de Sueli xxx caído em decúbito ventral, dentro de um dos barracos dos fundos, já sem sinais vitais, o qual apresentava diversas perfurações corte contusas”. Neste momento, o uso do verbo “deparamos” sugere a veracidade da denúncia realizada. Vale ressaltar o emprego dos termos “**decúbito ventral**” e “**corte contusas**”. Tais termos são considerados técnicos, científicos e atendem ao objetivo do BO: relatar de maneira técnica e objetiva os fatos. Ao empregá-los, o policial acredita que está sendo neutro, pois redigiu de acordo com o que é lido pelo manual.

Para se referir aos envolvidos, o policial utiliza as seguintes formas de referência: “uma mulher”; “o corpo (de Sueli)”; “vizinhos”; “suspeito”; “este”; “o autor”; “o preso”; “vítima”; “autor (Edson)”. Todos estes elementos são importantes na construção da referência aos envolvidos no crime, no caso, de homicídio.

O policial inicia um processo de construção do fato como crime, introduzido pela expressão “uma mulher havia sido esfaqueada”, de forma bem genérica e abstrata. Os sentidos começam a ser definidos por um conjunto de expressões referenciais que possibilitam especificar o que aconteceu: “corpo de Sueli”; “já sem sinais vitais, o qual apresentava diversas perfurações corte contusas (sic)”. Neste momento, constata-se que houve um crime. O policial esclarece que agiu de acordo com a lei: “isolamento do local”; “acionamento da perícia”.

Após esclarecer que agiu caucionado pela lei, e apresentar o fato, começa a construção da referência de quem cometeu o crime. Inicialmente, ele é nomeado como “suspeito que possivelmente teria praticado o homicídio”. Neste momento, ele constrói o

fato como crime e o nomeia de homicídio. O policial deixa claro que as informações sobre “o suspeito” foram transmitidas por vizinhos, estes sendo testemunhas e contribuindo para encontrar o criminoso. Assim, o suspeito é encontrado e o policial afirma: “ao aborda-lo, ao questiona-lo, este confirmou ter praticado o homicídio, relatando ainda que havia deixado a arma utilizada junto ao corpo”. A partir deste momento, o suspeito é nomeado como autor, já que ele confirmou ter cometido o crime. Logo em seguida, a partir do momento em que ele está sob “os cuidados” dos policiais, ele é nomeado como preso: “o preso deverá ser conduzido ao hospital xxx para religamento de tendão”. Importante ressaltar que o policial apresenta com detalhes quais são os ferimentos do preso. Isto é uma forma de se resguardar, de deixar claro como ele foi encontrado, além de reiterar a responsabilidade do envolvido em relação ao crime: “em função de alguns cortes que havia em seus dedos da mão direita, sendo um corte no polegar, para o qual suspeita de corte do tendão, um corte no dedo indicador e um corte no dedo mínimo, sendo o corte do dedo mínimo confirmado o rompimento do tendão”. Alguém com tantos “cortes”, só poderia ter usado algo bem cortante. Toda essa descrição minuciosa funciona como coparticipante da construção da referência do envolvido como responsável pelo crime, bem como para a representação do fato como crime.

Observamos também que o policial apenas afirma que “foi constatado aproximadamente 15 a 20 perfurações corte contusas (sic) na vítima” após a chegada da perícia. Ao iniciar o relato, ele afirma que o corpo “apresentava diversas perfurações corte contusas (sic)”. A quantidade exata só é apresentada por um perito. Essa informação cauciona o policial, que está agindo de acordo com previsto em lei. O policial ainda especifica onde foram as perfurações: “na nuca, rosto, mamilo, braço, pescoço, dedos, orelha, punho e costas”. Todas essas informações reiteram a crueldade utilizada no crime, o que, certamente, contribuirá para a forma como o fato será caracterizado criminalmente e como o autor será julgado.

Somente no final do relato, o policial apresenta o nome do autor, sendo este nomeado de “autor (Edson)”. As informações referentes ao autor como nome completo, endereço, filiação, número de documentos são apresentadas nos campos parametrizados do BO, sendo desnecessário apresentá-las novamente. O que também nos chama a atenção neste BO, é o preenchimento do campo “Modo da ação criminosa”: “Autor em função de desentendimentos com amasia, a esfaqueia e mata”. Nesse campo, o policial faz uma avaliação do possível motivo do crime e ainda nomeia “a mulher esfaqueada” de “amasia”. O que vale mencionar é que no campo Estado civil de ambos, consta-se “união

estável”. Como se trata de um termo recorrente pelos policiais, infere-se que é considerado técnico e comum para eles, de forma que o termo não é percebido por eles como pejorativo.

Assim, do ponto de vista do policial, a ação dele é técnica, pois ele se baseia no Manual de redação, que também é técnico. Esse manual orienta o policial a utilizar uma linguagem mais técnica, objetiva, e a evitar termos valorativos.

Nesta pesquisa, o que estamos tentando mostrar é que devido à subjetividade na linguagem, é impossível alguém ser neutro, ou completamente objetivo, transpondo em palavras qualquer fato, sem que estas palavras estejam afetadas por seu olhar. Por mais que o termo “amásio” pareça para eles um termo técnico, a força pejorativa que ele carrega é inegável.

3.4 Boletins de natureza: Roubo

Histórico do boletim (16) - Roubo

Em atendimento de ocorrência de Roubo a mão armada consumado a transeunte, fomos informados pelo senhor Márcio, que nesta data no momento em que este deslocava para a sua residência em uma bicicleta, este foi surpreendido por um indivíduo moreno, baixo, magro, trajando uma calça jeans suja, chinelo havaianas, usando uma camiseta cor vermelha amarrada sobre a cabeça de modo que o escondesse seu rosto, o qual estava portando uma arma de fogo, tipo revólver calibre 38, cor preta. O autor estava escondido nas imediações da cerâmica, na Avenida....., local onde possui vários lotes vagos com grande vegetação e no momento em que a vítima passava pelo local, este saiu do meio da vegetação e anunciou o assalto, levando da vítima um aparelho celular, marca Nokia. Segundo a vítima o autor permaneceu o tempo todo apontando a arma para o mesmo e lhe ameaçando de morte. Após o roubo o autor evadiu do local tomando rumo a Rua.... Foi feito rastreamento, porém até o momento sem êxito. Vítima orientada quanto às demais providências e liberada.

O modo de escrita deste BO é diferente de outros. Já no início do relato, o policial nomeia o crime: “Roubo à mão armada consumado a transeunte”. Embora essa nomeação seja fruto do relato da vítima que aciona a polícia, o policial assume a veracidade da ocorrência e essa posição do policial é o fundamento do estabelecimento do fato como

crime. Esse modo de escrita do BO sustenta-se no pressuposto do discurso jurídico de que um cidadão somente aciona a polícia em caso de uma verdadeira necessidade, que é uma condição, para a manutenção da ordem social.

Inicialmente, a nomeação assume valor genérico, porque não há ainda a identificação dos envolvidos. A referência dos envolvidos vai sendo construída pela apresentação dos fatos, conforme a sequência produzida, a saber: “transeunte”; “senhor Márcio”; “este”; “sua residência”; “ indivíduo (moreno, baixo, magro, trajando uma calça jeans suja, chinelo havaianas, usando uma camiseta cor vermelha amarrada sobre a cabeça de modo que o escondesse seu rosto”); “o qual (estava portando uma arma de fogo”); “O autor”; “a vítima”; “este”; “o mesmo”; “lhe”.

Podemos notar que a nomeação “vítima” aparece apenas no final do relato. Primeiramente, o policial utiliza o termo “transeunte”, depois, esse termo é retomado por “senhor Márcio”, em seguida, por “este” e, por último, pelo pronome “este” seguido de “foi surpreendido”. Só neste momento é que o “senhor Márcio” é representado como vítima. O pronome este na expressão “este foi surpreendido” é uma anáfora que retoma “o senhor Márcio”, significando-o como vítima. A palavra “surpreendido”, neste enunciado, é um índice de coparticipação na construção do “senhor Márcio” como vítima que, de alguma maneira, vai incidir na construção da referência do autor do roubo, já que “o senhor Márcio” foi surpreendido, porque o autor saiu“ do meio da vegetação e anunciou o assalto”. Alguém que esteja no meio de uma vegetação e surpreenda outra pessoa, encontra-se em situação suspeita.

Nesse Histórico, percebemos que a caracterização do criminoso ocorre por meio de uma descrição detalhada da cor da pele, estatura, roupa que trajava, o modo como a camiseta estava na cabeça, e pelo uso da palavra autor. Uma vez que o fato é significado como crime, alguém é o autor dele e esse alguém precisa ser minuciosamente descrito para atender a certa necessidade de localização. Assim, essas descrições podem ser consideradas como coparticipantes na construção da referência do envolvido. As expressões “ele estava com a camiseta amarrada sobre a cabeça”; “portando uma arma de fogo”; “estava escondido nas imediações da cerâmica” demonstram atitudes suspeitas, próprias de quem já planejava algum roubo. E isto tem implicações, pois pode-se inferir que havia a intenção de roubar e que, talvez, esse suspeito faça isso com frequência.

Vale pontuar que, segundo a Instrução conjunta nº 01/2003,

nos campos destinados às características físicas (peso estimado, altura estimada, cor de olhos, cabelo, cor de cabelo, cicatriz, deficiência física, deficiência audiovisual, amputação, deformidade etc), em que a autoria for incerta, coletam-se as informações, também, quando tais dados forem apontados pela vítima e/ou testemunha com clareza e sem dúvidas. **Estas informações são essenciais para a composição do banco de dados, bem como para posterior disseminação a outras guarnições policiais, considerando a possibilidade de se definir padrões para criminosos em que o ‘modus operandi’ seja semelhante.** (MINAS GERAIS, 2003 - grifos nossos)

Assim, as descrições apresentadas no Histórico do boletim (16) podem ser utilizadas para a “composição do banco de dados” ou para “posterior disseminação a outras guarnições policiais”, com o intuito de definir padrões para criminosos, além de possibilitar a identificação do criminoso e, conseqüentemente, sua prisão. As descrições apresentadas são externas, relativas ao campo do observável, ou seja, aquilo que permite identificar e localizar o envolvido. Nós vivemos em uma sociedade em que o sistema judiciário retira da convivência social pessoas que são consideradas criminosas. Para isso, elas precisam ser localizadas para que sofram as sanções previstas em lei pelo crime cometido.

Como não existe nenhuma forma de identificação do autor do roubo como nome, endereço, filiação ou documentação, a descrição dos aspectos observáveis desse envolvido será importante para que ele seja localizado e identificado. Assim, nesse BO, a linguagem funciona na tentativa de construir a referência do envolvido e atender aos objetivos pelos quais os BO são produzidos. Assim, essa descrição vai permitir que uma guarnição policial saia pelas ruas, em uma ronda, e aborde uma pessoa, que se “encaixe” nessa descrição. Mesmo que essa pessoa não esteja cometendo nenhum crime, naquele momento, ela já será considerada suspeita.

Notamos que, quanto ao tipo de referência proposto por Donnellan (1966), temos neste Histórico tanto o uso atributivo das descrições definidas quanto o uso referencial. Em relação à vítima, temos o uso referencial, pois o relato dos fatos é feito por ela, sendo assim, o policial conhece a pessoa a quem se refere. Já em relação ao criminoso, temos o uso atributivo, pois ele não está presente e não havia nenhum conhecimento sobre ele, apenas o que lhe fora passado pela vítima. E isso tem implicações, pois o policial descreve alguém que ele não conhece, não sabe quem é, ou seja, a referência desse envolvido é feita a partir do viés da narrativa da vítima. O risco de não ser fidedigno à descrição é

maior, pois a descrição é afetada pelo olhar da vítima e será afetada também pelo olhar do policial. Ele conta algo pelo olhar do outro.

Histórico do boletim (17) - Roubo

Segundo o senhor Claudio, se encontrava em sua casa na Rua xxx, número xxx, momento que foi surpreendido por um indivíduo conhecido por Cesinha Branco, e seus dois comparsas Pedro e Fernandinha, segundo Claudio Cesinha estava com um facão em punho e lhe disse passa todo seu dinheiro se não lhe matamos. Segundo Claudio os autores mencionados lhe roubaram cerca de R\$ 80.00 oitenta reais e algumas roupas. Claudio não chamou a PM na hora porque ficou com medo das ameaças feitas pelos autores dizendo se ele chamasse a PM voltariam e lhe mataria. Tal fato ocorreu por volta das 4 horas da manhã. Foi lavrado este BO para posteriores providências.

Nesse Histórico, o policial utiliza as seguintes nomeações para se referir aos envolvidos: “senhor Claudio”; “um indivíduo”; “Cesinha Branco”; “seus dois comparsas (Pedro e Fernandinha)”; “segundo Claudio”; “Cesinha”; “os autores”; “Claudio”. Nele, a pessoa que é roubada em momento algum é chamada de vítima. A referência a ela foi feita apenas por meio do seu nome. Talvez, seja possível inferir que, já que os acusados não estavam presentes, e o fato já havia ocorrido, seria preciso verificar o que havia acontecido para que o “senhor Claudio” fosse chamado de vítima. Isso de alguma forma tem implicações. Não chamá-lo de vítima pode interferir na construção do fato como crime.

No enunciado, “momento que foi surpreendido por um indivíduo conhecido por Cesinha Branco e seus dois comparsas Pedro e Fernandinha”, temos o emprego do termo “surpreendido” que produz o sentido de que aquilo não era esperado, sendo assim, “o senhor Claudio” foi pego de surpresa. O uso do termo indivíduo, aparentemente neutro, revela a não identificação do autor, bem como o desconhecimento sobre ele. Nomear esse indivíduo como “Cesinha Branco” já é uma forma de identificá-lo, de localizá-lo. O emprego do termo comparsas, em “e seus dois comparsas Pedro e Fernandinha”, possui uma força ilocucionária no sentido de que “o indivíduo” não agiu sozinho, havia cúmplices que o ajudaram. Ao se referir a eles como comparsas, o policial já os considera responsáveis, também, pelo crime. Tanto é que, mais adiante, eles serão chamados de autores. Neste momento, embora esteja silenciado, na condição do BO, é possível

recuperar que, se são autores, são autores do roubo. O termo autores é aparentemente neutro, mas representa os envolvidos como responsáveis pela ação (no caso, o roubo).

O enunciado “segundo Claudio Cesinha estava com um facão em punho e lhe disse passa todo seu dinheiro se não lhe matamos” é um indício que coparticipa da construção do fato como crime, isto é, comprova que realmente houve roubo. Neste enunciado, o uso do discurso indireto aparece mesclado com o discurso direto: o policial procura transcrever o que realmente “os autores” disseram: “passa todo dinheiro se não lhe matamos”. O discurso direto é utilizado para reproduzir o que teria sido a fala dos autores do roubo. Vale ressaltar que o policial não faz nenhuma marca de discurso direto.

Ao afirmar “segundo Claudio os autores mencionados lhe roubaram cerca de R\$80,00 e algumas roupas”. O verbo roubaram contribui para a construção do fato como crime: trata-se de um roubo. Todos os elementos descritos no Histórico ajudam a compor a referência tanto dos fatos quanto dos envolvidos, e a forma que eles são representados contribui para a caracterização do fato como crime e dos envolvidos como criminosos.

Somente no final do Histórico do boletim, percebemos que a polícia não foi chamada logo após o roubo, quando o policial afirma que “Claudio não chamou a PM na hora porque ficou com medo das ameaças feitas pelos autores dizendo se ele chamasse a PM voltariam e lhe mataria”. O policial deixa registrado o motivo por que os policiais não foram chamados anteriormente, sendo também uma forma de registrar a ameaça feita ao “senhor Claudio”.

Histórico do boletim (18) - Roubo

Em atendimento de o ocorrência de roubo à mão armada a transeunte, fomos informados pelo senhor João, que nesta data quando este deslocava na Rua xxx, nas proximidades do colégio Estadual xxx, o mesmo foi abordado pelo menor infrator, Pedro, o qual através de grave ameaça e de porte de um canivete, exigiu da vítima que lhe entregasse o seu aparelho de celular, marca Samsung/ galaxy note, cor branca, a sua carteira de bolso e a bicicleta dezoito marchas, aro vinte e quatro, cor roxa. A vítima tentou parlamentar com o menor infrator, porém este relatou que se a mesma não lhe entregasse os bens ira lhe matar. Após o fato o autor evadiu do local tomando rumo ignorado. Feito rastreamento afim de localizar e apreender o menor, porém sem êxito. Vítima orientada quanto as demais providências.

Nesse Histórico, diferentemente do anterior, a nomeação do fato como crime já ocorre logo no início do relato: “roubo à mão armada a transeunte”. De maneira bem

genérica, pois transeunte sugere que o roubo aconteceu com alguém que estava transitando na rua, sem identificação. Logo em seguida, aparece o termo “senhor João”, que, inicialmente, não é chamado de vítima, mas que o será posteriormente, quando o policial diz que “o mesmo foi abordado pelo menor infrator, Pedro, o qual através de grave ameaça e de porte de um canivete...”. A partir deste momento, o “senhor João” é nomeado como vítima, já que sofreu o dano, o prejuízo de ser roubado.

Expressões como “foi abordado pelo menor infrator” e “através de grave ameaça e de porte de um canivete” são importantes para a constatação de que se tratava de um crime de roubo. Um dado linguístico significativo nesse enunciado é a forma como o menor é nomeado: “menor infrator”. A palavra “infrator” já o nomeia e, ao mesmo tempo, o qualifica e o identifica como alguém que cometeu alguma infração, algum crime. Isto pode ser comprovado pela forma como ele é nomeado mais adiante na expressão “o autor evadiu do local tomando rumo ignorado”. Novamente o uso do termo autor deixa implícita a ideia de que ele (o menor infrator) é responsável pelo crime de roubo.

O uso das expressões “grave ameaça”; “exigiu da vítima” funcionam como indícios de coparticipação da construção do fato como crime, pois reiteram e intensificam a ação do criminoso. A força ilocucionária desses termos ganha considerável reforço com outra forma que aparece mais à frente, que mantém o mesmo nível de sugestão performativa. Trata-se do enunciado: “A vítima tentou parlamentar com o menor infrator, porém este relatou que se a mesma não entregasse os bens ira lhe matar”. Aqui, percebemos a agressividade do autor e a consumação do roubo. Neste enunciado, há uma mistura entre o discurso indireto e o discurso direto: “se a mesma não entregasse os bens ira lhe matar”, como se o autor estivesse falando no exato momento de enunciação do roubo. O emprego do verbo parlamentar em: “A vítima tentou parlamentar com o menor infrator” reitera o emprego de termos técnicos pelos policiais, que seguem as orientações do Manual de redação.

Vale mencionar o enunciado produzido pelo policial no final de seu relato: “Após o fato o autor evadiu do local tomando rumo ignorado. Feito rastreamento afim de localizar e apreender o menor, porém sem êxito. Vítima orientada quanto as demais providências”. Este enunciado demonstra que o policial agiu caucionado pela lei e que realizou seu trabalho dentro dos trâmites legais. Aqui o crime é nomeado como fato, que pode se referir tanto ao roubo como a toda ação que ocorreu. Essa falta de clareza, de certa forma, está relacionada à tensão vivida pelo policial de ter que imputar o fato como

crime, mas não poder julgá-lo. O policial evita empregar a palavra crime por ser mais forte, mais contundente.

Histórico do boletim (19) – Roubo

Acionados pela SOF deslocamos ao Posto xxx onde o frentista José relatou que chegaram ao local 02 (dois) indivíduos, sendo um de cor branca, magro, aproximadamente 1,70 m de altura, trajando camiseta de cor estampada, bermuda azul clara, boné azul escuro e tênis preto e o outro de cor negra, aproximadamente 1,70 m de altura, trajando camiseta de cor verde com estampa branca, bermuda camuflada e boné azul claro e chinelo, armado com uma arma de fogo tipo “garrucha”, o qual disse: “perdeu, perdeu, perdeu”, apontando a arma de fogo para a vítima, o outro autor passou a dar busca a vítima e abriu a gaveta onde fica o dinheiro, roubando R\$ 337,00 em dinheiro. Os autores evadiram e entraram em um veículo xxx de cor xxx, o qual estava estacionado atrás do posto, onde o frentista visualizou uma mulher de cor branca, loira, no interior do veículo. Os autores evadiram sentido Bairro xxx. Realizamos intenso rastreamento para localizar os autores, porém até o momento sem êxito. No posto existe sistema de videomonitoramento o qual gravou a ação dos marginais. Reds ao vosso conhecimento.

Nesse Histórico, não temos, de imediato, como no anterior, a nomeação do crime. Ele é construído por meio do relato dos fatos. O policial utiliza os seguintes elementos para se referir aos envolvidos: “o frentista (José)”; “02 (dois) indivíduos”; “a vítima”; “o outro autor”; “os autores”; “uma mulher (de cor branca, loira)”. Inicialmente, o modo de se referir aos envolvidos ocorre de maneira bem genérica: “frentista José” e “02 (dois) indivíduos”. Apenas no final do relato, o frentista é nomeado e representado como vítima. E os dois indivíduos nomeados como autores.

A construção da referência dos envolvidos é feita por meio de descrições referentes a aspectos externos e observáveis que permitem identificá-los e localizá-los. É feita uma caracterização pormenorizada dos envolvidos, observe: “chegaram ao local 02 (dois) indivíduos, sendo um de cor branca, magro, aproximadamente 1,70 m de altura, trajando camiseta de cor estampada, bermuda azul clara, boné azul escuro e tênis preto e o outro de cor negra, aproximadamente 1,70 m de altura, trajando camiseta de cor verde com estampa branca, bermuda camuflada e boné azul claro e chinelo, armado com uma arma de fogo tipo garrucha”; “onde o frentista visualizou uma mulher de cor branca, loira, no interior do veículo”. Essa caracterização é utilizada como forma de representar os envolvidos.

Essas descrições estão no Histórico, pois foram apresentadas pela vítima, já que os policiais não viram os criminosos. Como fazem parte do relato da vítima, não podem constar nos campos Parametrizados, sendo importante e necessário que o policial sinalize essa informação. Como não há nenhuma forma de identificação dos autores como nome, endereço, filiação, ou número de documentos, a descrição dos aspectos observáveis será importante para que eles sejam localizados e identificados e sofram as sanções previstas em lei pelo crime cometido. Assim, toda essa descrição ocorre em função da construção da referência dos envolvidos e atuam como elementos coparticipantes na construção dessa referência.

A partir da descrição apresentada, é possível criar um perfil para os envolvidos, de maneira que outras guarnições policiais possam ajudar na busca dos criminosos. Observamos que, quando o policial afirma “o outro autor passou a dar busca a vítima e abriu a gaveta onde fica o dinheiro”, o “outro indivíduo” ainda não tinha sido chamado de autor, mas ele afirma “o outro autor”, deixando implícita a ideia de que os dois são autores do roubo, embora em nenhum momento houvesse a nomeação do crime como roubo. Mais adiante no texto, o policial nomeia-os como autores: “os autores evadiram sentido bairro xxx”. Ele não nomeia o crime como roubo, mas por meio do relato dos fatos, fica implícita a ideia de “roubo”, o que o leva a chamar os envolvidos de autores. A única pista de que se trata de um roubo é apresentada a seguir: “abriu a gaveta onde fica o dinheiro **roubando** R\$ 337,00 em dinheiro”. Aqui o verbo “roubando” contribui de maneira decisiva, com grande força ilocucionária para a construção da referência do fato como crime: se estava roubando, trata-se de um roubo. A nomeação do crime como roubo aparece apenas no campo Parametrizado “Modo da ação criminosa”: “Roubo a posto de combustível”.

O policial sinaliza que houve um empenho por parte da polícia em localizar os criminosos, ao dizer “Realizamos intenso rastreamento para localizar os autores, porém até o momento sem êxito”. O emprego da palavra intenso reitera e reforça o empenho da polícia em agir de acordo com a lei. No final do relato, o policial apresenta uma informação que será importante para a localização dos criminosos: “No posto existe sistema de videomonitoramento o qual gravou a ação dos marginais”. Essa informação poderá ser utilizada posteriormente pela polícia civil, para o possível reconhecimento dos criminosos. Observamos que nesse enunciado, os autores são retomados e nomeados como marginais. A partir dessa referência, os envolvidos são representados e nomeados explicitamente, e de forma pejorativa, como responsáveis pela ação (o roubo).

Em síntese, o que notamos é que os elementos que o policial utiliza como referência e para a composição da referência são empregados para representar o fato e os envolvidos nele.

Histórico do boletim (20) - Roubo

Acionados comparecemos na Farmácia xxxxx e as vítimas e testemunha nos relataram que os autores João e José chegaram na farmácia armados com 01 (um) facão e anunciaram o assalto, momento que a testemunha “Sd PM xxx” que estava em trajes civis, armado e junto ao balcão da farmácia fazendo compras, se identificou como policial militar e ordenou que os autores parassem e levantassem as mãos. Neste instante, os autores deixaram o facão cair ao solo e evadiram a pé e deixaram na porta da farmácia 01(uma) bicicleta de cor preta que os mesmos ocupavam antes de chegarem na farmácia. Após a saída dos autores da farmácia, o “SD PM xxx” saiu a pé atrás do autor João, sendo este detido e preso pelo militar até a chegada da guarnição policial no local. Durante rastreamento, esta guarnição policial deparou com o autor José próximo ao poliesportivo do xxx e este quando notou que seria abordado, saiu em desabalada carreira, sendo este perseguido e preso pelos militares da guarnição policial e quando da realização de busca pessoal no autor, foi localizado no bolso da calça do autor José 01 (uma) camiseta de cor rosa utilizada por ele quando da abordagem da farmácia xxx. Posteriormente deslocamos até a residência dos autores e localizamos algumas roupas/blusas com capuz que possivelmente eram utilizadas quando da realização dos roubos, e em diálogo com o autor José, este confessou que praticou assalto a mão armada na farmácia Y no dia 01/11/13 por volta de 20:30 h e que na ocasião estava armado com 01(uma) arma de fogo do tipo escopeta emprestada por um indivíduo desconhecido, sendo que o autor José ainda reconhecido pela vítima “Manuel Silva” como sendo o autor do assalto em sua farmácia e nos entregou 01 (uma) imagem /foto do autor quando do assalto e este estava usando as mesmas vestes desta data (06/11/13). Adianto também que o autor José já foi preso em data pretérita e recente nesta cidade de xxx pelo crime de roubo e que devido os modus operante dos autores, possivelmente são eles os autores que estão praticando uma série de roubos nesta cidade de xxx. Face aos fatos, os autores foram presos em flagrante delito e conduzidos até esta delegacia de Polícia Civil juntamente com a arma branca (facão) utilizada pelos autores e demais materiais/ objetos descritos em folha própria deste Reds (Registro de Defesa social). Ao vosso conhecimento.

Logo no início deste Histórico, o policial nomeia o crime como assalto: “e anunciaram o assalto”. Para se referir aos envolvidos, ele utiliza os seguintes elementos para representá-los: “as vítimas”; “testemunha”; “a testemunha”; “os autores”; “o autor (João)”; “o autor (José)”; “vítima (Manuel Silva)”; “o autor (do assalto)”. A expressão vítimas aparece logo no início do texto. Além dessa expressão, aparecem as expressões

referenciais testemunha e autores. A testemunha, nesse Histórico, desempenhou um papel importante para que os culpados fossem pegos e presos, pois se tratava de um policial “que estava em trajes civis, armado e junto ao balcão da farmácia fazendo compras, se identificou como policial militar e ordenou que os autores parassem e levantassem as mãos”.

Pelo fato de ter sido um policial que os abordaram, os autores sentiram-se intimidados e deixaram o local: “Neste instante, os autores deixaram o facão cair ao solo e evadiram a pé e deixaram na porta da farmácia 01 (uma) bicicleta de cor preta que os mesmos ocupavam antes de chegarem na farmácia”. Além de evitar o roubo, a testemunha, que era policial, “saiu a pé atrás do autor João, sendo este detido e preso pelo militar até a chegada da guarnição policial no local”. Um dado linguístico significativo, neste Histórico, é o uso das palavras autor e autores, para se referir aos envolvidos, mesmo que o roubo não tenha sido consumado. Esse emprego, talvez, se justifique pelo fato de que o Histórico é redigido depois dos fatos, e já havia sido constatado que um dos envolvidos fora responsável pelo assalto em outra farmácia: “em diálogo com o autor José, este confessou que praticou assalto a mão armada na farmácia Y no dia 01/11/13 por volta de 20:30 h”. E ainda “o autor José foi reconhecido pela vítima Manuel Silva como sendo autor do assalto em sua farmácia e nos entregou 01 (uma) imagem/foto do autor quando do assalto e este estava com as mesmas vestes desta data (06/11/13)”.

A informação “o autor José já foi preso em data pretérita e recente nessa cidade de xxx pelo crime de roubo” reitera a ideia de reincidência do crime, sendo este envolvido representado como alguém que tem um passado comprometido, o que, certamente, possui grande força ilocucionária na forma como ele será representado. Mais adiante, no relato, o policial acrescenta a informação de que “devido os modus operante (sic) dos autores, possivelmente são eles os autores que estão praticando uma série de roubos nesta cidade de xxx”. As descrições apresentadas anteriormente contribuem para compor este *modus operandi* dos autores: “chegaram na farmácia armados com 01 (um) facão”; “foi localizado no bolso da calça do autor José 01 (uma) camiseta de cor rosa utilizada quando da abordagem da farmácia xxx”; “localizamos algumas roupas/ blusas com capuz que possivelmente eram utilizadas quando da realização dos roubos”. Todas essas descrições ajudam na descrição do fato como crime, bem como na construção dos envolvidos como responsáveis pela ação. São elementos que não estão propriamente na nomeação, mas que

têm implicação nela, por isso são considerados coparticipantes da construção da referência, isto é, ajudam a compô-la.

No final do relato, o policial afirma: “Face **aos fatos**, os autores foram presos em flagrante delito e conduzidos até a delegacia de Polícia Civil”. Aqui, mais uma vez, temos uma informação implícita, que sugere que a palavra fatos não se refere apenas à tentativa de roubo na farmácia, mas também às outras acusações. Esse apagamento produz implicações; não é porque o policial deixou de preencher esses detalhes linguisticamente que esse apagamento não possui significado. Esses apagamentos, juntamente com o emprego do advérbio possivelmente em: “roupas/blusas com capuz que **possivelmente** eram utilizadas quando da realização dos roubos”, bem como “**possivelmente** são eles os autores que estão praticando uma série de roubos”, reforçam a tensão vivida pelo policial.

Assim, embora não faça julgamentos, o policial precisa caracterizar o fato como crime. Isto produz coerções e tensão, pois ele precisa seguir um manual que orienta que é preciso utilizar uma linguagem técnica, mas, ao mesmo tempo, tem a função de fazer seu interlocutor aceitar que a intervenção policial foi adequada, justa, acertada, e que o fato se configura como um crime. O policial sofre coerções dos dois lados: de um lado, ele deve seguir um Manual de redação que prescreve como ele deve redigir o texto, com imparcialidade, de maneira clara, técnica etc., de outro, ele tem que responder pelo BO, mostrando o fato como imputável.

3.5- Boletins de natureza: Tráfico ilícito de drogas

Histórico do boletim (21) - Tráfico ilícito de drogas

Recebemos denúncia de tráfico de drogas na residência do ex-presidiário (Art.33) Wanderson, vulgo “galinha” e ao aproximarmos do local percebemos que o referido autor havia entregado algo para o autor Leandro vulgo “Flueza”. Abordamos o Leandro que tentava evadir-se numa bicicleta e encontramos com o mesmo (04) pedras de uma substância amarelada semelhante ao crack. O autor Wanderson, percebendo que havíamos abordado o Leandro, saiu em desabalada carreira, com uma sacola nas mãos, sentido ao matagal sito aos fundos de sua residência e não o encontramos até o momento. O autor Leandro nos informou que é viciado em drogas e que havia adquirido as pedras por R\$ 30,00 do autor Wanderson. Nesta data, face ao exposto o autor Leandro foi apresentado nesta depol.

Neste Histórico do boletim (21), temos um relato de um caso de tráfico ilícito de drogas²⁸. No BO, em relação aos envolvidos, temos as seguintes formas de referência: “ex-presidiário”; “vulgo galinha”; “o referido autor”; “autor Leandro”; “vulgo Fluenza”; “o mesmo”; (“desabalada carreira”); (“com uma sacola nas mãos”); “o”(pronome).

A nomeação ex-presidiário é utilizada para fazer referência a um dos envolvidos e possui um impacto muito forte. Esse ato de nomear não ocorre em um contexto neutro, ele constitui “esse indivíduo” de forma negativa, o que influenciará no julgamento por parte do delegado e/ou juiz. Ex-presidiário é uma forma de nomeação pejorativa, mas que, para o policial, é um termo técnico: o policial não tem como omitir essa informação. Chamar alguém de ex-presidiário em um ambiente de trabalho, por exemplo, tem uma implicação X, que pode ser de discriminar alguém. No caso do BO, é diferente, pois isso será determinante para o entendimento do interlocutor: se é ex-presidiário, pode ser reincidente, já teve passagens pela polícia e o policial não pode deixar de mencionar isso.

Percebemos que é uma nomeação que designa alguém que tem um passado comprometido. Assim, é uma nomeação que também é uma forma de designação²⁹. Esse envolvido está sendo representado como alguém que teve um passado comprometido, alguém que está numa posição de reincidência de crime. Não é uma política de representação que o represente como tal usada para macular a reputação dele, porque, do ponto de vista técnico, o policial quer buscar a neutralidade, mas, ao mesmo tempo, não pode fazê-lo porque ele precisa representá-lo naquele momento como reincidente. E essa representação é importante, porque terá impacto sobre a gravidade do fato relatado.

Também os apelidos neste Histórico são importantes na construção da referência, pois podem auxiliar na identificação dos envolvidos. Assim, ao se referir aos envolvidos com as nomeações “vulgo galinha” e “vulgo Fluenza”, o policial permite um reconhecimento maior dos envolvidos. Na escrita do BO, portanto, ter apelido pode significar ter, de antemão, uma incursão no mundo do crime já reconhecida.

Podemos afirmar que o enunciado “O autor Wanderson, **percebendo que havíamos abordado o Leandro**, saiu em desabalada carreira” produz sentidos importantes para a construção do fato como crime, pois há implícita a relação de causa na relação temporal, ou seja, ele saiu em “desabalada carreira”, porque estava com medo de ser abordado também. Além disso, ao dizer que ele “saiu em desabalada carreira”, o

²⁸ Esse termo é um pleonasmo, mas um pleonasmo técnico utilizado pela Polícia Militar para nomear a natureza do crime nos BO.

²⁹ Estamos utilizando o termo designação como consequência do ato de nomear.

policial reforça, por meio dessa descrição, o indício de culpa de tal indivíduo. Esse envolvido está sendo representado como alguém que é culpado, pois, do contrário, não precisaria sair correndo. Assim, essa descrição pode ser considerada um elemento que auxilia a compor a referência do envolvido como criminoso, já que é possível inferir que, se ele saiu em “desabalada carreira”, é porque estava com drogas ou porque estava envolvido no fato relatado.

A descrição “com uma sacola nas mãos” deixa entrever que o policial reforça a culpabilidade dos envolvidos. É uma sentença aparentemente descritiva que acaba funcionando como performativa. Embora pareça ser uma simples descrição, funciona como performativa na medida em que é possível inferir que o que está na sacola é “droga”, já que o outro envolvido, “Leandro”, foi encontrado com “(04) pedras de uma substância semelhante ao crack”. Aqui, vale destacar o uso da palavra semelhante, como uma forma de se isentar da responsabilidade do que está sendo dito, ou seja, precisa ser comprovado, já que será necessário um laudo pericial. Esse zelo, no entanto, parece incoerente com o restante do texto, pois ele afirma “autor Leandro”, e aqui nós temos a palavra crime implícita. Ao chamá-lo de autor, o policial atribui-lhe a responsabilidade pelo crime de tráfico de drogas. Há uma incoerência até mesmo com a provável descrição da ocorrência: “Tráfico ilícito de drogas”. Essa possível “incoerência” ocorre devido à contradição vivida pelo policial: ele precisa utilizar uma linguagem técnica e manter-se neutro com relação ao que diz, mas, ao mesmo tempo, tem que imputar o fato como crime. O que ele talvez, não perceba, é que, como afirma Rajagopalan (2003, p. 87), “a descrição não passa de uma opinião avaliativa”. Além disso, não há como se eximir da responsabilidade do que se diz: todo dizer é um fazer. (AUSTIN, 1990).

Essas nomeações/ predicações não são apenas técnicas e neutras, elas possuem um caráter performativo no sentido de que contribuem para a construção da referência dos envolvidos e, ao mesmo tempo, contribuem para a identificação desses envolvidos como criminosos.

Assim, como já apontamos, o policial sofre coerções, mesmo que implícitas, devido a duas variáveis: ele precisa seguir um manual, utilizando uma linguagem técnica, neutra, mas, ao mesmo tempo, precisa nomear, precisa imputar o fato como crime. Dessa forma, o policial vive numa contradição muito grande: ao mesmo tempo que ele não pode julgar, ele precisa julgar. Há uma tentativa de ser neutro do ponto de vista técnico do BO, mas é impossível alcançar isso via linguagem. E esse julgamento ocorre por meio das

escolhas linguísticas que ele faz. E isso faz com que o que está prescrito no manual (ser neutro) não seja cumprido.

Histórico do boletim (22) - Tráfico ilícito de drogas

A Polícia Militar de Monte Carmelo constantemente recebe denúncias anônimas dando conta que estaria ocorrendo intenso tráfico de drogas na residência de nº xxx da rua xxx. Os denunciantes informavam que os responsáveis pelo comércio de drogas no local seria um indivíduo de nome Eduardo, e sua esposa de nome Rosa, conforme denúncias relatadas nos BOS nº xxx. Nesta data, deslocamos até o referido endereço afim de verificar a veracidade das denúncias. Os denunciantes informavam que as drogas eram fornecidas aos usuários através da janela da residência, uma vez que o imóvel não possui muro que o separe da via pública. Ao chegarmos no local, avistamos o autor Eduardo sentado no sofá da sala e este demonstrou extremo nervosismo ao perceber a presença dos policiais. Ao ser procedida a abordagem e busca pessoal em Eduardo, encontramos duas grandes porções de substância semelhante a maconha, as quais estavam no interior do bolso de sua bermuda e que se fracionadas renderiam aproximadamente 50 (cinquenta) porções de tamanho usualmente comercializado nas ruas. Com Eduardo, foi encontrada ainda a quantia de R\$35,35 (trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Durante buscas no interior da casa, encontramos ainda um revólver calibre .32 da marca Taurus, sem numeração de série aparente, o qual estava escondido sob um colchão onde o casal dormia. A referida arma estava descarregada, porém, encontramos uma munição intacta do mesmo calibre sobre um móvel, ao lado do colchão onde estava a referida arma. Localizamos ainda uma carteira de trabalho e previdência social contendo uma fotografia de Eduardo, porém, em nome de Euclides. O autor Eduardo informou que o referido documento foi adulterado para ser usado para realizar compras de veículos e empréstimos financeiros em Monte Carmelo. Eduardo informou que ele e um indivíduo conhecido por Leonardo, vulgo “Leleco”, foram os responsáveis pela adulteração do documento. Encontramos ainda alguns equipamentos eletrônicos e alguns telefones celulares. Vistoriamos o aparelho telefone celular da autora Talita e constatamos diversas fotografias onde ele exibe o revólver que fora apreendido. Informo que Eduardo foi preso, a autora Talita foi apreendida e ambos foram conduzidos até esta Delegacia, juntamente com os materiais apreendidos. Informo ainda que toda a vistoria na residência foi presenciada pela testemunha Douglas xxx.

Diferentemente da maioria dos Históricos, este se inicia com a 3ª pessoa do singular “A polícia militar de Monte Carmelo constantemente **recebe** denúncias anônimas”. Isto sugere certo distanciamento ao que está sendo exposto, com o intuito de tornar o BO mais impessoal, característica própria desses textos. Mais adiante, quando o policial se refere à ação dos policiais ele utiliza a 1ª do plural: “Nesta data, **deslocamos** até o referido endereço”. Já no final do texto, ele emprega a 1ª pessoa do singular

“**Informo** ainda que toda a vistoria na residência foi presenciada pela testemunha Douglas xxx”. Essa oscilação entre as pessoas do discurso sugere diferentes momentos de enunciação. Momentos em que o policial demonstra certo distanciamento e momentos em que ele se marca como responsável pelo que está sendo narrado.

A nomeação do fato como crime ocorre logo no início do relato: “estaria ocorrendo intenso **tráfico de drogas** na residência xxx”. Ressaltamos o emprego de algumas palavras que intensificam e, ao mesmo tempo, comprovam a veracidade do crime como, por exemplo, o emprego das palavras constantemente e intenso. Ao dizer que a polícia recebe “constantemente denúncias anônimas”, o policial reitera a reincidência do crime, como é relatado mais adiante, quando ele apresenta números de outros BO com denúncias relatadas sobre o mesmo endereço. A palavra intenso também sugere que se trata de tráfico de drogas. Essas palavras são índices de que realmente há um crime.

O policial utiliza os seguintes elementos de referência em relação aos envolvidos: “os denunciantes”; “os responsáveis (pelo comércio de drogas)”; “um indivíduo”; “sua esposa”; “usuários”; “autor Eduardo”; “autora Talita” “Eduardo”; “autor Leonardo”; “vulgo Leleco”.

A primeira referência que o policial faz em relação à figura dos autores é através da expressão “os responsáveis pelo comércio de drogas”. Essa forma de representá-los possui certo grau de neutralidade, sendo considerada mais técnica e neutra, diferentemente de termos como traficantes, por exemplo. Vemos que o policial usa uma paráfrase para evitar um nome que tem uma carga avaliativa forte embutida (traficantes). O que vale ressaltar é que dizer que eles são “os responsáveis pelo comércio de drogas” equivale semanticamente a traficantes, pois o comércio de drogas é considerado ilegal em nossa sociedade. O policial usa um termo mais técnico no sentido de não se comprometer com o uso de um termo mais contundente, mas em termos de sentidos e implicações essa nomeação também tem consequências. Os envolvidos serão culpabilizados e terão que responder pelo crime.

O policial afirma: “Nesta data, deslocamos até o referido endereço afim (sic) de verificar a veracidade das denúncias”, mas, mesmo antes de verificar a veracidade das denúncias, ele já nomeia um dos envolvidos de autor: “o autor Eduardo sentado no sofá e este demonstrou extremo nervosismo ao perceber a presença dos policiais”. Se ele o chama de autor é porque já o considera responsável pela ação, pois, como já dissemos, a palavra autor faz ecoar na mente do interlocutor, a palavra crime, o que sugere a ideia de autor do crime de tráfico de drogas. Uma escolha linguística importante para a construção

da referência dos envolvidos e do fato como crime, neste enunciado, é a expressão “demonstrou extremo nervosismo ao perceber a presença dos policiais”. A palavra extremo intensifica a culpa do envolvido: se ele demonstrou **extremo** nervosismo com a presença dos policiais é porque deve estar envolvido em algo ilícito. A oração “ao perceber a presença dos policiais” estabelece uma relação de concomitância, funcionando como justificativa para o nervosismo.

Ainda no seu relato, o policial afirma: “encontramos duas grandes porções de substancia (sic) semelhante a maconha, as quais estavam no interior do bolso de sua bermuda e que se fracionadas renderiam aproximadamente 50 (cinquenta) porções de tamanho usualmente comercializado nas ruas”. O policial afirma que a substância é semelhante à maconha, mas que “fracionadas” equivalem a porções de tamanho usualmente comercializado nas ruas. O emprego da palavra semelhante é uma forma de modalização usada pelo policial. Percebemos que o policial não quer ser assertivo e afirmar categoricamente que a substância era maconha. Isso se justifica pela coerção sofrida pelo policial.

Esse embate que o policial vive ocorre em decorrência da fragilidade que é constitutiva da língua/ linguagem. A linguagem como opacidade, como algo que não é neutro, não é passível de controle. Nesse sentido, ela é frágil; independentemente de nossas escolhas serem conscientes, ou não, a língua/ linguagem acaba nos denunciando. Além disso, como já dissemos, o policial vive num paradoxo muito grande: ao mesmo tempo em que ele precisa ser técnico, demonstrar objetividade, seguindo o que é proposto pelo Manual de produção textual, ele precisa mostrar que o fato é imputável. Essa contradição vivida por ele provoca tensão e, conseqüentemente, um manejo fragilizado com a língua, devido às coerções.

Durante buscas no interior da casa, o policial ainda encontra “um revólver calibre 32, uma carteira de trabalho previdência social adulterada, equipamentos eletrônicos e alguns telefones celulares”. Neste momento, “o autor Eduardo” informa aos policiais que ele e outro indivíduo conhecido como Leonardo, vulgo “Leleco” são “responsáveis pela adulteração do documento”, no caso a carteira de trabalho. Aqui, há a descoberta de mais um crime cometido pelo “autor Eduardo”. Não só “responsável pelo comércio de drogas”, mas também “responsável pela adulteração de documento”, para compra de veículos e empréstimos financeiros.

No final do seu relato, o policial apresenta mais um envolvido, nomeado como autora Talita, mas ele não explicita qual a relação dela com o crime de tráfico de drogas,

apenas afirma que “Vistoriamos o aparelho telefone celular da autora Talita e constatamos diversas fotografias onde ele exhibe o revólver apreendido”. O pronome ele, nessa frase, provavelmente, retoma o “autor Eduardo”. No campo Parametrizado “Qualificação dos envolvidos”, no item “Tipo de envolvimento”, Talita é descrita como autor, sendo sua mãe “Rosa...”, nomeada no Histórico como “esposa do autor Eduardo”, porém, no item “Pai”, não há nada preenchido, o que nos leva a inferir que Talita não é filha de Eduardo.

O policial esclarece que “Eduardo” foi preso, “a autora Talita foi apreendida e ambos conduzidos até esta delegacia, juntamente com os materiais apreendidos”. Essa diferença entre os termos preso e apreendida se justifica pelo fato de Talita ser menor de idade (15 anos). Isso não foi dito no Histórico, mas pode ser inferido pelo uso da expressão “foi apreendida”, além da data de nascimento presente no campo Parametrizado “Qualificação dos envolvidos”. De acordo com a justiça brasileira, quando um menor comete algum crime ele é apreendido e não preso.

Além disso, a informação “Informo ainda que toda a vistoria na residência foi presenciada pela testemunha Douglas xxx”, resguarda o policial perante a lei, no sentido de que ele não estava sozinho na vistoria; ela foi “presenciada” por uma testemunha. Esta testemunha “presenciou” tudo o que foi encontrado na residência. Aqui percebemos, novamente, a relevância do papel da testemunha na elaboração do BO.

Histórico do boletim (23) - Tráfico de drogas

Durante policiamento nas imediações da Praça xxx, local com denúncias anônimas de tráfico de entorpecente, observamos a distância movimentação característica de tráfico de entorpecentes. Ao aproximarmos do menor infrator Rogério, Luciano e Iran, os três tentaram evadir da abordagem policial. Solicitamos os três indivíduos que retornassem para próximo da viatura policial, sendo então submetidos a busca pessoal. Com o autor Iran, foi localizado no interior da pochete 02 (duas) pedras análogas a crack. Com o menor infrator Rogério foi localizado em seu bolso a quantia de R\$252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais). Com o infrator Luciano nada foi localizado. Em conversa com o autor Iran, questionado sobre a origem das duas pedras localizadas em sua pochete, este relatou que quando saía de um bar em frente a referida praça, foi procurado pelo menor Rogério o qual disse: “se você quiser pedra, eu tenho para vender”, desta forma este as adquiriu, pagando a quantia de R\$10,00 (dez reais) em cada pedra. Considerando a possibilidade de localizar mais entorpecentes no local, realizamos o trajeto feito pelo menor infrator Rogério, momento antes da abordagem quando saíam do local para não serem abordados, sendo localizado na forquilha de uma árvore um envólucro branco contendo em seu interior 01 (uma) pedra análoga a crack. Antes mesmo de

terminarmos a abordagem, um cidadão residente próximo ao local, chamou este relator de forma anônima e discreta, versando que o menor infrator Rogério e o autor Luciano estavam na praça com a movimentação característica a tráfico de entorpecente e que Luciano hora repassava algum objeto a Rogério e este repassava algo a Luciano. Diante do fato o menor infrator Rogério foi apreendido e os demais presos em flagrante delito. A genitora do menor infrator senhora Roseli xxx acompanhou os trabalhos de registro da equipe policial. Considerando o local ser frequentado por usuários e traficantes de entorpecentes, não foi possível a qualificação de uma testemunha de apresentação em virtude de medo de represálias, por parte destes infratores.

Pela forma como o Histórico é introduzido, percebemos que o policial foi acionado por meio de denúncias anônimas. Inicialmente, o policial afirma que “nas mediações da Praça xxx, local com denúncias anônimas de tráfico de entorpecente, observamos a distância movimentação característica de tráfico de entorpecentes”. Ele não nomeia de imediato o crime, como forma de atenuar, de se resguardar, e diz que é “movimentação característica de tráfico de entorpecentes”. O que será comprovado mediante relato dos fatos.

O policial utiliza as seguintes formas de referência em relação aos envolvidos: “menor (infrator) Rogério”; “Luciano”; “Iran”; “os três”; “os três indivíduos”; “autor Iran”; “o infrator Luciano”; “menor Rogério”; “um cidadão”; “os demais”; “a genitora (do menor infrator)”; “senhora Roseli”; “usuários e traficantes (de entorpecentes)”; “infratores”.

No trecho “Ao aproximarmos do menor infrator Rogério, Luciano e Iran, os três tentaram evadir da abordagem policial” percebemos, por meio da concordância nominal, que a nomeação menor infrator refere-se apenas a Rogério. Isto pode ser comprovado também pelos dados apresentados no campo Parametrizado “Qualificação dos envolvidos” e por outros usos da expressão no decorrer do texto. Ao nomeá-lo como menor infrator, o policial já esclarece que se trata de alguém menor de dezoito anos e que comete delitos. Ele é nomeado como alguém que cometeu uma infração, mesmo baseando-se apenas numa “movimentação característica de tráfico de entorpecentes”. Neste momento, ainda não houve uma nomeação do crime. O mesmo acontece quando o policial se refere a outro indivíduo como em: “com o autor Iran foi localizado no interior da pochete 02 (duas) pedras análogas a crack”. Há a nomeação autor sem ainda a comprovação de um crime. Até este momento, há apenas indícios de que eles estão envolvidos no tráfico de drogas. Isso, talvez, se justifique pelo fato de o BO ser produzido

após o acontecimento dos fatos ocorridos e o policial já ter constatado que se tratava de tráfico de drogas ou, porque tratava-se de um local em que outras denúncias já foram realizadas. O que notamos é que, geralmente, a palavra autor está ligada a um ato ilícito, a um crime.

O emprego da palavra análoga sugere uma atenuação por parte do policial, recurso muito utilizado como forma de o policial se resguardar de um pré-julgamento indevido. Será preciso uma averiguação por parte da polícia civil por meio de uma perícia técnica. Vale ressaltar que logo a seguir, no texto, o policial afirma “Em conversa com o autor Iran, questionado sobre a origem **das duas pedras** localizadas em sua pochete, este relatou que quando saía de um bar em frente a referida praça, foi procurado pelo menor Rogério”. Mais adiante, afirma: “Considerando a possibilidade de localizar **mais entorpecentes** no local, realizamos o trajeto feito pelo menor infrator Rogério”. Nestes dois trechos, temos a constatação de que se tratava de crack, por meio da nomeação “as duas pedras” e “mais entorpecentes”. Na sequência, o policial afirma: “sendo localizado na forquilha de uma árvore um envólucro (sic) branco contendo em seu interior 01 (uma) pedra **análoga** a crack”. A palavra análoga aparece novamente como forma de modalização para atenuar a força da asserção.

Para se referir a um dos envolvidos, o policial emprega o termo infrator: “Com o infrator Luciano nada foi localizado”. Observamos que mesmo não tendo encontrado nada com o envolvido, o policial nomeia-o de infrator. Talvez o emprego dessa nomeação, feita de maneira antecipada, se justifique pelo fato ou de os três indivíduos terem tentado evadir da abordagem policial ou porque se os três estavam juntos em uma negociação de tráfico de drogas, possivelmente, “Luciano” também estivesse envolvido na ação. O policial baseia-se nas evidências, que eram fortes.

A informação dada por uma possível testemunha é importante para comprovar o crime: “Antes mesmo de terminarmos a abordagem, **um cidadão residente próximo ao local**, chamou este relator de forma anônima e discreta, versando que o menor infrator Rogério e autor Luciano estavam na praça com a movimentação característica a tráfico de entorpecente e que Luciano hora repassava algum objeto a Rogério e este repassava algo a Luciano”. Notamos que esta pessoa não queria ser identificada, até mesmo por medo de represálias, como é afirmado pelo policial que diz que se trata de “um local frequentado por usuários e traficantes de entorpecentes”. A maneira como o policial refere-se a si mesmo (“chamou este relator de forma anônima e discreta”) parece ser uma

forma de garantir o tom de impessoalidade, característica esta exigida na elaboração desse tipo de texto.

Essa informação dada por este “cidadão” é decisiva para que o policial afirme: “Diante **do fato** o menor infrator Rogério foi apreendido e os demais presos em flagrante delito”. Aqui não há explicitação do que se refere à palavra “fato”: provavelmente, ele está se referindo a tudo que foi relatado anteriormente. Percebemos, ainda, que o policial faz questão de demonstrar a diferença entre o menor e os demais presos. Isto é marcado pelo uso da locução verbal “foi apreendido”, referindo-se ao menor, e do termo presos, referindo-se aos outros dois maiores. Ele age de acordo com a lei.

Ao se referir à mãe do menor, o policial utiliza o termo genitora: “A **genitora do menor infrator** senhora Roseli xxx acompanhou os trabalhos de registro da equipe policial”. Ele emprega um termo considerado mais técnico, neutro; por que genitora e não mãe? Que sentidos o emprego desse termo produz? Que política de representação está por trás desse termo? Se pensarmos no sentido da palavra genitora, vemos que ela se refere à mãe biológica, aquela que gerou, deu à luz. A palavra mãe vai além desse sentido, ela se refere a alguém que ama, cuida e educa, demonstra mais afetividade. O policial, na tentativa de utilizar um termo técnico, talvez não perceba que está lançando mão de uma palavra que, apesar de técnica, acaba por provocar a emissão de juízo de valor.

O que estamos procurando mostrar é que, mesmo tentando ser técnico, neutro, seguindo o que é exigido pelo Manual de produção textual do BO, o policial deixa transparecer seu posicionamento, suas ideologias.

Histórico do boletim (24) - Tráfico ilícito de drogas

Durante patrulhamento pelas imediações da Praça de Esportes do bairro xxx, local conhecido por ser usado para o tráfico de drogas, esta guarnição avistou os autores Dárcio e Edmilson conversando em um local escuro e afastado do movimento de transeuntes. Em dado momento avistamos quando Edmilson retirou algo do bolso, semelhante a uma cédula de dinheiro, e estava prestes a entregá-la a Dárcio, sendo que Dárcio estava com algo nas mãos e iria repassá-lo, contudo, ao perceberem a aproximação policial e após serem iluminados pelo farol da viatura, Dárcio jogou ao solo os objetos que estavam em uma das mãos e, Edmilson guardou a cédula de dinheiro em seu bolso. Procedemos a abordagem e busca pessoal nos envolvidos e encontramos três pedras de crack próximas aos pés do autor Dárcio, as quais foram dispensadas com a aproximação da viatura. Foi encontrada outra pedra maior de crack na outra mão de Dárcio, a qual se fracionada renderia outras dez pedras de tamanho comercial. O autor Dárcio confirmou ser o proprietário das referidas substâncias.

Procedemos uma busca pessoal em Edmilson e constatamos que o objeto que ele escondeu no bolso, quando da aproximação da viatura, realmente se tratava de uma cédula de cinco reais. Edmilson confirmou ser usuário de drogas. Diante dos fatos, deslocamos até a residência de Dárcio e realizamos uma vistoria no imóvel a procura de mais materiais ilícitos, sendo encontrada a quantia de R\$198,00 (cento e noventa e oito reais) em diversas cédulas de pequeno valor, guardadas no armário da cozinha e ainda um aparelho de telefone celular de origem duvidosa. Informo que a esposa de Dárcio, Helena xxx, estava no interior da casa. Ao serem questionados a respeito da origem do dinheiro e do telefone, Dárcio e Helena entraram em contradição ao informarem a procedência dos materiais. Informo a Vossa Senhoria que a Polícia Militar já registrou diversas denúncias e Reds dando conta do envolvimento de Dárcio com o tráfico de drogas no bairro xxx.

Pela forma como esse Histórico foi introduzido, percebemos que não houve denúncias; o policial não foi acionado por meio da sala de operações: “Durante patrulhamento pelas imediações da Praça de Esportes do bairro xxx”, e sim, por meio do trabalho habitual dos policiais. Por ser um local usado para o tráfico de drogas, o policial já nomeia de imediato os envolvidos de autores: “esta guarnição avistou os autores Dárcio e Edmilson conversando em um local escuro e afastado do movimento de transeuntes”. Vemos que a forma como ele nomeia os envolvidos já os representa como responsáveis pela ação.

Essa nomeação decorre do modo como os envolvidos estavam agindo. Isso pode ser comprovado pelo trecho: “Em dado momento avistamos quando Edmilson retirou algo do bolso, semelhante a uma cédula de dinheiro, e estava prestes a entregá-la a Dárcio, sendo que Dárcio estava com algo nas mãos e iria repassa-lo, contudo, ao perceberem a aproximação policial e após serem iluminados pelo farol da viatura, Dárcio jogou ao solo os objetos que estavam em uma das mãos e, Edmilson guardou a cédula de dinheiro em seu bolso”. Este trecho fornece informações importantes para a construção da referência relativa ao fato, caracterizado como crime (tráfico de drogas), bem como para a construção da referência dos envolvidos, já que estavam em atitude suspeita de comercialização de drogas.

Percebemos que o policial afirma que “Edmilson retirou **algo semelhante a uma cédula de dinheiro**”, logo a seguir, ele afirma: “Edmilson guardou **a cédula de dinheiro em seu bolso**”. Já há, nesse caso, uma afirmação contundente de que se tratava de dinheiro, mas o esclarecimento sobre o que era só ocorre em um trecho mais adiante: “Procedemos uma busca pessoal em Edmilson e **constatamos** que o objeto que ele escondeu no bolso, quando da aproximação da viatura, **realmente se tratava de uma**

cédula de cinco reais". E ainda complementa: "Edmilson confirmou ser usuário de drogas".

Todo o relato do policial possibilita a construção do fato como crime: "Procedemos a abordagem e busca pessoal no envolvidos e encontramos **três pedras de crack** próximas aos pés de Dárcio, as quais foram dispensadas com a aproximação da viatura. Foi encontrada outra **pedra maior de crack** na outra mão de Dárcio, a qual se fracionada renderia **outras dez pedras de tamanho comercial**. O autor Dárcio confirmou ser o proprietário das **referidas substâncias**". Todas essas escolhas linguísticas contribuem no sentido de representar o fato como crime.

Até esse momento, o que havia entre os dois envolvidos era uma relação comercial: alguém comprando algo de alguém. Isto pode ser percebido pelo próprio relato do policial: "a qual fracionada renderia outras dez pedras de tamanho comercial". Antes da chegada do policial, a relação era apenas comercial. A partir do momento em que o policial registra o BO, essa relação que era comercial é transformada em algo ilegal, já que comercializar drogas na nossa sociedade é crime, infringe a lei. Assim, podemos perceber o poder e a importância do BO; é a partir do momento em que ele é lavrado que se instaura o processo criminal. Dessa forma, o BO desempenha um papel muito importante na nossa sociedade, ele deflagra algo que é ilegal e é considerado crime do ponto de vista jurídico. É a partir desse momento que os envolvidos sofrerão sanções de acordo com a lei.

Histórico do boletim (25) - Tráfico ilícito de drogas

Segundo denúncia anônima o indivíduo conhecido por "Fofão" e outro, estariam vendendo drogas descaradamente em via pública no bairro xxx próximo a uma casa de recuperação de usuários de álcool e drogas. Deslocamos para o bairro xxx e abordamos primeiramente um indivíduo na xxx próximo a referida casa de recuperação e nada de irregular foi encontrado, sendo que durante a abordagem, o mesmo denunciante retornou a ligação no aparelho 190 e disse que tais indivíduos (fofão e outro) haviam avistado a viatura policial e se deslocado para atrás de uma igreja situada nas proximidades. De imediato deslocamos sentido a igreja e deparamos com os autores "Edson" e "Leonardo, vulgo Fofão", sendo estes submetidos a uma busca pessoal e localizado em poder do autor "Edson" 04 (quatro) tabletes de uma substancia semelhante a maconha, 01(um) aparelho celular na cor rosa e R\$79,30 (setenta e nove reais e trinta centavos) em dinheiro trocado, e com o autor "Leonardo, vulgo Fofão", foi encontrado o valor de R\$10,00 (dez reais) e 01 (um) aparelho celular na cor vermelha. Quando estávamos na sede da xxx Cia PM Especial,

o telefone do autor "Edson" tocou e o Sd PM xxx o atendeu e se passou pelo o autor, sendo que um indivíduo que se identificou como "Caio" perguntou o que ele tinha, e o Sd PM xxx disse que tinha "maconha", momento que tal indivíduo perguntou quanto tinha e o Sd PM xxx disse que tinha R\$50,00 reais, momento que "Caio" disse que estava deslocando pela estrada de terra de acesso ao bairro xxx para apanhar. Deslocamos para estrada de terra de acesso ao bairro xxx e avistamos o veículo xxx, placa xxx em atitude suspeita, e quando o condutor deste notou que seria abordado, aumentou a aceleração do veículo e conseguimos aborda-lo na rua xxx. Durante a abordagem, constatamos que o condutor "Vítor" conduzia o veículo sem estar devidamente licenciado e ao efetuarmos a ligação do último número ligado no aparelho celular do autor "Edson", o telefone do condutor "Vítor" tocou e constatamos que era ele quem havia solicitado a droga ao autor "Edson". Quando o autor "Vítor" notou que quem estava ligando para o seu celular era o Sd PM xxx que estava com o aparelho celular do autor "Edson", este negou que era usuário de drogas e alegou que possui um relacionamento amoroso com o autor "Edson" a algum tempo e que estava na estrada de terra de acesso ao bairro xxx no intuito de encontrar com o autor "Edson" para irem para a zona rural. Face aos fatos, os autores "Edson e Leonardo" foram presos em flagrante delito e conduzido até esta Delegacia de Polícia Civil juntamente com a droga apreendida e o autor "Vítor" foi notificado através do auto de infração de transito relacionado em folha própria deste Reds (Registro de Eventos de Defesa Social), teve o seu veículo removido ao pátio credenciado do Detran pelo guincho central e ainda foi conduzido até esta delegacia de Polícia Civil para melhores esclarecimentos dos fatos. Adianto que o número do telefone do autor "Edson" é xxx e do autor "Vítor" é xxx, e estes estão salvos a lista de chamadas dos citados telefones na data e horário do respectivo Reds, sendo o número do telefone do autor "Edson" está salvo na lista de chamadas do telefone do autor "Vítor" com o nome de "Rafael". Ao Vosso Conhecimento.

Nesse Histórico, a ação da polícia ocorre devido a uma denúncia anônima. O policial refere-se aos envolvidos como: “indivíduo conhecido por ‘Fofão’”; “outro”; “um indivíduo”; “o mesmo denunciante”; “tais indivíduos (fofão e outro)”; “os autores (Edson e Leonardo (vulgo Fofão))”; “o autor (Edson)”; “autor (Leonardo); vulgo Fofão”; “o autor”; “um indivíduo”; “Caio”; “o condutor”; “o condutor (Vítor)”.

O policial inicia o relato dos fatos dizendo que: “Segundo denúncia anônima o indivíduo conhecido por “Fofão” e outro, estariam vendendo drogas descaradamente em via pública no bairro xxx próximo a uma casa de recuperação de usuários de álcool e drogas”. Ao se referir a um dos envolvidos como “o indivíduo conhecido por ‘Fofão’”, podemos inferir que esse indivíduo conhecido como Fofão já é conhecido pelo policial, pois ele não diz “um indivíduo”, mas “o indivíduo”. O emprego do advérbio descaradamente reforça e agrava a ideia do crime cometido: tráfico de drogas. Eles vendiam a droga sem constrangimento e, além disso, “próximo a uma casa de recuperação

de usuários de álcool e drogas”. Essa informação reitera a ideia de crime e agrava ainda mais a ação dos envolvidos.

Ao afirmar que “abordamos primeiramente um indivíduo na xxx próximo a referida casa de recuperação e nada de irregular foi encontrado”, esse emprego da palavra primeiramente sinaliza que a ação da polícia não finalizou naquele momento. O policial ainda complementa: “durante a abordagem o mesmo denunciante retornou a ligação no aparelho 190 e disse que tais indivíduos (Fofão e outro) haviam avistado a viatura policial e se deslocado para atrás de uma igreja situada nas proximidades”. Essa informação foi importante para o prosseguimento do trabalho da polícia. Podemos inferir que “este denunciante” estava por perto, observando o desenrolar dos fatos. Neste mesmo instante, o policial afirma:

De imediato deslocamos sentido a igreja e deparamos com os autores ‘Edson e Leonardo’, vulgo ‘Fofão’, sendo estes submetidos a uma busca pessoal e localizado em poder do autor ‘Edson’ 04 (quatro) tabletes de uma substancia semelhante a maconha, 01(um) aparelho celular na cor rosa e R\$79,30 (setenta e nove reais e trinta centavos) em dinheiro trocado, e com o autor ‘Leonardo, vulgo Fofão’, foi encontrado o valor de R\$10,00 (dez reais) e 01(um) aparelho celular na cor vermelha.

Neste enunciado, o emprego da expressão de imediato sugere a atitude imediata do policial em relação aos fatos, indicando a medida implementada diante da denúncia recebida. Além disso, toda essa descrição apresentada neste trecho tem uma participação na construção da caracterização do fato como crime, além de direcionar o desenrolar dos fatos.

A forma como o policial procede ao relatar os fatos reforça ainda mais a ideia de que se tratava de um crime de tráfico de drogas. Observe:

Quando estávamos na sede da xxx Cia PM Especial, o telefone do autor Edson tocou e o Sd PM xxx o atendeu e se passou pelo o autor sendo que um indivíduo que se identificou como Caio perguntou o que ele tinha, e o Sd PM xxx disse que tinha “maconha”, momento que tal indivíduo perguntou quanto tinha e o Sd PM xxx disse que tinha R\$50,00 reais, momento que Caio disse que estava deslocando pela estrada de terra de acesso ao bairro xxx para apanhar”. Este episódio relatado pelo policial reforça a ideia de que um dos envolvidos realmente estava traficando drogas.

A expressão “que se identificou como Caio”, sugere a falsidade do nome utilizado, como será comprovado posteriormente. Ao dizer “Deslocamos para estrada de terra de acesso ao bairro xxx e avistamos o veículo xxx, placa xxx em atitude suspeita, e quando o condutor deste notou que seria abordado, aumentou a aceleração do veículo e conseguimos aborda-lo na rua xxx”, o policial reforça o envolvimento do condutor com os outros dois indivíduos. Isso pode ser percebido na expressão “em atitude suspeita”. Essa informação contribui para confirmar as suspeitas do policial de que se tratava da mesma pessoa da ligação telefônica.

Além disso, no prosseguimento do relato, o policial afirma “Durante a abordagem, constatamos que o condutor ‘Vitor’ conduzia seu veículo sem estar devidamente licenciado e ao efetuarmos a ligação do último número ligado no celular do autor ‘Edson’, o telefone do condutor ‘Vitor’ tocou e constatamos que era ele quem havia solicitado a droga ao autor Edson”. Neste momento, há realmente a constatação de que se tratava da mesma pessoa. A nomeação, aparentemente neutra e técnica, feita em relação a esse envolvido como condutor, sugere a ideia apenas de alguém que está conduzindo um veículo, mas, na verdade, ele também estava envolvido no crime de tráfico de drogas.

Convém mencionar o que relatou o condutor “Vitor” quando percebeu que havia sido identificado: “este negou que era usuário de drogas e alegou que possui um relacionamento amoroso com o autor Edson a algum tempo e que estava na estrada de terra acesso ao bairro xxx no intuito de encontrar com o autor ‘Edson’ para irem para a zona rural”. Aqui, percebemos uma relação de concomitância introduzida pela oração temporal que sugere a inverdade do que foi dito. É possível inferir que “Vitor” só disse isso, porque viu que seria acusado de usuário.

Após todo o relato dos fatos, o policial afirma: “Face aos fatos, os autores Edson e Leonardo” foram presos em flagrante delito e conduzido até esta Delegacia de Polícia Civil juntamente com a droga apreendida e o autor “Vitor” foi notificado através do auto de infração de transito relacionado em folha própria deste Reds”. Vale pontuar a nomeação feita, em relação a Vitor neste trecho, como “o autor”. Essa nomeação sugere um julgamento implícito por parte do policial: autor de quê? Podemos inferir que o policial não acreditou na justificativa apresentada pelo condutor e o considera envolvido no crime de tráfico de drogas.

Vale mencionar, também, o uso da primeira pessoa no final do Histórico “**Adianto** que o número do telefone do autor Edson é xxx e do autor Vitor é xxx, e estes estão salvos a lista de chamadas dos citados telefones na data e horário do respectivo Reds, sendo o

número do telefone do autor Edson está salvo na lista de chamadas do telefone do autor Vitor com o nome de Rafael”. Esse uso da primeira pessoa sugere uma informação considerada importante pelo policial relator. Neste enunciado, “Vitor” é nomeado novamente como autor.

Em suma, após as análises dos BO, foi possível observar diferenças e semelhanças entre eles. Vemos que há oscilação entre detalhamento, síntese, posições e efeitos. Os BO de natureza “Embriaguez ao Volante”, normalmente são mais longos, porque há a necessidade de instituir um crime. Os de “Agressão à Mulher” são mais breves, pois trata-se de um crime amparado pela lei Maria da Penha. Os de “Homicídio” oscilam com destaque à mudança de papéis de paciente à vítima, por exemplo, e amplitude de efeitos. Os de “Roubo”, quando flagrante são mais longos, detalhados. Já os de natureza “Tráfico ilícito de drogas”, normalmente são por denúncias com tomadas de posição, são extensos, pois há um relato detalhado de cada envolvido. Assim, embora haja orientações quanto ao preenchimento dos BO, cada produção textual varia de acordo com sua natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como principal objetivo problematizar e analisar os procedimentos de referência utilizados pelo policial no Boletim de ocorrência (BO) em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, com a tentativa de identificar as políticas de representação no interior das quais as políticas de nomeação e de referência ocorrem. Nosso *corpus* foi constituído por 25 (vinte e cinco) Boletins de naturezas diferentes, sendo 05 (cinco) de cada natureza: Embriaguez ao volante (Natureza 1); Agressão à mulher (Natureza 2); Homicídio (Natureza 3); Roubo (Natureza 4); e Tráfico ilícito de drogas (Natureza 5).

Nossas análises recaíram, principalmente, sobre o Histórico dos BO, mas não deixamos de considerar as informações presentes nos Campos parametrizados, quando necessário. Nossa investigação tomou como principal base teórica os estudos de Austin (1990), de Rajagopalan (1996, 2003), Ottoni (2002) e Donnellan (1966), e partiu da hipótese de que os processos de referência e de nomeação, usados para descrever o fato ocorrido e os envolvidos, podem ser mobilizados de modo a produzir certos efeitos de sentido que possibilitam a identificação dos envolvidos e a caracterização dos fatos no âmbito de determinadas políticas de representação que atendem a determinados interesses. Apesar de o policial ser instruído, a partir do Manual de produção textual, para produzir um texto com impessoalidade, objetividade e clareza, há implicações subjetivas que podem afetar a construção da referência e da nomeação e, por consequência, engendrar diferentes efeitos de sentidos. Em decorrência disso, o policial vive numa tensão contraditória, dadas as coerções relativas ao endereçamento do BO e a necessidade de imputar o fato como crime de tal modo que o seu manejo com a língua apresenta-se fragilizado, trazendo como efeito uma relação com a língua escrita hiperbólica.

A partir das perguntas de pesquisa (Como se dá o processo de construção de referência e a política de nomeação no gênero Boletim de ocorrência?; Que possíveis políticas de representação podem ser percebidas nos atos de nomeação e de referência presentes no BO?; Como se dá a caracterização dos envolvidos e do fato ocorrido, por meio dos processos de referência e de nomeação e quais suas implicações?), articuladas com a hipótese norteadora, tecemos algumas considerações sobre os resultados de nossa análise.

De maneira resumida, o que percebemos foi que o policial, ao elaborar o BO, tenta ser o mais técnico possível, seguindo as orientações prescritas no Manual de produção textual. O policial fornece informações bem detalhadas, tanto em relação ao fato ocorrido quanto em relação aos envolvidos. Essas informações são bem descritivas, com detalhes pormenorizados para que o(s) interlocutor(s) possa(m) tomar as devidas providências. Ao redigir essas informações, o policial deve ter em mente seu papel na sociedade e a importância do documento. Sabemos que o BO exerce uma função legal muito importante em nossa sociedade e que, a partir dele, outras providências serão tomadas pelos órgãos competentes, por isso todas as informações nele presentes terão muito valor para posterior inquérito. Dessa forma, o policial não pode ser negligente, omitindo informações, que possivelmente auxiliarão em um julgamento futuro. Sabemos também que o papel do policial é descrever os fatos e não julgá-los.

Mas o que vimos em seus relatos é que, realmente, todo ato de linguagem é, antes de tudo, um ato performativo. Para descrever, o policial precisa julgar, precisa assumir para o interlocutor que houve crime de acordo com o previsto em lei. O policial se diz caucionado pela lei e está em lugar de poder dizê-lo, uma vez que é identificado como autoridade (em nossa sociedade). Assim, pudemos perceber que o policial vive um paradoxo muito grande. Esse paradoxo produz, muitas vezes, um manejo fragilizado com a língua, devido às coerções (implícitas) dos dois lados: ser técnico, seguindo o que é proposto pelo Manual de produção textual, mas ter que mostrar para seus interlocutores que o fato ocorrido é imputável.

O que tentamos mostrar é que a partir das nomeações utilizadas pelo policial a ideia de que é possível uma transparência na linguagem, uma objetividade que vai garantir a neutralidade, é impossível, isso é da ordem do imaginário, e perpassa as instruções do manual para elaboração dos BO.

Vimos que, a partir da referência, o policial apresenta os fatos e os envolvidos, sempre no interior de uma política de representação. Alguns itens lexicais utilizados pelos policiais demonstraram a fragilidade entre o par nomear/ predicar. Os exemplos mais notáveis foram os termos autor e amásio. Essas são formas de nomeação que, ao mesmo tempo, nomeiam e predicam, pois estão carregadas de valoração. Vimos que, à medida que os policiais vão se acostumando “aos rótulos”, esquecem-se de que toda “descrição” tem, por natureza, um caráter avaliativo, pois toda escolha linguística é mediada por valores ideológicos, políticos, portanto, isenta de neutralidade.

Além disso, notamos que, em muitos BO, há elementos que não estão propriamente na nomeação, mas que têm uma implicação nela. Esses elementos funcionam como coparticipantes na construção da referência e desempenham um papel importante na composição dessa referência.

Contudo, cabe ressaltar que os efeitos dos atos de fala dos policiais, assim como os efeitos de todo ato de fala, não podem ser controlados por quem os profere. Isto pode ser compreendido com base na noção de *uptake*, proposta por Austin (1990), conforme pontuamos no capítulo teórico. De acordo com esse filósofo inglês, a intenção de um ato de fala não garante o efeito que se espera desse ato. Este efeito, conforme já mencionamos, escapa ao controle de quem profere o ato de fala, no caso desta pesquisa, dos policiais militares. Não é possível prever como este ato de fala será apreendido pelo interlocutor.

Com base no material analisado, é possível afirmar que as escolhas linguísticas revelam o posicionamento e a avaliação de quem produz o texto, demonstrando realmente que não há neutralidade linguística. Independentemente do esforço que o policial fizer em ser o mais fidedigno possível nas escolhas das palavras, essas palavras nunca vão deixar de carregar o viés do olhar de quem está relatando o fato.

Em relação ao tipo de referência proposta do Donnellan (1966), vimos que o que predomina nos BO é o uso atributivo das descrições definidas, pois, normalmente, na maioria dos BO, a descrição do fato bem como dos envolvidos, ocorre pela voz de uma testemunha, ou seja, a descrição é via olhar do policial que descreve com base no elemento referencial que foi dito pelo outro. Há implicações nesse tipo de referência, pois o policial atribui uma referência a alguém que ele não conhece, não sabe quem é, mas está sendo descrito pelo viés do olhar do outro, que já é afetado pelas suas convicções ideológicas e políticas.

Convém ressaltar que o policial, como forma de se resguardar de um pré-julgamento indevido, utiliza, inicialmente, em seu texto, palavras de sentido vago como: semelhante; análoga; sintomas; parece; suspeito, as quais ganham um caráter mais específico a partir do desenrolar dos fatos, após um relato mais minucioso ou após perícia técnica.

Pelas análises realizadas percebemos que, embora o Manual de produção textual policial proponha formas procedimentais e estratégias linguísticas discursivas, que evitem enviar o texto produzido pelo policial relator, a almejada neutralidade é impossível, porque os processos de construção da referência e a política de nomeação sempre ocorrem

no âmbito de uma política de representação moldada por questões de cunho ideológico, social e político.

Cabe dizer ainda que este estudo não teve a pretensão de criticar, nem mesmo discutir se o policial sabe ou não escrever corretamente, mas faz-se necessário ressaltar que a redação dos BO, normalmente, é truncada, demandando por parte do interlocutor um esforço muito grande em compreender os fatos narrados. Talvez, por não demonstrarem proficiência em relação à produção textual, de certa forma, eles acabam infringindo as qualidades e características dos textos oficiais: impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, correção e padronização.

Isso nos permite dizer que é preciso que os elaboradores dos Manuais de produção textual policial, os quais são utilizados nos cursos de formação de soldados, tenham em mente as implicações das escolhas linguísticas que vão compor a referência do fato e dos envolvidos, porque elas estão diretamente ligadas à forma como o fato e os envolvidos serão representados e as consequências que essas representações terão para o bem ou para o mal. Assim, consideramos importante a discussão e a problematização destes aspectos nos cursos de formação dos policiais.

Temos convicção de que os BO constituem um rico material de investigação, por isso outros aspectos podem ser pesquisados e contemplados em um trabalho científico e que não foram incluídos em nossa pesquisa, devido, principalmente, à delimitação do tema. Talvez, pudéssemos aumentar o *corpus* analisando boletins de outras naturezas como, por exemplo, os de Estupro, que infelizmente vem aumentando muito em nosso país. Além disso, seria pertinente contrastar BO elaborados em diferentes estados brasileiros, analisando se seguem a mesma normativa. Assim, esperamos que, as discussões apresentadas nesta tese, sirvam como ponto de partida para a realização de outras investigações a respeito do contexto dos BO.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Virginia Beatriz Baesse; MORAES Fabiano de Oliveira. **A Construção da Referência na Enunciação: uma Análise de Chapeuzinho Vermelho**. In: Enunciação e materialidade linguística / Luiz Francisco Dias, Priscila Brasil Gonçalves Lacerda, Luciani Dalmaschio, (orgs.). – Belo Horizonte : FALE/UFMG, 2015. 127 p.

ALKIMIN, Heloísa Rocha de. **Boletim de Ocorrência: uma arena discursiva em exame**. 2004. Tese (Doutorado) da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativas(s)**. Tradução de Celane M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n.19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BHATIA, Vijay K. Análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BLASIRODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2004.

BALDINI, Lauro José Siqueira. **Frege e Russel. A questão do pressuposto**. Disponível em: Acesso em: 09 fev. 2015.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Emile.. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BORGES, Maria Isabel. **O jogo ético-político nos quadrinhos editados em “O Pasquim”**. Dissertação (Mestrado) em Estudo Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 179 f.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

DE GRANDE, Paula Baracat. **O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada**. Eletras, vol. 23, n.23, dez. 2011.

DERRIDA, Jacques. **The ear of the other: Otobiography, Transference, Translation**. Tradução de Avital Ronell, organização de Christie V. McDonal. Nova Iorque: Schocken Books, 1985, p.1-38.

DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. **A referência nos estudos semânticos**. Cadernos de Letras da UFF, v. 23, n 47 (2013)

DONNELLAN, Keith S. **Reference and definite descriptions**. *Philosophical Review* 75, 281-304. 1966

FERREIRA, Raimundo Ruberval. **A Guerra na língua: as representações do “11 de Setembro” na mídia e no discurso oficial**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, 2005.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. **Guerra na Língua: mídia, poder e terrorismo**. Eduece. Fortaleza, 2007.

FREGE, Gottlob. (1892), **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1978.

FREITAS, Alice Cunha. A Performatividade das “constatações” da escola: seus efeitos e consequências. In: FIGUEIREDO, Célia Assunção; JESUS, Osvaldo Freitas (Org.). **Linguística Aplicada: aspectos da leitura e do ensino de línguas**. Edufu, 2005.

_____. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças?. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins (Org.). **Políticas em Linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Mackenzie, 2006.

GARCEZ, Pedro de Moraes, BULLA, Gabriela da Silva, LODER, Letícia Ludwig. **Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos**. *Delta*, 30.2. 2014 (257-288).

LEITE, Karine Rios de Oliveira. **In-determinação nos comentários às cibernotícias**. Tese (Doutorado) em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, 2015. 243 F.

OLIVEIRA, Bruno Fernandes de. **A Filosofia Semântica Tradicional: uma abordagem entre Frege e Russel**. *Revista Alamedas. Paraná*. V. 3, n.2, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

OTTONI, Paulo. **John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem**. *Revista Delta*, v. 18, n. 1. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP. p. 117-143, 2002.

PLAZA PINTO, Joana. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; Bentes, Anna Christina. (Org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 7 ed. São Paulo: Cortez, v.2, 2011.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Escola de Formação de Soldados. **Apostila de Produção Textual Policial para o Curso Superior em Atividade de Polícia Ostensiva**. Denise dos Santos Gonçalves. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. **Instrução Conjunta nº 01/2003- (Contém orientações para o preenchimento do Boletim de Ocorrência)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 296 p.

_____. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. A questão da referência e interpretação na teoria dos atos de fala. In: CASTRO, M. F. P. de (Org.). **O método e do dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 225-236.

_____. **Atos ilocucionários como jogos da linguagem**. In: Estudos Linguísticos, XVIII, p. 523-530, 1989.

_____. **Dos dizeres diversos em torno do fazer**. Delta., São Paulo, v. 6, n. 2, pp. 223-254, 1990.

RODRIGUES FILHO, Abílio. **Frege e a Filosofia da Linguagem**. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File> Acesso em: 09 fev. 2015.

SERPA, Maria Valquíria Faria. **A Constituição identitária de Olga Benário: uma abordagem pragmática**. Dissertação (mestrado) em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. 2008. 209 f.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, Stuart, Woodward, Kathryn.(Org). **Identidade e diferença**. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, Luciana Cristina da. **A constituição identitária do professor de língua espanhola em formação: tensão entre teoria e prática**. Tese (Doutorado) em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. 2013. 168 f.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. In: *Ensaio Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

STRAWSON, Peter Frederick (1964). **Referência Identificadora e Valores-de-verdade**. In *Os Pensadores*, 1.^a ed. Trad. Luiz Henrique dos Santos. São Paulo: abril Cultural, 1975.

TRISTÃO, Roberto Mauro de Souza. **O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência**. 2007 Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA Tomaz Tadeu, HALL, Stuart. (Org). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p. 7-72.

ANEXOS

Ofício de Solicitação

SENHOR
MAJOR CONRADO DAMASCENO
COMANDANTE DA 157ª CIA PM ESPECIAL
MONTE CARMELO

Recebido em
23 Jun 2014
Conrado Damasceno Cardoso, Maj PM
Cmt da 157ª Cia PM Especial

Monte Carmelo, 23 de Janeiro de 2014.

Através deste, venho solicitar de V. Sª 40 (quarenta) cópias de Boletins de Ocorrência de naturezas distintas (agressão à mulher, embriaguez no volante, homicídio, roubos / assaltos, estelionatos) que resultaram em prisões, ou não, e que contenham o maior número de campos preenchidos, para a realização de minha pesquisa de Doutorado em Linguística na Universidade Federal de Uberlândia.

O meu objetivo é analisar linguisticamente o gênero textual Boletim de Ocorrência, mais especificamente, busco investigar como se dá o processo de referenciação e nomeação no desenvolvimento deste gênero linguístico, analisando se esse processo mostra-se como uma questão fundamental na caracterização e identificação dos envolvidos, assim como na construção do fato como crime.

Adiunto que não será divulgada nenhuma forma de identificação dos envolvidos, como nomes, endereços, descrições físicas, etc. Todos esses aspectos serão trocados por outros fictícios, sendo isso esclarecido no trabalho. Além disso, não publicaremos o Boletim por completo, apenas alguns excertos que contenham o objeto de estudo do trabalho. Assim, peço, por gentileza, que seja feito o apagamento de todos os dados que possam identificar os envolvidos no Boletim, antes que eu tenha acesso a eles.

Caso minha solicitação seja deferida, peço, por gentileza, que anexe ao material um ofício que comprove a legalidade de sua retirada junto ao órgão responsável, tendo em vista que haverá uma avaliação e análise desse material pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia.

Certo de seu pleno apoio e colaboração para a realização de minha pesquisa, conto com sua preciosa atenção.

Desde já, meus sinceros agradecimentos e confiança em ser atendida.

Roselaine das Chagas

Roselaine das Chagas
Aluna do Curso de Doutorado da UFU



“ Nossa Profissão, sua vida ”

**DÉCIMA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR
QUADRAGÉSIMO SEXTO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR
CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA CIA PM ESPECIAL**

Ofício nº 1016/2014

Monte Carmelo-MG, 27 de janeiro de 2014.

Ref.: Ofício s/nº de 23 de janeiro de 2014.

Ilma Sra. Roselaine das Chagas,

Cordialmente vimos atender ao pleito constante do ofício referenciado, através do qual Vossa Senhoria solicita à Polícia Militar cópias de Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), visando à realização de pesquisa de Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia, cujo estudo tem por objetivo, analisar linguisticamente o gênero textual dos boletins de ocorrência, buscando investigar como se dá o processo de referenciação.

Consta do mencionado ofício que não será divulgada nenhuma forma de identificação dos envolvidos, como nomes, endereços, descrições físicas, etc. Consta ainda que esses dados serão trocados por outros fictícios.

Destarte, serão providenciadas 50 (cinquenta) cópias de Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), envolvendo as seguintes modalidades delituosas: homicídio, Agressão contra a mulher (Maria da Penha), Roubo a mão armada, Embriaguez ao volante e drogas.

Na oportunidade esperamos que o material que lhe será fornecido atenda à demanda pleiteada e desejamos a Vossa Senhoria uma ótima pesquisa e sucesso no curso ora frequentado.


Conrado Damasceno Cardoso, Major PM
*** Cmt da 157ª Cia PM Especial ***

**Ilma Sra.
Roselaine das Chagas
DD Aluna do Curso de Doutorado da Universidade Federal de Uberlândia-MG.
Monte Carmelo-MG.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Construção da Referência e nomeação/designação no Boletim de Ocorrência

Pesquisador: ALICE CUNHA DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 33496214.7.0000.5152

Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 803.828

Data da Relatoria: 05/09/2014

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo:

O presente projeto de pesquisa pretende investigar e problematizar os procedimentos de referência, nomeação e designação utilizados, pelo policial no Boletim de Ocorrência, em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, com a tentativa de identificar as políticas de representação presentes no interior das quais essa política de nomeação e referência ocorre. Partem da hipótese de que a despeito de o BO tentar via formato padrão, reproduzir um fato objetivo, há implicações subjetivas que podem afetar a construção da referência e nomeação, por consequência, engendrar diferentes efeitos de sentido. Além disso, algumas formas de referência e nomeação usadas para descrever podem ser mobilizadas, de modo a acionar um esquema de estereótipos que possibilita a identificação e a construção da referência e da política de representação.

Considerando, que em nossa investigação, trabalharão com a concepção de língua como ação (como uma forma de ação política) no mundo, optam por percorrer os caminhos teóricos da Pragmática, pois como mostra Pinto o foco é o uso concreto da linguagem, como afirma Pinto (2011:47) A Pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática linguística; e de outro, estuda as condições que governam essa prática. Assim, em primeiro lugar, a Pragmática pode ser apontada como a ciência do uso

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144

UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 803.828

linguístico.

Nesse sentido, a linguagem não é tida como neutra e o posicionamento do sujeito no mundo é sempre um ato político. A pesquisa se pautará na análise de aproximadamente 40 Boletins de Ocorrência produzidos pelos policiais militares de Monte Carmelo e disponibilizados pelo comandante da 157ª companhia. Assim, pretendem analisar os procedimentos de referenciação, nomeação e designação utilizados nos Boletins de Ocorrência, partindo da ideia de que a construção da referência e da nomeação, neste gênero, mostra-se como uma questão fundamental na caracterização e identificação dos envolvidos assim como na construção do fato como crime.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo: "Este projeto de Doutorado tem como objetivo geral problematizar e analisar os procedimentos de referenciação, nomeação e designação aos envolvidos pelo policial no Boletim de Ocorrência, em relação aos envolvidos e ao fato ocorrido, com a tentativa de identificar as políticas de representação presentes no interior das quais essa política de nomeação e referenciação ocorre."

Metodologia: Neste projeto, a pesquisa está inserida no campo de Pragmática que, adequadamente, é "o estudo dos fatores contextuais que determinam os usos linguísticos nas situações de comunicação."

Além disso, o que expressa o projeto, na Metodologia de dados: "A partir da leitura dos Boletins de Ocorrência, selecionaremos os excertos do corpus que serão discutidos à luz da Pragmática na tentativa de responder as perguntas da pesquisa."

Critérios de participação: "Participará da pesquisa o comandante da Polícia Militar de Monte Carmelo, no sentido de viabilizar as cópias dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), envolvendo diferentes modalidades como: Homicídio, agressão contra mulher (Maria da Penha), roubo a não armada, embriaguez ao volante e drogas."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos riscos e benefícios: Único risco é a identificação dos envolvidos no Boletim de ocorrência; entretanto, suas identidades serão preservadas, mantidas em sigilo, até quando os resultados da pesquisa forem apresentados em eventos científicos. Embora não haja benefícios diretos para os participantes da pesquisa, eles poderão se beneficiar com seus resultados, em sua vida acadêmica e profissional.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 803.828

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apresentação do Protocolo: A folha de rosto está clara na cópia editada. Currículo no arquivo anexo.

Orçamento Financeiro: Está previsto o orçamento financeiro, sendo o financiamento próprio.

Cronograma de Execução: Cronograma adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: É um termo de linguagem clara, acessível ao sujeito da pesquisa, com direitos e garantias.

Recomendações:

Visto que esta pesquisa se utilizará de Boletins de Ocorrência para sua coleta de dados, o CEP/UFU entende que não há a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Responsável pelo acesso aos Boletins. Desta forma, consideramos o Ofício de solicitação e o ofício de resposta do Responsável como documentos suficientes para a realização da pesquisa. Desta forma os pesquisadores não devem se utilizar do TCLE que foi anexado neste protocolo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atender às recomendações do CEP/UFU.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Parcial ao CEP/UFU: julho de 2015.

Data para entrega de Relatório Parcial ao CEP/UFU: julho de 2016.

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: julho de 2017.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 803.828

IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 803.828

UBERLÂNDIA, 24 de Setembro de 2014

Assinado por:
Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br